



Relatório de Avaliação do Plano Municipal de Educação de Teresina



Lei Municipal nº 4.739 de 26 de junho de 2015

TERESINA- PIAUÍ
2023

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Catalogação na Fonte

F475r Fórum Municipal de Educação de Teresina.
Relatório de Avaliação do Plano Municipal de
Educação de Teresina (2019/2021) / [organização,
Francisco das Chagas Alves Rodrigues, Hostiza Machado
Vieira Neves.]. – Teresina: SEMEC, 2023.
257 p.:il.

Possui Anexos.
ISBN 978-85-9496-196-9

1. Relatórios Educacionais 2. Plano Municipal de
Educação – Teresina 3. Conferência Municipal de
Educação – Teresina I. Título II. SEMEC III. FME

CDD – 372

Ficha Catalográfica: Bibliotecária Larissa Andrade CRB – 3/1179

Todos os direitos reservados. De acordo com a Lei nº. 9.610, de 19/02/1998, nenhuma parte deste livro pode ser fotocopiada, gravada, reproduzida ou armazenada num sistema de recuperação de informação ou transmitida sob qualquer forma, por meio eletrônico ou mecânico, sem prévio consentimento do autor.

Equipe Técnica de Monitoramento do Plano Municipal de Educação de Teresina: Portaria nº 272 /2021/GAB/SEMEC

Adriano Garcês Soares (suplente) - Membro
Carlos Augusto Ferreira de Sousa (suplente - Membro
Epifânia Rodrigues dos Santos (titular) - Membro
Hostiza Machado Vieira Neves (titular) V- Presidente
Julia Maria Leal Veras (suplente)V- Membro
Wilson Pereira Gomes (titular)V- Membro

Comissão Especial de Elaboração do Relatório de Monitoramento e avaliação do Plano Municipal de Educação de Teresina

Francisco das Chagas Alves Rodrigues (FME/SEMEC) - Presidente
Adriela Jorge dos Reis de Sousa - (SEMEC)
Alberto Machado Vieira - (SEDUC)
Amanda Kardia Alves de Oliveira - (SEMEC)
Arlene Silva de Oliveira - (SEMEC)
Aurismar Ferreira de Sousa - (SEMEC)
Carmem Antonia Portela Leal Silva - (SEMEC)
Cassia Maria Lopes Dias - (SEMEC)
Cleide Ferreira Leão - (SINDSERM)
Cleuma Magalhães e Sousa - (SEMEC)
Deise Maria Higino Holanda Cordeiro - (SEMEC)
Djanira do Espírito Santo Lopes Cunha (Titular) - (FOPEJA)
Francisco Sinésio da Costa Soares - (SINDSERM)
Francisco Willams de Assis Soares Gonçalves – (UFPI)
Geane Alves - (SEMEC)
Ivanilde Oliveira de Castro Araújo- (SEMEC)
Leia Soares da Silva - (IFPI)
Lucineide Barros Medeiro - (UESPI/ADCESP)
Lucineide Maria dos Santos Soares - (NUPPEGE/CAMPANHA)
Luis Carlos Sales - (NUPPEGE/UFPI)
Maria Eleonora Pereira- (SEDUC)
Maria Eloiza da Silva Monteiro - (SEDUC)
Marília Daniela Aragão dos Anjos - (SEDUC)
Marta Lúcia de Mendonça Freitas - (SEDUC)
Pedrina Daiane Tomaz Andrade - (SEMEC)
Ramon Davys Angel Soares Barbosa Vieira - (SEDUC)
Regina Soares de Amorim - (SEMEC)
Sarah Jane de Carvalho Lima - (SEMEC)
Vanda Maria de Carvalho Lima- (SINDSERM)
Vívien Maria Cortez Veloso - (SEDUC)

Equipe técnica do FME/CME

Edilson Pereira do Nascimento
Eline Carla Machado Brito Galvão de Sousa
Francisca Thamilla Lima dos Reis

Francismeire Mendes de Almeida
Joanice Francisca Pereira Santos
Maria Socorro Nogueira Marreiros Nunes
Mônica Maria de Carvalho Marques
Oseas Santos Oliveira Júnior
Regina Célia Machado Araújo Lira
Rita de Cássia Moura Correia
Rita de Cássia Sousa Vasconcelos
Wnágylla Jéssica da Silva Pinheiro

Membros do Fórum Municipal de Educação de Teresina - FME/ THE

Adilson de Apiaim (Titular) - Fórum Piauiense de Educação do Campo (FOPEC)
Airton Silva Oliveira (Titular) - Federação dos Jovens Estudantes do Piauí (FEJEPI)
Cacilda Luísa de Abreu (Titular) - Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Teresina- (CMDCAT)
Carlos Alberto Ferreira Rodrigues (Titular) - CONSELHO TUTELAR
Carmen Lúcia de Sousa Lima - (Suplente)- Universidade Federal do Piauí - UFPI
Carmen Lúcia dos Santos Ribeiro (Suplente) - Grupo Matizes
Cerise Amorim Martins (Suplente) - Secretaria de Estado da Educação- SEDUC-PI
Delma Maria da Rocha Saraiva (Suplente) - Representante de Pais Coordenação de Articulação Comunitária - CAC/SEMEC
Diane Naira de Sousa Atenas Soares (Titular) - Representante de Pais- Coordenação de Articulação Comunitária - CAC/SEMEC
Djanira do Espírito Santo Lopes Cunha (Titular) - Fórum Piauiense de Jovens e Adultos - FOPEJA
Francis Rayme Alves da Silva (Suplente) - Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação - SEMPLAN
Francisco das Chagas Alves Rodrigues - Secretaria Municipal de Educação - SEMEC
Francisco Willams de Assi Soares Gonçalves (Titular) - Universidade Federal do Piauí - UFPI
Helder Ferreira Nunes (Suplente) - Federação dos Jovens Estudantes do Piauí FEJEPI
Herbert Medeiros Rodrigues Silva (Titular) - GRUPO MATIZES
Hostiza Machado Vieira Neves (Titular) - Secretaria Municipal de Educação - SEMEC
Ida Maria da Silva (Suplente) - Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Teresina - CMDCAT
Jackson Batista de Sousa Carvalho (Titular) - Conselho Municipal de Educação de Teresina - CME/THE
Janaina Erika dos S.Moura (Suplente) - Secretaria Municipal de Educação - SEMEC
Jefferson Luis Carvalho de Miranda (Suplente) - Sindicato dos Trabalhadores em Educação Básica Pública do Piauí - SINTE/PI
Joanice Francisca Pereira Santos (Suplente) - Secretaria Municipal de Educação - SEMEC
Jorge Ferreira de Sousa (Suplente) - Conselho Municipal de Educação de Teresina - CME
José Venâncio Cardoso Neto (Titular) - CÂMARA MUNICIPAL DE TERESINA
Jullyane Frazao Santana (Suplente) - Campanha Nacional pelo Direito à Educação -

UFPI

Leia Soares da Silva (Titular) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí - IFPI

Levino dos Santos Filho (Suplente) - CÂMARA MUNICIPAL DE TERESINA

Lucine Rodrigues V. Borges de Almeida (Titular) - Sindicato dos Trabalhadores em Educação Básica Pública do Piauí - SINTE/PI

Lucineide Maria dos Santos Soares (Titular) - Campanha Nacional pelo Direito à Educação

Magna Jovita Gomes Sales e Silva (Titular) - Núcleo de Estudos e Pesquisas em Políticas e Gestão da Educação - NUPPEGE/UFPI

Manuela Fernanda Borges dos Santos (Suplente) - Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Teresina - SINDSERM

Maria Adriana da Costa Sousa (Suplente) - Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - SENAC

Maria de Jesus Rodrigues (Titular) - Universidade Estadual do Piauí- UESPI-PI

Maria José da Costa Sales (Titular) - Secretaria de Estado da Educação - SEDUC-PI

Marinalva Alves do Nascimento (Suplente) - Conselho Estadual de Educação - CEE-PI

Marlene Santana do Nascimento (Suplente) - Secretaria Municipal de Educação - SEMEC

Marli Clementino Gonçalves (Suplente) - Núcleo de Estudos e Pesquisas em Políticas e Gestão da Educação - NUPPEGE/UFPI

Mércia Ribeiro de Sousa (Suplente) - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí - IFPI

Mônica Maria Feitosa Braga Gentil (Suplente) - Universidade Estadual do Piauí - UESPI-PI

Nina Rosa Oliveira do Rego (Titular) - Fórum Piauiense de Educação de Jovens e Adultos Fórum Piauiense de EJA

Pâmela Natielle Basílio e Silva (Titular) - Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação - SEMPLAN

Patrícia Maria de Deus Leão (Titular) - Conselho Estadual de Educação - CEE-PI

Regina Soares Amorim (Titular) - Secretaria Municipal de Educação - SEMEC

Tiago Luis da Silva Soares (Suplente) - Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino do Estado do Piauí - SINEPE/PI

Tiago Marques do Nascimento (Titular) - Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino do Estado do Piauí - SINEPE/PI

Vanda Maria de Carvalho Lima (Titular) -Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Teresina - SINDSERM

Victor Leonardo Rodrigues dos Santos (Suplente) - CONSELHO TUTELAR

Viviane Nascimento Alves (Titular) - Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – SENAC

Waldirene Alves Lopes da Silva (Suplente) - Fórum Piauiense de Educação do Campo – FOPEC.

EXPEDIENTE

José Pessoa Leal
PREFEITO DE TERESINA

Robert Rios Magalhães
VICE-PREFEITO DE TERESINA

Nouga Cardoso Batista
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Reinaldo Ximenes da Silva
SECRETÁRIO EXECUTIVO DE ENSINO

Edileusa Maria Lucena Sampaio
SECRETÁRIA EXECUTIVA DE GESTÃO

Francisco das Chagas Alves Rodrigues
COORDENADOR DO FÓRUM MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE TERESINA

Hostiza Machado Vieira Neves
PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Bárbara Anny Ribeiro Moreira
GERENTE DE ENSINO FUNDAMENTAL – ANOS INICIAIS

Geane Alves
GERENTE DE ENSINO FUNDAMENTAL - ANOS FINAIS

Marinalva da Costa Pereira de Sena
GERENTE DE EDUCAÇÃO INFANTIL

Janaína Erika dos Santos Moura
GERENTE DE GESTÃO ESCOLAR

Ana Célia Aragão P. Ferreira
COORDENAÇÃO DE COMUNICAÇÃO

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Matrícula na Educação Infantil – Creche e Pré-escola.....	18
Tabela 2- Centros Municipais de Educação Infantil construídos no biênio 2020/2021.....	19
Tabela 03 - Percentual de pessoas de 16 anos com pelo menos o Ensino Fundamental concluído.....	43
Tabela 04 - Tabela 04: Resultado da Sistema de Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB).....	100
Tabela 5 - Oferta da modalidade educação de jovens e adultos (EJA) realizada pela Secretaria Municipal de Educação de Teresina- SEMEC.....	137
Tabela 6 - Matrículas da Educação Profissional integrada à Educação de Jovens e Adultos (Teresina).....	155
Tabela 7 - Quantitativo de matrículas PROEJA/IFPI.....	156
Tabela 08 - Quantitativo de alunos do Ensino Superior do IFPI.....	184
Tabela 09 - Adequação da formação dos docentes em relação à disciplina que leciona – 2014 – 2021.....	203
Tabela 10 - Número de docentes da Educação Básica por formação acadêmica 2014 a 2021- Teresina.....	204
Tabela 11- Tabela com Percentual de docentes da Educação Básica por formação acadêmica 2014 a 2021– Teresina.....	206
Tabela 12 - Percentual de reajuste ao PSPN 2014 - 2023.....	219
Tabela 13 - Vencimento Base Inicial do Magistério Público da Educação Básica e Piso Salarial Profissional Nacional - 2014 – 2022 (TERESINA/PI).....	220
Tabela 14 - Composição da receita da educação municipal de 2014 a 2021 – em valores nominais - TERESINA/PI.....	243
Tabela 15 - Aplicação de recursos em Manutenção e Desenvolvimento de Ensino (MDE) – em valores nominais e percentuais de 2014 a 2021 - TERESINA/PI.....	244
TABELA 16- Receitas do FUNDEB – Destinado, recebido (redistribuição e complementação) e aplicação financeira de 2014 a 2021, em valores nominais - TERESINA/PI.....	246
Tabela 17 - Valores do FUNDEB aplicados na valorização do magistério – em valores nominais e percentuais, de 2014 a 2021 - TERESINA/PI	247
Tabela 18 - Receitas de transferências do FNDE e do Salário Educação para a Secretaria Municipal de Educação de Teresina de 2014 a 2021 -TERESINA/PI.....	247

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 - Ações desenvolvidas para a expansão do atendimento das crianças na Educação Infantil.....	20
Quadro 02- Relato das Prestações de Contas da Educação/ FUNDEB TERESINA com base nos Relatórios de TCE/PI (2014 -2019).....	230

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01- Adequação da formação dos docentes em relação à disciplina que leciona – 2014 – 2021.....	204
Gráfico 02 – Percentual de docentes da Educação Básica com pós-graduação 2014 a 2021.....	211
Gráfico 03 - Aplicação de recursos em Manutenção e Desenvolvimento de Ensino (MDE), de 2014 a 2021 – em valores nominais e percentuais.....	245

Sumário

APRESENTAÇÃO	8
1 INTRODUÇÃO	12
1.1 Organização e metodologia do monitoramento e avaliação do Plano Municipal de Educação de Teresina – PME/THE	13
2 EDUCAÇÃO INFANTIL	17
2.1 Ficha metodológica dos indicadores municipais	17
2.2 Comentários sobre a meta	17
2.3 Estratégias	22
3 ENSINO FUNDAMENTAL	42
3.1 Ficha metodológica dos indicadores municipais	42
3.2 Comentários sobre a meta	42
3.3 Estratégias	45
4 ENSINO MÉDIO	58
4.1 Ficha Metodológica dos Indicadores Municipais	58
4.2 Comentários sobre a meta	58
4.3 Estratégias Ensino Médio	59
5 EDUCAÇÃO INCLUSIVA	72
5.1 Ficha Metodológica dos Indicadores Municipais	72
5.2 Comentário da meta	72
4.3 Estratégias	73
6 ALFABETIZAÇÃO	98
6.1 Ficha metodológica dos indicadores municipais	98
6.2 Comentários sobre a meta	98
6.3 Estratégias	101
7 EDUCAÇÃO INTEGRAL	106
7.1 Ficha Metodológica dos Indicadores Municipais	106
7.2 Comentários sobre a meta	106
7.3 Estratégias	108
8 QUALIDADE NA EDUCAÇÃO BÁSICA	116
8.1 Ficha Metodológica dos Indicadores Municipais	116
8.2 Comentários da meta	117
8.3 Estratégias	117
9 ESCOLARIDADE MÉDIA DA POPULAÇÃO	133
9.1 Ficha metodológica dos indicadores do município	133
9.2 Comentários da meta	134
9.3 Estratégias	134
10 ALFABETIZAÇÃO E ALFABETISMO FUNCIONAL DE JOVENS E ADULTOS	136
10.1 Ficha metodológica dos indicadores do município	136
10.2 Comentários da meta	136
Tabela 5 - Oferta da modalidade educação de jovens e adultos (EJA) realizada pela Secretaria Municipal de Educação de Teresina- SEMEC	137
10.3 Estratégias	140
11 EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS INTEGRADA À EDUCAÇÃO PROFISSIONAL	154
11.1 Ficha metodológica dos indicadores do município	154
11.3 Estratégias	157
12 EDUCAÇÃO PROFISSIONAL	170
12.1 Ficha metodológica dos indicadores do município	170
12.2 Comentários da meta	170

12.3 Estratégias	170
13 ENSINO SUPERIOR.....	184
13.1 Ficha metodológica dos indicadores do município	184
13.2 Comentários da meta.....	184
13.3 Estratégias	185
14 TITULAÇÃO DE PROFESSORES DO ENSINO SUPERIOR	192
14.1 Ficha metodológica dos indicadores do município	192
14.2 Comentários da meta.....	192
14.3 Estratégias	192
15 PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU	197
15.1 Ficha metodológica dos indicadores do município	197
15.2 Comentários da meta.....	197
15.3 Estratégias	197
16 FORMAÇÃO E VALORIZAÇÃO DE PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	201
16.1 Ficha metodológica dos indicadores do município	201
16.2 Comentários da meta.....	202
16.3 Estratégias	207
17 FORMAÇÃO CONTINUADA E PÓS-GRADUAÇÃO DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA	210
17.2 Comentários da meta.....	211
17.3 Estratégias	212
18 VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	214
18.1 Ficha metodológica dos indicadores do município	214
18.2 Comentários da meta.....	214
18.3 Estratégias	216
19 VALORIZAÇÃO DO PROFESSOR.....	218
19.1 Ficha metodológica dos indicadores do município	218
19.2 Comentários da meta.....	218
19.3 Estratégias	221
20 GESTÃO DEMOCRÁTICA.....	223
20.1 Ficha metodológica dos indicadores do município	223
20.2 Comentários da meta.....	224
20.3 Estratégias	224
21 FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO.....	229
21.1 Ficha metodológica dos indicadores do município	229
21.2 Comentários da meta.....	229
21.3 Contextualizando o período de 2020: Pandemia, conquistas e perdas, Novo FUNDEB	239
21.4 Contextualizando o período de 2021: Pandemia, aulas remotas, perdas, origem do Rateio do FUNDEB.....	240
21.5 Contextualizando o período de 2022: injustiça no reajuste do PSPN, não repasse do rateio do FUNDEB, greve de 212 dias.....	241
21.6 Contextualizando o período de 2023.....	242
21.7 Dados do financiamento para discussão.....	243
21.8 Estratégias	248
CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES	255
ANEXOS.....	256

APRESENTAÇÃO

É com alegria e sentimento de dever cumprido que damos início hoje à realização da V Conferência Municipal de educação de Teresina, cujo tema é “O plano Municipal de Educação como instrumento da garantia de direitos a uma educação de qualidade com justiça social”. Um tema bem desafiador e instigante para o nosso ilustre palestrante de hoje, pois sabemos da fragilidade do processo de acompanhamento desses planos a nível de Brasil. No Piauí, o único Fórum que efetivamente cumpre seu papel de monitorar e avaliar o Plano Municipal é Teresina.

Uma passagem que está na página 07 no nosso Plano me chamou muito a atenção, e sempre fiz questão de repeti-la nas nossas reflexões sobre a necessidade de acompanhamento do Plano Municipal de Educação “Fazer planos não deve ser encarado apenas como exigência de Lei a ser cumprida, depois esquecida, mas por exigência da plena consciência de se fazer o melhor em todos os sentidos”. E é essa plena consciência do dever de fazer o melhor que nos traz aqui nesse histórico momento da educação de Teresina. Quando falamos de conferências de educação, sabemos que existem “conferências” e “conferências”. Muitas delas somente para cumprir tabela. Não é o nosso caso, com certeza!

O que essa V Conferência traz de diferencial? A disposição e a coragem de avaliar aquilo que o Plano traz de mais Importante: as estratégias, que são as ações, que dizem com clareza como e quando os indicadores das metas foram atingidos ou irão ser atingidos. Certamente, um processo desse não se faz sozinho, não se faz sem diálogo, ou mesmo sem conflitos. Por isso dizemos que avaliar é um ato de coragem! E de muita responsabilidade! E principalmente de respeito com aqueles para quem o Plano foi feito!

Qual o porquê da realização dessa Conferência? Qual o seu objetivo? Avaliar o Plano Municipal de Educação de Teresina! E o que é o Plano Municipal de Educação de Teresina? O PME é um documento organizado em 10 grandes diretrizes, 20 metas e 283 estratégias. Qual a importância desse momento para a sociedade teresinense, considerando que todas as necessidades educacionais do cidadão estão presentes nesse documento? Qual a abrangência desse documento? Ele não traz apenas as possibilidades de oferta educacional direta da prefeitura, também não trata do plano de uma administração da Prefeitura ou da Secretaria Municipal de Educação, pois atravessa mandatos de vários prefeitos e dirigentes municipais de educação.



Temos plena consciência da importância desse momento. Sabemos exatamente o que estamos fazendo!

Uma premissa indispensável de trabalho é o fato de que o PME tem de ter legitimidade para ter sucesso. Planos construídos em gabinetes ou por consultores alheios à realidade municipal tendem ao fracasso, mas um PME submetido ao amplo debate incorpora a riqueza das diferentes visões e vivências que a sociedade tem sobre a realidade que deseja alterar. Somente um Plano Municipal de Educação legítimo pode contar com o apoio de todos para monitorar seus resultados e impulsionar a sua concretização, através da mobilização da sociedade ao longo dos seus dez anos de vigência.

Portanto, agradecemos aos técnicos da SEMEC que nos últimos meses se debruçaram na busca de dados para poder mostrar para a sociedade, com muita responsabilidade, aquilo que Teresina faz no tocante à educação de seus munícipes. Da mesma forma, agradecemos aos membros representantes do IFPI, da SEDUC, da UESPI, da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, do NUPPEGE, do SINDSERME, da UFPI, pela seriedade com a qual se envolveram nesse processo.

Que todos tenham uma boa Conferência!

Francisco das Chagas Alves Rodrigues
Coordenador do Fórum Municipal de Educação de Teresina.



PREFÁCIO

Quero expressar a felicidade de chegar a esse momento tão importante em que, por meio de um esforço conjunto da Equipe Técnica de Monitoramento e a Comissão Especial de Elaboração do Relatório de avaliação do PME e outros colaboradores, conseguimos abrir a “caixa preta” das vinte (20) metas, 50 indicadores e das 283 estratégias e, assim, apresentar os avanços e recuos na consecução destas metas/estratégias para a sociedade civil e para os atores que fazem a gestão pública da educação municipal, na perspectiva de subsidiar a elaboração de políticas públicas que promovam uma educação de qualidade com justiça social.

Quero agradecer o apoio incondicional da Prefeitura Municipal de Teresina, por meio da Secretaria Municipal de Educação de Teresina para a realização deste evento e, sobretudo, a cada membro destas duas Comissões, aos demais colaboradores da SEMEC, SEDUC, IFPI, UESPI, UFPI, NUPEGE, Campanha Nacional pelo Direito à Educação, ao Francisco, coordenador do Fórum Municipal de Educação e a todos que, diretamente ou indiretamente, mobilizaram esforços, reunindo dados para compor este documento que chegou ao e-mail de cada participante desta Conferência.

Durante um período de 7 (sete) meses, um grupo de quase 40 (quarenta) pessoas, se engajou na tarefa de garimpar informações sobre os 50 (cinquenta) indicadores das 20 (vinte) metas e das 283 estratégias. Esse exercício implicou no estudo destas metas, na compreensão das fórmulas, dos cálculos de taxa bruta e líquida de matrícula, população residente e tantas outras variáveis exigidas.

A produção do Relatório possibilitou a identificação dos indicadores que permitem desenvolver o cálculo de acordo com a metodologia nacional, bem como aqueles que apresentam inviabilidade ao nível municipal.

Quero destacar que a versão do Relatório do PME que cada participante recebeu é apenas o preâmbulo, o primeiro passo para uma avaliação contínua e para a garantia efetiva de direitos.

Esta Conferência constitui espaço de debate, de interlocução que terá como fonte principal o Relatório de Avaliação do PME e, partir dele, serão apresentadas proposições, novas sementes e germes que possibilitarão o renovo, o tecer de um amanhã mais inclusivo, mais justo e equânime.



Desejo que tenhamos todos um debate produtivo e que muitos frutos sejam colhidos ao longo destes dois dias.

Hostiza Machado Vieira Neves
Coordenadora da Equipe Técnica de Monitoramento do Plano Municipal de Educação
Presidente do Conselho Municipal de Educação



1 INTRODUÇÃO

O Plano Municipal de Educação de Teresina – PME/THE /2015 a 2025 é o principal instrumento norteador das políticas educacionais do Município e é resultado do mais amplo debate com a sociedade civil, cujo processo foi capaz de mobilizar incontáveis colaborações, de revelar conflitos e tensões em divergentes opiniões, convergindo para as ideias e compromissos que culminaram em um documento de alta qualidade.

O PME foi elaborado de forma democrática, aberta e participativa. Sucederam-se conferências livres, temáticas e final, tendo como base para todas as análises e discussões, criterioso documento proposto pelo Fórum, Conselho e Conferência Municipal de Teresina. Ao fim, apresentado e discutido, foi votado e aprovado pela Câmara Municipal de Teresina, transformando-se na lei 4.739 de 26 de junho de 2015.

O processo de construção do presente Relatório de Monitoramento e Avaliação, realizado pela Equipe Técnica de Monitoramento do PME e Comissão Especial de Sistematização do Relatório de Monitoramento e Avaliação do Plano Municipal de Educação de Teresina seguiu passos determinados e consensuados no Fórum Municipal de Educação de Teresina, sendo eles:

- Passo 01 - Definição do modelo de relatório, ocorrido nas reuniões da Equipe Técnica de monitoramento do PME com a coordenação do FME;
- Passo 02 - Apresentação do Plano Municipal de Educação de Teresina para os gestores da Secretaria Municipal de Educação de Teresina - SEMEC;
- Passo 03 - Avaliação das metas (e estratégias) do PME pelos técnicos responsáveis por cada setor da SEMEC. O resultado desse trabalho foi apresentado para todos os gestores da Secretaria, no evento denominado “Discutindo o Plano Municipal de Educação de Teresina”;
- Passo 04 - Organização de Grupos de Trabalho (GT) no FME para avaliação de metas executadas pela SEDUC, IFPI, UFPI, UESPI, etc;
- Passo 05- Levantamento de dados estatísticos e elaboração dos indicadores educacionais de cada meta e estratégias, com ajuda de gestores da SEMEC, IFPI, SEDUC E NUPPEGE;



- Passo 06 - Divulgação do Plano Municipal de Educação de Teresina realizada nos grupos de formação continuada de professores e gestores das escolas municipais;
- Passo 07 - Reavaliação das metas (e estratégias) do PME pelos Técnicos responsável por cada setor da SEMEC;
- Passo 08 - Consolidação dos resultados dos estudos e análises do alcance das metas e estratégias do PME, no Relatório de monitoramento e avaliação do PME (período 2019-2021);
- Passo 09 - Apresentação da Consolidação dos resultados dos estudos e análises do alcance das metas e estratégias do PME, no Relatório de monitoramento e avaliação do PME (período 2019-2021) para o Secretário Municipal de Educação;
- Passo 10 - Divulgação do Relatório de monitoramento e avaliação do PME (período 2019-2021) na V Conferência Municipal de Educação de Teresina (Documento-base)

1.1 Organização e metodologia do monitoramento e avaliação do Plano Municipal de Educação de Teresina – PME/THE

Em consonância com o Plano Nacional de Educação (PNE), Lei Federal nº 13.005/2014, com o Plano Estadual de Educação (PEE), Lei Estadual nº 6.733/2015), de 17 de dezembro de 2015 e a lei do Plano Municipal de Educação de Teresina (PME-THE), Lei Municipal nº 4.739 de 26 de junho de 2015, ressaltamos a necessidade do monitoramento contínuo e de avaliações periódicas, com envolvimento de todas as instâncias responsáveis e a devida mobilização social para acompanhar sistematicamente o esforço de implementação das metas e estratégias do plano.

Este relatório trata do período compreendido entre janeiro de 2019 e dezembro de 2021, mais especificamente e, do ponto de vista metodológico, observou os procedimentos contidos no Caderno de Orientações para Monitoramento e Avaliação dos Planos Municipais de Educação¹.

¹ Disponível em http://pne.mec.gov.br/images/pdf/publicacoes/pne_pme_caderno_de_orientacoes_final.PDF.



O atual relatório de monitoramento compreende os estudos realizados em torno de 10 eixos, 20 metas e de suas 223 estratégias e busca dar suporte às reflexões necessárias pautadas nos Quadros de Indicadores, nos dados estatísticos apurados, bem como nas considerações pertinentes à cada meta e na consecução das suas estratégias, a fim de instrumentalizar posicionamentos da Secretaria Municipal de Educação - SEMEC, diante deste importante planejamento estratégico decenal assumido em lei, em articulação com as demais estruturas educacionais, administrativas e de gestão democrática do município de Teresina.

Objetivou-se levantar os dados já alcançados com relação às vinte (20) metas constantes e detalhados no PME Teresina – Pi, a fim de traçar um panorama equacional no que tange aos resultados, expressos em percentuais e/ou valores absolutos, levando em conta a dimensionalidade das estratégias previstas para cada uma das metas. O Relatório Anual enseja, além de mensurar sob a forma metodológica, as metas e estratégias do PME, permitindo-nos quantificá-las e traçar um diagnóstico temporal (anual), sobre o PME, também identificar as possíveis deficiências, ou seja, os resultados não alcançados, e melhoramentos a serem efetivados.

De acordo com o Art. 4º da Lei 4.739/2015, as metas previstas no anexo da Lei deverão ter como referência a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD, o censo demográfico e os censos nacionais da educação básica e superior, atualizados, disponíveis na data da publicação desta Lei, bem como dados oficiais da Secretaria de Educação de Teresina.

Coube aos membros da Equipe Técnica de Monitoramento do Fórum Municipal de Educação e, posteriormente, com ajuda da Comissão Especial de Sistematização do Relatório de Monitoramento e Avaliação do Plano Municipal de Educação de Teresina, a responsabilidade de averiguar a operacionalização e o atingimento das referidas metas/estratégias. Os Grupos de Trabalho (GT) também deram valiosa contribuição na construção do relatório, reunindo-se em datas preestabelecidas durante os encontros do Fórum Municipal de Educação de Teresina.

Quanto às estratégias, estas serão apresentadas na sequência da Meta, organizadas em ordem cronológica, respeitando o prazo de realização. As deliberações, bem como



observações relativas ao cumprimento de cada estratégia, serão detalhadas por meio de levantamento realizado junto às instâncias responsáveis: Sistemas Municipal e Estadual de Educação, membros representantes dos Institutos de Ensino Superior - Universidade Federal do Piauí (UFPI), Universidade Estadual do Piauí (UESPI) e Instituto Federal de Educação do Piauí (IFPI).

No que se refere à organização da estrutura do documento, após o quadro com os indicadores de cada meta, o Relatório traz o “comentário da meta”, com notas explicativas sobre o alcance ou eventuais desafios enfrentados no contexto específico do período avaliado.

Destacamos a existência de indicadores onde, apesar de algumas das informações encaminhadas, esses são insuficientes para gerar e aferir resultados de suas metas. Sendo assim, os indicadores que não possuem fontes oficiais, até que sejam divulgados dados oficiais não terão como ser aferidos.

Com relação a avaliação das estratégias, estabeleceu-se que na coluna “observações”, seriam trazidas informações sobre as ações desenvolvidas no período, bem como, proposições para que a finalidade da estratégia fosse alcançada. Na coluna “status”, determinou-se que seria utilizada a opção “concluída” se as ações/políticas previstas tiverem sido efetivadas no período estabelecido. A opção “em andamento” seria trazida para as ações/políticas que não atendessem às estratégias em alguma de suas demandas e a opção “não iniciada” para as estratégias que não tivessem no período nenhuma ação/política que as atendessem.

A seguir serão apresentados a avaliação e o monitoramento das metas do PME referentes aos anos de 2019 a 2021.



METAS DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO OBSERVADAS NO PERÍODO DE 2019 A 2021



2 EDUCAÇÃO INFANTIL

Meta 1: Universalizar, até 2016, a Educação Infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5(cinco) anos de idade e ampliar a oferta de Educação Infantil em creches, de forma a atender, no mínimo, 35% (trinta e cinco por cento) das crianças de 0(zero) a 3 (três) anos até o quinto ano de vigência do PME e garantir o mínimo de 80% (oitenta por cento) até o final do decênio.

2.1 Ficha metodológica dos indicadores municipais

Indicador	Proporção de pessoas de 4 a 5 anos matriculadas na pré-escola						
1A	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
	62,0	77,39	87,19	80,0	78,70	82,42	80,0

Indicador	Percentual da população de 0 a 3 anos que frequenta a escola/creche						
1B	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
	14,2	20,76	20,85	21,44	23,31	19,45	23,04

Fonte: DATASUS/2022

2.2 Comentários sobre a meta

Com base na série histórica em relevo, observa-se que em 2016, o atendimento das crianças de 4 e 5 anos atingiu um percentual superior a 70%. Esses dados revelam que embora seja um quantitativo expressivo de matrículas, o município de Teresina enfrentou desafios para o alcance da universalização do ensino para essa faixa etária. Todavia, esforços foram envidados para a expansão desse atendimento e têm-se nos anos de 2017 a 2020 um crescimento significativo. Não obstante, em 2021, o percentual de crianças matriculadas na pré-escola (80%) registrou queda de 2% em relação ao percentual alcançado no ano de 2020, esse decréscimo foi, possivelmente, influenciado pelas consequências da pandemia da Covid-

19 no Brasil.

No que tange à ampliação da oferta, de forma a atender, no mínimo, 35% (trinta e cinco por cento) das crianças de (0)zero a (3)três anos até o quinto ano de vigência do Plano Municipal de Educação(PME), ao analisar os dados em tela, observa-se que no ano de 2021 a Rede Municipal de Teresina atendeu 23,04%. Em relação ao ano anterior, tem-se um cenário que revela um leve crescimento no percentual de atendimento das crianças de 0(zero) a 3(três) anos, entretanto, a realidade ainda é desafiadora para o município de Teresina no que diz respeito ao cumprimento da referida meta.

O atendimento escolar em Teresina se dá por meio do Sistema Municipal de Ensino que compreende todas as Unidades de Ensino na esfera municipal, incluindo as públicas e privadas. Para garantir a expansão de atendimento das crianças de 0 a 5 anos, a Rede Municipal atendeu, no ano de 2021, mais de 40 mil alunos matriculados na Educação Infantil, conforme demonstrado na Tabela 01:

Tabela 1: Matrícula na Educação Infantil – Creche e Pré-escola

Educação Infantil	Segmento	Qtd. De Matrículas			
		Rede Municipal	Rede Estadual	Rede Privada	Total
Educação Infantil	Creche	9.909	-	2.340	12.249
	Pré-Escola	22.582	-	5.341	27.923
	Total	32.491	0	7.681	40.172

Fonte: Gerência de Informática – SEMEC (GED e Censo Escolar 2021).

Cabe ressaltar que o município de Teresina vem trabalhando em ações que correspondem à sua responsabilidade no tocante ao atendimento das crianças de 0 a 5 anos, nesse sentido, priorizou ações de construção, reforma e ampliação em suas unidades educacionais, além da contratação de professores e profissionais da educação, bem como do estabelecimento de parcerias, objetivando o cumprimento da meta em análise.

A Prefeitura Municipal de Teresina, em parceria com o Governo Federal, por meio do Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar



Pública de Educação Infantil (Proinfância), instituído pela Resolução nº6 de 24 de abril de 2007, inaugurou 08(oito) Centros Municipais de Educação Infantil(CMEI's), conforme apresenta a tabela 02:

Tabela 2- Centros Municipais de Educação Infantil construídos no biênio 2020/2021

CENTROS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO INFANTIL	PARCIAL INTEGRAL	Nº DE SALAS CONSTRUÍDAS	Nº DE TURMAS EFETIVAS (0 a 3 anos)	Nº DE TURMAS EFETIVAS (4 a 5 anos)	QUANT. ALUNOS MATRIC.
CMEI Dom Miguel Fenelon Câmara Filho	Integral	10	3	05	185
CMEI Noé Cerqueira Fortes	Integral	10	5	03	150
CMEI Prof. Roberto Gonçalves de Freitas	Integral	10	4	04	160
CMEI Eduardo Henrique Accioly Campos	Integral	8	2	02	83
CMEI João Batista Brito de Melo	Integral	10	6	02	187
CMEI Jonas Pereira da Silva	Integral	8 2 berçários	6	0	114
CMEI Noélia Maranhão da Costa e Silva	Integral	8	6	0	114
CMEI Maria Osmarina Moura Bezerra	Integral	10	2	04	142
Total	08	76	34	20	1135

Fonte: Sistema Ged/Semec /2022.

A tabela 2 apresenta o quantitativo de Centros Municipais construídos no biênio 2020 e 2021, bem como sua capacidade de funcionamento, considerando o número de turmas e de alunos matriculados, com perspectiva de atendimento em tempo integral de até 716 crianças na creche e 419 na pré-escola.

Destacam-se ainda, no quadro 01, outras ações desenvolvidas pelo município de Teresina

para expansão do atendimento de crianças na Educação infantil.

Quadro 01 - Ações desenvolvidas para a expansão do atendimento das crianças na Educação Infantil

Reforma e ampliação concluídas em 2021 de 02(dois) Centros Municipais de Educação Infantil, a saber Hercília Torres e Santa Teresinha com a construção de 12 salas, ampliando, assim, a matrícula de crianças de 0(zero) a 3(três) anos de idade, para 269 vagas, nestes Centros;
Reforma e ampliação de 03(três) Centros municipais de Educação Infantil: ● CMEI Peixe Vivo ● CMEI Árvores Verdes ● CMEI Louvor e Vida
Construção de 03(três) Centros Municipais de Educação Infantil(fase de atualização de orçamentos): ● Creche Proinfância Primavera Leste ● Creche Dilma Rousseff ● Creche Proinfância Eduardo Costa
Construção de 07(sete) Centros municipais de Educação Infantil - Programa Proinfância(em planejamento, preparando licitações de retomada): ● Aroeiras – Creche Tipo 1 – Terreno vistoriado; ● Povoado Tapuia – Creche Tipo 1 – Terreno Vistoriado; ● SAMAPI – Creche Tipo 1 – Terreno Vistoriado; ● Santa Maria da Codipi – Creche Tipo 1 - Terreno Vistoriado; ● Angelim – Creche Tipo 2 - Terreno Vistoriado; ● Parque Ideal – Creche Tipo 2 - Terreno Vistoriado; ● UFPI - Terreno Vistoriado – Possibilidade de implantação de Creche Tipo 1, com execução de calhas de drenagem pluvial.

Fonte: Gerência de Educação Infantil / Gerência de Manutenção e Conservação

Além das ações descritas, acrescenta-se também o processo seletivo para professores substitutos regidos pelo Edital nº 006/ maio de 2021 que ofertou 372 vagas destinadas à Educação Infantil, primeiro e segundo ciclos do Ensino Fundamental, bem como o Edital nº 004/ junho de 2022 com 512 vagas ofertadas, e ainda o concurso para professor efetivo da Semec respaldado pelo edital nº 007/2019 que ofertou 140 vagas.

Faz-se necessário ressaltar, que em função das dificuldades em obter informações referentes à Rede Privada, incluímos, em sua maioria, dados referentes à Rede Pública Municipal de Teresina.

Considerações apresentadas a partir da V Conferência Municipal de Educação de Teresina



No que se refere ao cumprimento do indicador 1A: praticamente foi atingido em 2023, quando se trata da demanda manifesta;

No que se refere ao indicador 1B: que tem como meta 35% até o 5º ano de vigência, em 2021, alcançou 24%. Já no ano de 2023 até o momento alcançou o percentual de 30%;

Atenção aos padrões legais do direito da criança em relação aos espaços escolares, em especial ao contexto de parquinhos, brinquedos, mobiliários, bibliotecas, refeitórios, sala de leituras e de profissionais qualificados.

É preciso fazer uma análise do direito das crianças nesses espaços, numa retrospectiva ao atendimento da educação infantil, pois onde houve a municipalização desse atendimento, ocorreu somente uma adaptação de prédios.



2.3 Estratégias

Estratégias	Prazo	Observações	Status	Atingiu
1.1 Realizar diagnóstico da rede pública de educação infantil com vistas a identificar as demandas prioritárias, em termos de condições infraestruturais e de recursos humanos.	2025	Diagnóstico feito a partir de: demanda manifesta; dados populacionais; pedido de solicitações das unidades de ensino, observações <i>in loco</i> realizadas pela Equipe Técnica da Semec; observação e análise da capacidade de atendimento. Para garantir o acesso, a permanência e a aprendizagem da população de 0(zero) a 5(cinco) anos, o município de Teresina conta com 244 unidades de ensino que atendem educação infantil, sendo 49 da rede particular de ensino, 24 escolas públicas de ensino fundamental com turmas de educação infantil e 171 Centros Municipais de Educação Infantil - CMEIs, distribuídos nas zonas urbanas e rurais, conforme consta na Tabela 01, em anexo. Proposições da V Conferência Municipal de Educação: Compreender a 1ª Infância e suas possibilidades; Escola de Tempo Integral: avançar no acesso permanência e assistência as famílias. Pois, a empregabilidade e renda de mães depende de um lugar seguro e de qualidade para auxiliar na	Em andamento	Parcialmente



Estratégias	Prazo	Observações	Status	Atingiu
		educação dos filhos. É obrigação do poder público atender a demanda manifesta e demanda reprimida.É preciso, também, alinhar política de saúde e educação para mapear e desenvolver políticas publicas para a Infância.		
1.2 Realizar micro-censo populacional, até 2016, para identificar: o quantitativo da população de 0(zero) a 5(cinco) anos; local onde habita; condições de moradia; condições de saúde e outros indicadores socioeconômicos.	2025	Uma vez que o município ainda não realiza micro-censo educacional, os dados populacionais são coletados via DATASUS e Portal do INEP, ambos <i>sites</i> oficiais do Governo Federal e de domínio público.	Não iniciada	Parcialmente



Estratégias	Prazo	Observações	Status	Atingiu
1.3 Definir/ adequar, padrões iniciais de qualidade do funcionamento das escolas da rede pública de acordo com o custo aluno-qualidade inicial - CAQi, e posteriormente o custo aluno-qualidade - CAQ, para atender a demanda de educação infantil de acordo com as especificidades das escolas do campo e da cidade.	2025	As construções e intervenções na rede física seguem os “Padrões mínimos de qualidade” estabelecidos pela SEMEC (2011), em conformidade com os Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil – MEC(2006), apresentando estrutura física, mobiliária e equipamentos necessários para atender, com qualidade ,crianças de 0(zero) a 5(cinco) anos. Assim a Secretaria de Educação disponibilizou mais 1.760 novas vagas para o atendimento de Creche e Pré-escola nos 171 CMEI’S e nas 24 Escolas de Ensino Fundamental que atendem turmas de Educação Infantil.	Em andamento	Parcialmente



Estratégias	Prazo	Observações	Status	Atingiu
1.4 Estabelecer em parceria com órgãos de assistência social, saúde, proteção à infância existentes no Município, no primeiro ano de vigência do PME, normas, procedimentos e prazos para definição de mecanismos de consulta pública da demanda das famílias por creches.	2025	A SEMEC, por meio da Gerência de Assistência ao Educando(GAE), registra as demandas a partir da manifestação espontânea das famílias, das Unidades de Ensino, das Associações Comunitárias, do Conselho Tutelar, da Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente - DPCA e do Ministério Público, e as encaminham para os setores competentes. Proposições da V Conferência Municipal de Educação: 1.4 - Demanda e Consulta Pública Estabelecer parceria com SUS, “as crianças não são invisíveis ao sistema, precisam ser mapeadas e dados divulgados às instituições que atendem as crianças”. Benefício Bolsa Família/Matrículas para facilitar a relação saúde/educação. O sistema SIGMA,responsável pelo gerenciamento das matrículas <i>online</i>, precisa ser melhorado, pois houve erros na matrícula em relação a idade da criança.	Em andamento	Parcialmente



Estratégias	Prazo	Observações	Status	Atingiu
1.5 Manter e ampliar, em regime de colaboração e respeitadas as normas de acessibilidade e as diretrizes do programa nacional, programa municipal de construção e reestruturação de escolas do campo e da cidade, bem como de aquisição de equipamentos, visando à expansão e à melhoria da rede física de escolas públicas e privadas de educação infantil, observando os padrões iniciais de qualidade da funcionalidade das escolas das redes pública e privada, de acordo com o CAQi e, posteriormente, o CAQ.	2025	No que se refere à Rede Pública Municipal de Ensino têm-se: - Construção e reestruturação de unidades de ensino nas zonas urbanas e rurais; - Garantia do Transporte escolar; - Equipagem das unidades de ensino de acordo com a necessidade e disponibilidade; - Adequação dos espaços físicos para acessibilidade; - Repasse financeiro (Fundo Rotativo). Proposições da V Conferência Municipal de Educação: 1.5 - Rede Física Assegurar transporte escolar voltado à Educação Infantil seguindo requisitos de segurança e qualidade. Os CMEI's que atendem creches devem ter mobiliário associado a rotina em sala de aula: colchonete, brinquedos, espaços adequados para uma aprendizagem significativa. Ressaltar a garantia aos espaços físicos de qualidade. Promover autonomia financeira dos CMEI's, quando se trata do fundo rotativo, a fim de que este não seja usado para sanar problemas estruturais do CMEI e sim auxiliar a manutenção, mas não pode ser o único recurso que dê autonomia à gestão financeira. Neste sentido, a	Em andamento	Parcialmente



Estratégias	Prazo	Observações	Status	Atingiu
		prefeitura deve contribuir para atender as necessidades da escola.		
1.6 Implantar, até o segundo ano de vigência deste PME, avaliação da Educação Infantil, a ser realizada a cada 2(dois) anos, com base em parâmetros nacionais de qualidade, a fim de aferir a infraestrutura física, o quadro de pessoal, as condições de gestão, os recursos pedagógicos e a situação de acessibilidade.	2025	A avaliação institucional da Educação Infantil, na Rede Pública Municipal, é realizada por meio de: Acompanhamento e monitoramento do Plano Estratégico/PES e do Plano de Ações Articuladas /PAR; Avaliação da gestão escolar , por meio do Contrato de Gestão, assinado pelos diretores; Plano de Metas e Ações; Quadro de pessoal (GA). Proposições da V Conferência Municipal de Educação: 1.6 - Avaliação A nível Federal não há avaliação da Educação Infantil, o que é realizado é avaliação na Educação	Em andamento	Parcialmente



Estratégias	Prazo	Observações	Status	Atingiu
		Infantil. Não há instrumental que auxilie a avaliação da Educação Infantil. Somente resultados e desempenhos. Avaliação precisa ser qualitativa. Criar, um instrumental da Avaliação que avalie o desempenho da criança e estrutura da educação. É preciso avaliar como as crianças estão aprendendo, os processos, as práticas, e as posturas. O gestor da escola ao assumir o Contrato de Gestão não responde a estratégia uma vez que não é só o gestor que garante a avaliação da Educação.		
1.7 Articular a oferta de matrículas gratuitas em creches certificadas como entidades beneficentes de assistência social na área de educação com a expansão da oferta na rede escolar pública, garantindo os padrões iniciais de qualidade.	2025	A articulação é feita, atualmente, com 04(quatro) unidades conveniadas, perfazendo um total de 507 crianças atendidas. Sendo que a Fundação Padre Antônio Dante Civiero (FUNACI) atende 125 e os CMEIs Francisca Marques, Nossa Senhora da Paz e Nossa Senhora Maria Auxiliadora atendem respectivamente 114, 170 e 98 crianças. Proposições da V Conferência Municipal de Educação: 1.7 - Expansão Rever o texto na estratégia onde se lê padrões legais de qualidade. O documento oficial trata de padrões iniciais.	Concluída	Sim



Estratégias	Prazo	Observações	Status	Atingiu
1.8 Colaborar com programa de formação inicial dos profissionais da educação em nível nacional e estadual, garantindo progressivamente o atendimento por profissionais com formação superior.	2025	Parceria com instituições de Ensino Superior, públicas e privadas, para estágios supervisionados, pesquisas de campo e desenvolvimento de projetos, conforme solicitação de pedido via Sistema Eletrônico de Informação/SEI.	Concluída	Sim



Estratégias	Prazo	Observações	Status	Atingiu
1.9 Implantar programa de formação continuada dos profissionais da Educação infantil, com foco nos direitos da criança; no enfrentamento da violência contra as crianças; nas questões étnico-raciais e geracionais; e nas demais demandas da realidade escolar.	2025	Na esfera municipal a formação ofertada no Centro de Formação de Professores Profº Odilon Nunes, destinada aos profissionais da Educação Infantil, contemplam percursos formativos realizados mensalmente no modelo remoto via plataforma <i>google meet</i>, e ou presencial, a fim de assegurar processos permanentes de formação docente, possibilitando o aperfeiçoamento da prática pedagógica, sendo estas alinhadas ao que propõem a Base Nacional Comum Curricular para Educação Infantil(BNCC) e de acordo com as especificidades educacionais das Unidades de Ensino. No ano de 2021 foram realizadas 10 formações contemplando 498 professores da Educação Infantil que atuam nas turmas de 1º e 2º períodos. Apresenta-se em anexo, tabela 02, com o quantitativo de professores contemplados pela formação continuada na Rede Pública Municipal de Teresina. Proposições da V Conferência Municipal de Educação: 1.9 - Formação de Professores A formação de professores também acontece em loco, pois o pedagogo tem um papel importante nessa formação Necessidade de formação	Em andamento	Parcialmente



Estratégias	Prazo	Observações	Status	Atingiu
		inclusiva aos professores. Em 2023 foi ofertado ,pela Gerência de Formação (GEFOR),formação para o segmento creche (maternal I e maternal II)		



Estratégias	Prazo	Observações	Status	Atingiu
1.10 Assegurar o atendimento das populações do campo e da cidade na Educação Infantil, por meio do redimensionamento da distribuição territorial da oferta, limitando a nucleação de escolas e o deslocamento de crianças, de forma a atender às especificidades dessas comunidades, garantido consulta prévia e informada.	2025	Atualmente a Rede Pública Municipal realiza atendimento em Unidades de Ensino, sendo na zona urbana 154 e na zona rural 17 CMEIs, assegurando transporte escolar para o deslocamento de crianças, conforme Portaria de matrículas Nº758.2021/GAB/SEMEC. Atendendo assim, 32.491 crianças, nas referidas zonas. Proposições da V Conferência Municipal de Educação: 1.10 - Atendimento em Comunidades Indígenas, Quilombolas e do Campo: Na rede não há modalidade de Educação do Campo. Há escolas que ofertam ensino na zona rural (no campo). Não há modalidade de Educação Indígena: há atendimento de alunos da comunidade WARAO (20 crianças indígenas venezuelanas na Educação Infantil).	Em andamento	Parcialmente



Estratégias	Prazo	Observações	Status	Atingiu
1.11 Priorizar o acesso à Educação Infantil e garantir a oferta do Atendimento Educacional Especializado(AEE) complementar e suplementar aos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, assegurando a educação bilíngue para crianças surdas e a transversalidade da educação especial nessa etapa da educação básica, garantido consulta prévia e informada.		Ocorre por meio do atendimento de 333 crianças na Educação Infantil. Destes, 145 estão sendo atendidos em 08(oito) salas de Atendimento Educacional Especializado(AEE), perfazendo um total de 43,54%. - No ano de 2021, foram disponibilizadas 690 vagas para Auxiliares de Apoio à Inclusão – AAI através do Processo Seletivo Simplificado de Estagiários de Nível Médio / Técnico e Superior. 97 professores foram contemplados com formação na perspectiva inclusiva(Libras) dos profissionais nas turmas regulares e de Atendimento Educacional Especializado(AEE). - Aquisição e adequação de equipamentos e recursos pedagógicos. - Melhoria da rede física nas escolas públicas na Educação Infantil. - Maiores informações com relação aos desdobramentos da estratégia 1.11 constam na Meta 4 - Inclusão.	Em andamento	Parcialmente



Estratégias	Prazo	Observações	Status	Atingiu
1.12 Articular a implementação de programas de orientação e apoio às famílias, entre as áreas de educação, saúde e assistência social, com foco no desenvolvimento integral das crianças de 0(zero) a 5(cinco) anos de idade.	2025	• A SEMEC /GAE desenvolve parcerias com: • Fundação Municipal de Saúde/Saúde da Família; • Secretaria Municipal de Cidadania, Assistência Social e Políticas integradas/ SEMCASPI; • Programa de alimentação/nutrição escolar (MEC/PMT); • Conselho Tutelar; • Ministério Público. Proposições da V Conferência Municipal de Educação: 1.12 - Apoio às Famílias: Intensificar parceria com SEMCASPI; Intensificar a política de intersetorialidade; Importância da PMPI(Plano Municipal pela Primeira Infância).	Em andamento	Parcialmente



Estratégias	Prazo	Observações	Status	Atingiu
1.13 Preservar as especificidades da Educação Infantil, garantindo o atendimento da criança de 0(zero) a 5(cinco) anos em estabelecimentos que atendam a parâmetros nacionais de qualidade, e a articulação com a etapa escolar seguinte, visando o ingresso do aluno de 6(seis) anos de idade ao Ensino fundamental.	2025	Há garantia de renovação de matrículas dos alunos da Rede Municipal, oriundos do 2º Período, no 1º ano do Ensino Fundamental, regulamentada em Portarias e Editais de matrículas, bem como no novo currículo da Educação Infantil que traz orientações importantes a respeito do processo de transição da Educação Infantil para o Ensino Fundamental. Proposições da V Conferência Municipal de Educação: 1.13 - Padrões Nacionais de Qualidade Somente avaliação de desempenho não valida a qualidade na Educação, tal avaliação se constitui apenas em um indicador de qualidade.	Em andamento	Parcialmente



Estratégias	Prazo	Observações	Status	Atingiu
1.14 Realizar o acompanhamento e o monitoramento do acesso e da permanência das crianças na Educação Infantil, em especial dos beneficiários de programas de transferência de renda, em colaboração com as famílias, por meio da articulação das áreas de educação, assistência social, saúde e proteção à infância.	2025	Na Semec, o monitoramento é realizado através da Coordenação do Programa Bolsa Família da Gerência de Assistência ao Educando – GAE. Contudo, de acordo com a GAE, só constam dados da etapa da Educação Infantil a partir do 3^a trimestre de 2022, pois até 2021 não têm informações de dados relativos à Educação Infantil. Proposições da V Conferência Municipal de Educação: 1.14 - Monitoramento do Acesso e da Permanência: Alinhar o monitoramento entre os setores que atendem a Educação Infantil; O PME precisa ser direcionado não somente a esfera pública; A Rede particular monitora o acesso e permanência; Estamos distante em relação às informações oficiais no monitoramento.	Em andamento	Parcialmente



Estratégias	Prazo	Observações	Status	Atingiu
1.15 Promover a busca ativa de crianças em idade correspondente à Educação Infantil, em parceria com os órgãos públicos de assistência social, de saúde e de proteção à infância, preservando o direito de opção da família em relação às crianças de até 3(três) anos. O Município realizará, publicará e divulgará a cada ano, levantamento da demanda manifesta por Educação Infantil em creches e pré-escolas, como forma de planejar e verificar o atendimento.	2025	São registradas pela DAE/GAE/SEMEC, a partir de contato com as famílias via ligação telefônica, bem como de visitas domiciliares. No ano de 2021, o quantitativo de educandos registrados no Programa Busca Ativa Escolar foi de 2.268. Cabe ressaltar que esse quantitativo é referente aos educandos de 04 a 17 anos, pois não há dados específicos somente de educandos da Educação Infantil, nem a nível local e nem a nível nacional. As demandas são raras. Proposições da V Conferência Municipal de Educação: 1.15 - Busca Ativa Não há dados da Busca ativa nacional para demanda de creche e pré-escola.	Concluída	Sim



Estratégias	Prazo	Observações	Status	Atingiu
1.16 Ampliar o acesso à Educação Infantil em tempo integral para crianças de 0(zero) a 5(cinco) anos, conforme estabelecido nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, atendendo, no mínimo, 25%(vinte e cinco por cento) da demanda manifesta até o final da vigência deste PME.	2025	A SEMEC possui 19 CMEIs que funcionam em tempo integral. Sendo que em 2021, na esfera municipal, 8,83% das matrículas na Creche, e 4,79% na Pré-escola, foram atendidas em tempo integral, totalizando 13,62% do atendimento de 0(zero) a 5(cinco) anos em tempo integral.	Em andamento	Parcialmente
1.17 Fomentar a participação da família na gestão democrática da escola, bem como no acompanhamento do processo de ensino aprendizagem de seus filhos.	2025	A participação da família ocorre por meio de: Eleição de diretores(quantidade de diretores eleitos); Elaboração/reelaboração do Projeto Político Pedagógico; Representação no Conselho escolar; Plantões escolares; Reuniões para acompanhamento do desempenho das crianças; Realização do Projeto "É tempo de acolher".	Concluída	Sim



Estratégias	Prazo	Observações	Status	Atingiu
1.18 Adequar os prédios de Educação Infantil existentes na cidade e no campo de modo que, em 5(cinco) anos, todos estejam conforme os padrões de infraestrutura estabelecidos.	2025	Dos 171 CMEIs: 22 CMEIs seguem o padrão Proinfância. Além disso, conta com reforma e ampliação concluídas de 2 CMEIs, conforme citado anteriormente no quadro - 2.	Em andamento	Parcialmente
1.19 Assegurar o atendimento das populações do campo na Educação Infantil nas respectivas comunidades, evitando processo de nucleação de escolas, conforme estabelecido na Resolução CNE/CEB nº 2, de 28 de abril de 2008 (Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica).	2025	Há garantia de matrículas dos alunos da Rede municipal, em Unidades de Ensino mais próximas de sua residência, conforme regulamenta Portarias e Editais de matrículas, citados anteriormente.	Concluída	Sim



Estratégias	Prazo	Observações	Status	Atingiu
1.20 Garantir alimentação escolar adequada para as crianças da Educação Infantil da cidade e do campo, baseada em cardápio que respeite a cultura e produção local, conforme previsto na Lei Federal nº 11.947, de 16 de junho de 2009 e Resolução CD/FNDE nº 26, de 17 de junho de 2013, que dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar.	2025	O município financia acima de 80% da alimentação escolar oferecida nas escolas públicas municipais, garantindo aquisição de 30% dos itens provenientes da agricultura familiar; A Divisão de Nutrição/GAE é responsável pela elaboração do cardápio e acompanhamento da alimentação escolar nas Unidades de Ensino, respeitando as necessidades e restrições alimentares. Proposições da V Conferência Municipal de Educação: 1.20 - ALIMENTAÇÃO ESCOLAR Necessidade de concurso para profissionais da nutrição. Fiscalização na qualidade da merenda.	Em andamento	Parcialmente



Estratégias	Prazo	Observações	Status	Atingiu
1.21 Reelaborar e implantar, no prazo de três anos de vigência deste PME, as Diretrizes Curriculares e Propostas Pedagógicas/ Curriculares da Secretaria Municipal de Educação e das Escolas de Educação Infantil do Município de Teresina.	2025	O processo de reformulação curricular é realizado por uma equipe de técnicos da SEMEC e Unidades de Ensino. Atualmente, encontra-se em fase de finalização. O mesmo será disponibilizado no primeiro semestre do ano de 2023 para efetivação nas Unidades de Ensino da Rede Pública Municipal de Ensino. A nível estadual foi realizada a elaboração do Currículo do Piauí à luz da Base Nacional Comum Curricular, com os direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento para as etapas de Educação Infantil e Ensino Fundamental em regime de colaboração com as redes municipais no ano de 2018, com consulta pública que contou com mais de 22.000 contribuições na plataforma do Currículo e mais de 5.000 contribuições via e-mail, sendo consolidado e homologado em 2019. Observações extras: Regulamentar a redução de alunos por turma de educação infantil Maternal I – 10 Maternal II – 15 1º e 2º período – 20 Assegurar o professor auxiliar quando exceder a quantidade estabelecida nas normativas.	Em andamento	Parcialmente

3 ENSINO FUNDAMENTAL

META 2: Universalizar o Ensino Fundamental de 9(nove) anos para toda a população de 6(seis) a 14(quatorze) anos e garantir que, em cinco anos, pelo menos 50%(cinquenta por cento) dos alunos concluam essa etapa, na idade recomendada, e que, até o último ano de vigência deste PME, esse percentual atinja 95%.

3.1 Ficha metodológica dos indicadores municipais

Indicador	2A - Percentual da população de 6 a 14 anos que frequenta a escola.						
2A	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
	88,48%	90,32%	90,36%	92,32%	93,57%	94,24%	97,54%

Indicador	2B - Percentual de pessoas de 16 anos com pelo menos o Ensino Fundamental concluído.						
2B	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
	75,12%	76,85%	76,26%	78,89%	73,50%	81,51%	76,85%

3.2 Comentários sobre a meta

Com base na série histórica, o município de Teresina apresentou crescimento progressivo do percentual da população de 6 a 14 anos que frequenta a escola, atingindo em 2015, 88,48% de matrículas e, 97,54%, em 2021.

Ao analisar o quantitativo de matrículas e sua relação com a população residente ou o número de nascidos vivos, observa-se um movimento crescente, evidenciando a superação da meta prevista para o final do prazo de vigência do PME.

Dentre as ações para garantir o acesso e a permanência dos estudantes no Ensino Fundamental, destaca-se a busca ativa de crianças e adolescentes fora da escola, em parceria com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, adolescência e juventude com acompanhamento junto às famílias, por meio de visitas domiciliares.

De acordo com a série histórica, o percentual de estudantes concluintes do Ensino Fundamental apresentou progressivo crescimento entre o período de 2015 a 2018, passando de 75,12% a 78,89%, respectivamente. Em 2019, houve declínio, caindo para 73,50%, voltando a



crescer para 81,51%, em 2020 e registrando o percentual de 76,85%, em 2021.

Visando uma compreensão mais clara sobre a construção desses dados, apresentamos a tabela 03:

Tabela 03: Percentual de pessoas de 16 anos com pelo menos o Ensino Fundamental concluído.

Ano base	Total de concluintes	População residente	% de conclusão do Ens. Fundamental na idade recomendada
2015	11.754	15.646	75,12%
2016	11.632	15.135	76,85%
2017	10.992	14.412	76,26%
2018	11.298	14.320	78,89%
2019	10.864	14.780	73,50%
2020	12.018	14.744	81,51%
2021	10.921	14.210	76,85%

Fonte: Censo Escolar 2015 - 2021 – INEP / Tabnet – DATASUS

Na tabela 01, destacamos a série histórica do total de estudantes concluintes e a população residente, referente ao intervalo de 2015 a 2021. Para efeito deste estudo tomou-se como base o quantitativo de matrículas e dos nascidos vivos, considerando a faixa etária de 6 a 14 anos, idade recomendada para conclusão do Ensino Fundamental.

Com base nessa série histórica, observa-se que o maior percentual de estudantes concluintes do Ensino Fundamental na idade recomendada foi registrado no ano de 2020, atingindo 81,51%, podendo observar que esse também foi o ano em que o quantitativo de matrículas superou os demais. Diante do cenário apresentado, é possível levantar a hipótese de que esse fenômeno pode ter ocorrido em face do período pandêmico em que a matrícula no âmbito público aumentou significativamente, bem como a flexibilização nas formas de oferta e



acompanhamento da aprendizagem, e ainda, das estratégias avaliativas dos estudantes.

Os resultados apontam para o cumprimento da meta projetada para os 5 anos subsequentes de vigência do PME, suplantando, assim, a projeção para esse período, que era de 50%.

Dentre as estratégias e medidas que visam a conclusão do Ensino Fundamental de 9 anos para a população de 6 a 14 anos, destacamos:

- Uso da Plataforma Mobieduca.Me, ambiente web para monitoramento e acompanhamento das atividades remotas;
- Uso da Plataforma A Escola em Minha Casa, canal de comunicação oficial da Secretaria Municipal de Educação de Teresina, disponibilizando ao corpo técnico-docente, informações e conteúdos didático-pedagógicos durante as aulas não presenciais;
- Veiculação das Aulas na TV, com o objetivo de fortalecer o trabalho desenvolvido pelos professores no ensino híbrido;
- Uso de ferramentas como aplicativos de mensagens, redes sociais, Google Suíte, material impresso, videoconferências e outros, conforme as suas especificidades;
- Implantação do Diário de Classe online para registro de frequência dos alunos e conteúdos das aulas ministradas;
- Entregas de atividades impressas com agendamento de horários individuais;
- Visitas às famílias para conversas sobre a importância da participação dos alunos nas Aulas *online*;
- Entrega de kits de merenda escolar, disponibilizados pela SEMEC na escola, oportunizando o diálogo com as famílias;
- Convocação e processos seletivos de profissionais da educação (professores efetivos e substitutos) Edital 004/2019 (professor substituto 2º ciclo): 86 convocações; Edital 007/2019 (professor efetivo 2º ciclo): 44 convocações;
- Realização de Teste Seletivo de Professores Substitutos para atuarem nas Unidades de Ensino da Rede Pública Municipal de Teresina. Edital 006/2021 (professor substituto Primeiro e Segundo ciclos): 372 convocações;
- Implantação do Projeto Escola de Pais que tem como objetivo aproximar as famílias da rotina escolar dos filhos, trazer as famílias para o universo escolar;
- Formação continuada de Professores da Rede Pública Municipal de Teresina.



3.3 Estratégias

Estratégias	Prazo	Observações	Status	Atingiu?
2.1 Colaborar na elaboração, divulgar e implantar a proposta em consonância com o Ministério da Educação, em relação aos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento dos alunos de Ensino Fundamental, a serem atingidos nos tempos e etapas de organização deste nível de ensino, que configuram a Base Nacional Comum Curricular.	2025	Ações SEMEC Em 2018, foi realizada a reformulação do Currículo do Ensino Fundamental de Teresina na perspectiva da Base Nacional Comum Curricular (BNCC): organização de Grupos de estudos e de Trabalho; realização de consulta pública, por meio de questionário, envolvendo 10.171 estudantes e 921 professores e pedagogos de 154 Unidades de Ensino (10 de Educação Infantil e 144 de Ensino Fundamental). Implantação da Proposta Curricular da Modalidade da Educação Jovens e Adultos – EJA. Ações SEDUC Foi realizada a elaboração do Currículo do Piauí à luz da Base Nacional Comum Curricular, com os direitos e objetivos de aprendizagem para as etapas de Educação Infantil e Ensino Fundamental em regime de colaboração com as redes municipais no ano de 2018, com consulta pública que contou com mais de 22.000 contribuições na plataforma do Currículo e mais de 5.000 contribuições via e-mail, sendo consolidado e homologado em 2019. A partir da homologação foi realizada a formação continuada do Currículo do Piauí para as etapas da	Em andamento	Parcialmente

Estratégias	Prazo	Observações	Status	Atingiu?
		Educação Infantil e Ensino Fundamental.		
2.2 Aderir ao pacto com a União e o Estado, no âmbito da instância permanente de que trata o § 5º, do art. 7º, desta Lei, a implantação dos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento que configuram a Base Nacional Comum Curricular do Ensino Fundamental.	2025	Ações SEMEC Desenvolvimento do Programa Tempo de Aprender em 142 Unidades de Ensino, uma política em parceria com o Governo Federal. Em 2021 foi assinado o Convênio de Adesão de pactuação entre Estado e Município para o desenvolvimento, em regime de colaboração, do Programa Piauiense de Alfabetização na Idade Certa - PPAIC. Implementação do Programa Brasil na Escola, em 08 escolas, beneficiando 2.532 alunos do 6º ao 9º ano, matriculados na Rede Municipal de Ensino.	Em andamento	Parcialmente



Estratégias	Prazo	Observações	Status	Atingiu?
2.3) Adotar mecanismos para o acompanhamento individualizado dos alunos do Ensino Fundamental.	2025	Ações SEMEC • O acompanhamento dos estudantes é realizado por meio de: • Controle de frequência diária do aluno, via plataforma Mobieduca.Me; • Avaliação interna e externa; • Implementação do Programa Fórmula da Vitória em 61 Escolas; • Projeto Reforço Unificado; • Programa Cidade Olímpica Educacional; • Projeto Pré-IFPI beneficiando alunos do 9º ano (2018: 310 alunos, 2022:125 alunos e 2023 atenderá 450 alunos); • Realização do Projeto de intervenção pedagógica para os alunos do 3º ano não alfabetizados; • Implementação do Programa Tempo de Aprender no 1º e 2º ano do Ensino Fundamental; • Desenvolvimento do Projeto Alfabetiza Teresina; • Implementação do Programa Piauiense de Alfabetização na Idade Certa para atendimento aos alunos da Educação Infantil (1º e 2º período) e do Ensino Fundamental (1º e 2º ano).	Em andamento	Parcialmente
2.4 Fortalecer o acompanhamento e monitoramento do acesso, da permanência e do aproveitamento escolar dos beneficiários de programas de transferência de renda,	2025	Ações SEMEC O acompanhamento e monitoramento é feito através de: • Acompanhamento junto às Unidades de Ensino	Em andamento	Parcialmente

Estratégias	Prazo	Observações	Status	Atingiu?
bem como das situações de discriminação, preconceitos e violências na escola, visando o estabelecimento de condições adequadas para o sucesso escolar dos alunos, em colaboração com as famílias e com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, adolescência e juventude.		realizado pela equipe de Superintendentes Escolares; • Encaminhamento, aos órgãos competentes, das situações de riscos e vulnerabilidade; • Elaboração do Protocolo de Atendimento e Prevenção às crianças e adolescentes em situações de risco e vulnerabilidade social; • Projeto Escola e Família, que visa fortalecer a relação Escola-Família e articular com as Redes de Proteção. Proposições da V Conferência Municipal de Educação: Criação de núcleos de estudo em mediação de conflitos para serem multiplicadores nas Unidades de Ensino.		
2.5 Adotar medidas que promovam a busca ativa de crianças e adolescentes fora da escola, em parceria com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, adolescência e juventude, tais como a criação de um núcleo multidisciplinar com assistente social, pedagogo e psicólogo.	2025	Ações SEMEC Desenvolvimento do Programa Busca Ativa Escolar: • Mobilizar os diferentes níveis de governo e a sociedade para garantir o acesso, a permanência, a aprendizagem e a conclusão da educação básica na idade certa às crianças e adolescentes brasileiros; Programa Educação e Família: • Fomentar e qualificar a participação da família na vida escolar do estudante e na construção do seu projeto de vida.	Em andamento	Parcialmente



Estratégias	Prazo	Observações	Status	Atingiu?
		Mobilização. Ações SEDUC Para isso, além da realização que já acontece de parcerias entre os diversos órgãos públicos que se relacionam com o tema em maior e menor grau, como os de educação, assistência social, saúde e proteção à infância já existentes. O Governo Estadual fez a readesão da estratégia Busca Ativa do Fundo das Nações Unidas para a Infância UNICEF, assinando o Termo em outubro de 2021. A SEDUC realizou evento de mobilização de Busca Ativa- Intersetorial(UNDIME, UNICEF, INSTITUTO UNIBANCO) e disponibilizou o Plano de Ação da Seduc 2022/23 e o Documento Orientador do DIA “D” para as escolas da Rede Estadual e Municipal. Proposições da V Conferência Municipal de Educação: Acompanhamento por um núcleo específico na Busca ativa, associado com a rede de proteção à permanência do aluno.		



Estratégias	Prazo	Observações	Status	Atingiu?
2.6 Desenvolver tecnologias pedagógicas que combinem, de maneira articulada, a organização do tempo e das atividades didáticas entre a escola e o ambiente comunitário, considerando as especificidades da educação especial, da educação de jovens e adultos, das escolas do campo e das comunidades indígenas e quilombolas.	2025	A Secretaria Municipal, visando garantir o atendimento aos alunos, a organização do tempo e das atividades pedagógicas, disponibiliza às Unidades de Ensino: • Plataforma Mobieduca.Me: ferramenta pedagógica que possibilita o acompanhamento do desempenho individual do aluno, registro de aulas e controle da frequência do mesmo; • Uso do Diário <i>Online</i>; • Calendário <i>Online</i>; • Vinculação de aulas na TV, em 2021, objetivando fortalecer o trabalho desenvolvido pelos docentes no ensino híbrido; • Plataforma <i>A Escola em Minha Casa</i>, atendendo 100% dos alunos do 1º ao 9º ano do Ensino Fundamental; • Aquisição e instalação de 10(dez) Bibliotecas Móveis - Projeto GIROTECA nas escolas de Ensino Fundamental; • Execução do Projeto EduBot em 02 escolas da Rede Municipal, beneficiando 280 alunos; • Implantação de salas virtuais em 12 escolas; • Desenvolvimento do Programa Letramento em Programação em 09 turmas do 6º ano de 9(nove) escolas da Rede Municipal e 02 turmas do Programa Cidade Olímpica Educacional; • Distribuição de 920 tablets	Em andamento	Parcialmente



Estratégias	Prazo	Observações	Status	Atingiu?
		em 46 Unidades de Ensino, com vistas a despertar o interesse pelo aprendizado e subsidiar o trabalho pedagógico. Proposições da V Conferência Municipal de Educação: Ampliação do Pré-técnico IFPI com videoaulas a serem disponibilizados aos alunos que não estão nas Unidades de Ensino contempladas pelo Projeto. Ampliação da quantidade de Girotecas.		
2.7 Disciplinar, no âmbito dos sistemas de ensino, a organização flexível do trabalho pedagógico, incluindo adequação do calendário escolar de acordo com a realidade local, a identidade cultural e as condições climáticas da região.	2025	Ações SEMEC • Flexibilização Curricular: Reorganização dos Planos Referenciais, Programas de Ensino, Matrizes Curriculares e Orientações Didáticas, com vistas a flexibilização curricular prevista para calendário 2020-2022. • Construção coletiva das Diretrizes Educacionais, documento norteador que visa subsidiar as Unidades de Ensino no seu planejamento pedagógico anual. • Constituição de comissões para elaboração das normativas: Editais e Portarias de Matrículas e Calendário Escolar. Ações SEDUC O trabalho pedagógico é orientado, com instruções normativas, notas técnicas, portarias e realização de oficinas de acordo com a	Em andamento	Parcialmente

Estratégias	Prazo	Observações	Status	Atingiu?
		frente de trabalho, acompanhado e monitorado pela equipe das gerências de Ensino Fundamental, Ensino Médio e coordenação do tempo integral da Unidade de Ensino e Aprendizagem. No edital de matrícula de cada ano letivo é publicado o calendário letivo e na sequência, ao iniciar o ano letivo é publicado o calendário pedagógico, em que as escolas, após diretriz e portaria do calendário, fazem a adaptação de acordo com as especificidades. O mesmo é postado em plataforma específica da rede, analisado, validado e acompanhado pela equipe da unidade de gestão e inspeção escolar. Proposições da V Conferência Municipal de Educação: Flexibilização Curricular: Reorganização dos Planos Referenciais com efetivação da inserção dos Objetos de Desenvolvimento Sustentável(ODS). Reflexões da efetivação do currículo na prática.		
2.8 Promover a relação das escolas com instituições e movimentos culturais, a fim de garantir a oferta regular de atividades culturais para a livre fruição dos alunos dentro e fora dos espaços escolares, assegurando ainda que as escolas se	2025	Ações SEMEC Estabelecimento de parcerias, visando a realização de atividades pedagógicas e culturais com os estudantes da Rede Municipal de Ensino: Fundação Quixote: Salão do Livro do Piauí -	Em andamento	Parcialmente



Estratégias	Prazo	Observações	Status	Atingiu?
tornem pólos de criação e difusão cultural.		SALIPI; • Ultragaz Cultural: Carreta Cinema; • Implantar o Projeto Caminho das Águas e Artes nos muros em parceria com AEGEA (Águas de Teresina), atendendo aos alunos do 6º ao 9º ano e EJA. • Participação no Projeto “A incrível máquina dos livros”; • Bibliosesc: Biblioteca Ambulante; • Instituto Federal do Piauí - IFPI; • SEBRAE: Educação Empreendedora. Proposições da V Conferência Municipal de Educação: Promoção de ações pedagógicas (próprias da Rede) para a resolução de problemas sociais Ex: eventos, concursos, feiras, semana cultural, campeonatos, dentre outros.		
2.9 Incentivar a participação dos pais ou responsáveis no acompanhamento das atividades escolares dos filhos por meio do estreitamento das relações entre as escolas e as famílias.	2025	Ações SEMEC Projeto Escola x Família: Fortalecer a relação escola, família, comunidade, e trabalhar a efetividade das políticas públicas para garantia do direito à Educação; Projeto Piloto “Fortalecendo Laços”: Trabalhar a convivência e o fortalecimento de vínculos de forma lúdica, estimulando a autonomia, criatividade, confiança, e	Em andamento	Parcialmente

Estratégias	Prazo	Observações	Status	Atingiu?
		desenvolvimento de habilidades; Projeto "Escola de Pais", 05(cinco) em 39 escolas da Rede, no ano de 2022: União Marista do Brasil – Projeto Entrelaça; Fortalecer as relações entre os sujeitos sociais inseridos na comunidade educativa.		
2.10 Realizar micro-censo populacional para identificar o quantitativo da população de 6 a 14 anos da educação do campo, indígena, cigana e quilombola, de modo a garantir a oferta do Ensino Fundamental, em especial dos anos iniciais, nas próprias comunidades.	2025	Ações SEMEC Atendimento às comunidades venezuelanas – Warao ,por meio do Projeto Alfabetização sem Fronteiras, atendendo alunos da Educação Infantil e do Ensino Fundamental.	Em andamento	arcialmente
2.11 Desenvolver formas alternativas de oferta do Ensino Fundamental, com qualidade, para atender às comunidades itinerantes;	2025	Ações SEMEC Implantar o Projeto Pedagógico “Classes Hospitalares”; Garantir a matrícula nas Unidades de Ensino da Rede Municipal para os artistas do circo e parque de diversão que tem instalação provisória em nossa cidade.	Em andamento	arcialmente
2.12 Promover a integração no currículo escolar de atividades de incentivo e desenvolvimento de talentos, inclusive mediante certames e concursos nacionais, através de parcerias com instituições, entidades e/ou órgãos públicos.	2025	Ações SEMEC A promoção da integração curricular é realizada através da: Implementação do Programa Cidade Olímpica, beneficiando alunos do Ensino Fundamental - Anos Finais; Participação em campeonatos locais, regionais e nacionais em badminton, judô, jogos	Em andamento	Parcialmente



Estratégias	Prazo	Observações	Status	Atingiu?
		estudantis; circuito de xadrez; parceria com o balé Bolshoi; Programa AABB Comunidade; Parceria com o Pelotão Mirim, parceria com o Conselho Tutelar e Ministério Público; Implementação do Projeto Preparatório Pré-IFPI. Ações SEDUC É mobilizado nas escolas a participação nas Olimpíadas de Língua Portuguesa, Matemática, História, Construção de Foguetes em nível de escola, regional de educação, estado e nacional; Circuito de Ciências que é um evento que socializa as vivências interdisciplinares e/ou inovadoras realizadas por estudantes no âmbito das unidades escolares, valorizando o trabalho pedagógico e fortalecendo o processo de ensino-aprendizagem, em consonância com os documentos norteadores existentes na Rede de Ensino.		
2.13 Promover atividades de desenvolvimento e estímulo a habilidades esportivas nas escolas, interligadas a um plano de disseminação do desporto educacional e de desenvolvimento esportivo nacional.	2025	Ações SEMEC Realização dos XXVI Jogos das Escolas Municipais de Teresina, JET's e VII Circuito SEMEC de Xadrez; Participação dos alunos e professores da Rede Municipal nos Jogos Escolares Brasileiros – JEB's Jogos Escolares da Juventude; Acompanhamento de ações com Organizações da Sociedade Civil – OSC,	Em andamento	Parcialmente

Estratégias	Prazo	Observações	Status	Atingiu?
		parcerias com a SEMEC, dos Projetos/Programas: Programa AABB, Comunidade, Programa Forças no Esporte – PROFESP, Projeto Superação, Projeto Badminton na Escola. Ações SEDUC É realizado o projeto Jogos das Escolas Públicas Estaduais Piauiense-JEPEP’S. Os Jogos envolvem a Categoria Infantil e Infanto, no Gênero Masculino e Feminino, nas Modalidades Coletivas: Basquetebol, Futsal, Handebol e Voleibol, Modalidades Individuais: Atletismo, Badminton, Ciclismo, Ginástica Rítmica, Judô, Natação, Tênis de Mesa, Xadrez e Voleibol de Praia		
2.14 Garantir o respeito aos limites do número de alunos por série/turma, estabelecidos nas normas vigentes.	2025	Ações SEMEC Elaboração das Normativas da Secretaria: Editais e Portarias de Matrículas e Calendário Escolar da Rede Municipal. Proposições da V Conferência Municipal de Educação: 2.15 Matrículas e monitoramento Elaboração de Lei que regulamente quantidade de alunos por turma Gerência de Assistência ao Educando (GAE) - aumento do efetivo profissional a	Em andamento	Parcialmente



Estratégias	Prazo	Observações	Status	Atingiu?
		fim de atender as demandas solicitadas pela comunidade educacioanal; Centro Municipal de atendimento multidisciplinar – nucleação das equipes para aumento do número de alunos atendidos.		



4 ENSINO MÉDIO

META 3: Universalizar, até 2018, o atendimento escolar para toda a população de 15(quinze) a 17(dezessete) anos, garantindo que, em cinco anos, a taxa líquida de matrículas, no Ensino Médio, atinja 50% (cinquenta por cento) e, até o final da vigência deste Plano, atinja 85%.

4.1 Ficha Metodológica dos Indicadores Municipais

Indicador	3A: Percentual da população de 15 a 17 anos que frequenta a escola.							Prazo	2025	Atingiu?
3A	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021			
	25,28	25,56	26,14	25,76	24,93	25,78	23,99			

Indicador	3B: Taxa de escolarização líquida no Ensino Médio da população de 15 a 17 anos.							Prazo	2025	Atingiu?
3B	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021			
	94,36	89,74	84,31	82,80	81,47	78,46	97,92			

Fonte: Censo Escolar 2015 - 2021 – INEP

4.2 Comentários sobre a meta

No que tange ao indicador 3A, que apresenta a Taxa de Escolarização Bruta, calculada a partir da razão entre o número total de matrículas (independente da faixa etária) e a população correspondente à faixa etária de 15 a 17 anos, que frequenta a educação básica, a série histórica evidencia um discreto crescimento no intervalo de 2015 a 2017 e oscilações no intervalo subsequente, partindo de 25,28%, em 2015 e 23,99%, em 2021.

A série histórica evidencia que o indicador 3B, calculado a partir da razão entre o número de matrículas de alunos com idade prevista (15 a 17 anos) para estar cursando o ensino médio e a população total na mesma faixa etária, embora tenha sofrido oscilações neste intervalo, cresceu de 94,36%, em 2015, para 97,92%. Esse crescimento revela que o município de Teresina suplantou o resultado esperado para o final da década de vigência do Plano, cuja meta é 85%.



4.3 Estratégias Ensino Médio

Estratégias	Prazo	Observações	Status	Atingiu?
3.1 Apoiar ações desenvolvidas no contexto da adesão ao programa nacional de renovação do Ensino Médio ou na adoção de medidas de fortalecimento onde tais políticas já foram implantadas.	2025	<u>ACÕES SEDUC</u> Participação dos técnicos da SEDUC nas formações oferecida por parceiros tais como: MEC, Instituto Unibanco, Fundação Leman, Instituto Reúna, no sentido de apoiar a construção do novo Currículo do Ensino Médio à luz da Base Nacional Comum Curricular; Disponibilização de aporte financeiro por parte do MEC para que escolas adeptas ao programa Novo Ensino Médio realizem formação continuada alinhada à BNCC, como para planejar e executar ações com foco na implementação do Novo Currículo; Elaboração do Plano de Implementação do Novo Currículo do Ensino Médio, validado pelo MEC; Produção do novo currículo do Ensino Médio; Homologação do currículo do novo Ensino Médio pelo Conselho Estadual de Educação;	Em andamento?	Parcialmente?

Estratégias	Prazo	Observações	Status	Atingiu?
		Elaboração da nova matriz para a implementação do novo currículo, cumprindo as normativas do Ministério da Educação; Consulta pública do novo currículo através da plataforma do Currículo e via e-mail, com previsão de implantação em 2022, de forma gradativa e conclusão para 2024.		
3.2) Colaborar com a rede pública de ensino na adoção de medidas para implantação da proposta definida pelo Ministério da Educação, em relação aos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento dos alunos de Ensino Médio, a serem atingidos nos tempos e etapas de organização deste nível de ensino, com vistas a garantir formação básica comum, assegurando a articulação curricular entre os diferentes níveis (infantil, fundamental e médio), observando as demandas geradas na rede pública.	2025	<u>AÇÕES SEDUC</u> Informações repassadas pela SEDUC após a realização da V Conferência, portanto não avaliadas pelos Eixos de discussão. Criação do “Pacto Pela Aprendizagem ² ”, em 2017, com a expectativa de aprimorar a qualidade do ensino e aprendizagem das escolas públicas da rede estadual e elevar o grau de proficiência dos alunos, priorizando o ensino médio, tendo como prioridade o fluxo educacional e garantir educação na idade certa, reduzir os índices de distorção idade/série, índices evasão, e de	Em andamento?	Parcialmente?

² Pautado nos sete em 7(sete) pilares estratégicos: Currículo, Formação, Avaliação, Acesso e Fluxo, Infraestrutura, Tecnologia e Gestão Democrática, organizados a partir de uma visão sistêmica havendo uma forte inter-relação entre cada área temática.



Estratégias	Prazo	Observações	Status	Atingiu?
		abandono em todos os níveis educacionais, com metas específicas para cada etapa de ensino. Formação cidadã, professores de excelência, gestores reconhecidos como líderes tendo uma escola acolhedora e inclusiva. Para garantir, foi construída uma base específica de sustentação que consiste em planejamento (metas e ações), circuito de gestão, acompanhamento pedagógico e de gestão que é o suporte para o fortalecimento e consolidação das ações dos pilares, fundamentado em estudos e análises realizados pela SEDUC/PI em parceria com CONSED, Instituto REUNA e para a implementação Instituto UNIBANDO que definiram os indicadores, metas e valores para a correção do IDEB, até 2023.		
3.3) colaborar com a rede pública de ensino na adoção de medidas que garantam a fruição de bens e espaços culturais, de forma regular, bem como a ampliação da prática desportiva, integrada ao	2025	<u>AÇÕES SEDUC</u> Informações repassadas pela SEDUC após a realização da V Conferência, portanto não avaliadas pelos		

Estratégias	Prazo	Observações	Status	Atingiu?
currículo escolar;		Eixos de discussão. A Rede Pública Estadual tem desenvolvido ações voltadas para a fruição de bens e espaços culturais com a construção de quadras cobertas, ação que se ampliou com as ações do Pro-Piauí, com a reforma das escolas. Para garantir a efetivação dessa ação, a Rede pública de ensino instituiu, por meio de portaria, e vem sendo implantado o Esporte Educacional integrado ao Currículo, conforme o Plano Estadual de Educação-PEE, apoio para realização anual, dos Jogos Escolares, Circuito de Ciências e Festival de Artes envolvendo todas as escolas e todos os estudantes da Rede. Os Jogos das Escolas Públicas Estaduais Piauienses - JEPEP'S; Os Jogos Escolares têm por objetivo valorizar o ensino de Educação Física e a prática do Esporte Educacional como instrumento benéfico à formação da personalidade e a socialização do estudante, haja vista que cultiva princípios básicos da disciplina: lealdade, amizade e		



Estratégias	Prazo	Observações	Status	Atingiu?
		honestidade; Promover o intercâmbio socioeducativo e esportivo entre estudantes e professores; Identificar os talentos desportivos nas diversas modalidades: Garantir o conhecimento do esporte de forma sistematizada e classificar os representantes da Rede Estadual para a seletiva dos Jogos Estaduais Piauienses /JEP’S/FUNDESPI. Os Jogos envolvem a Categoria Infantil e Infante, no Gênero Masculino e Feminino, nas Modalidades Coletivas: Basquetebol, Futsal, Handebol e Voleibol, Modalidades Individuais: Atletismo, Badminton, Ciclismo, Ginástica Rítmica, Judô, Natação, Tênis de Mesa, Xadrez		
3.4) Manter e ampliar, em regime de colaboração, programas e ações de correção de fluxo do ensino fundamental, por meio do acompanhamento individualizado do aluno com rendimento escolar defasado e pela adoção de práticas como aulas de reforço no turno complementar, estudos de recuperação e progressão parcial, de forma a reposicioná-lo no ciclo escolar de maneira compatível com sua idade.	2025	<u>ACÕES SEDUC</u> Informações repassadas pela SEDUC após a realização da V Conferência, portanto, não avaliadas pelos Eixos de discussão. A SEDUC realizou o Programa Mais Aprendizagem, abrangendo todas as Gerências e regionais e respectivas escolas, com		

Estratégias	Prazo	Observações	Status	Atingiu?
		objetivo de apoiar ação pedagógica nas escolas. A equipe pedagógicas do Ensino Médio e Fundamental percorreu todo estado, levando formação in loco e semanalmente pelo Canal Educação. Além disso, a SEDUC realizou ao longo dos últimos anos, atendimento especializado, visando a mitigação do abandono e a reprovação, Fez a distribuição de material didático impresso e equipamentos eletrônicos (tablete/celular) para garantir aos estudantes acesso rápido a conteúdos que são postados pelos professores através do Canal Educação. A Secretaria executa e apoia projetos especiais e mobiliza as escolas para a participação nas Olimpíadas de Língua Portuguesa, Matemática, História, Olimpíada de Astronomia e Astronáutica - "Jornada de Foguete" em nível de escola, regional de educação, estado e nacional. Para além, realiza, em dimensão de rede, o Circuito de Ciências que é um evento que socializa as vivências interdisciplinares e/ou inovadoras realizadas por estudantes		



Estratégias	Prazo	Observações	Status	Atingiu?
		abrangendo todas unidades escolares e todas as modalidades, valorizando o trabalho pedagógico e fortalecendo o processo de ensino aprendizagem.		
3.5) Colaborar com os processos de avaliação, fundamentados em matriz de referência do conteúdo curricular do Ensino Médio e em técnicas estatísticas e psicométricas que permitam comparabilidade de resultados, articulando-o com o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica - SAEB, e promover sua utilização como instrumento de avaliação sistêmica, para subsidiar políticas públicas para a educação básica, de avaliação certificadora, possibilitando aferição de conhecimentos e habilidades adquiridos dentro e fora da escola, e de avaliação classificatória, como critério de acesso à Educação Superior.	2025	Ações da SEDUC Informações repassadas pela SEDUC após a realização da V Conferência, portanto, não avaliadas pelos Eixos de discussão. A secretaria participa do processo de avaliação do SAEB mobilizando e incentivando as escolas a participarem das avaliações, realiza caravana pedagógica a fim de refletir com a comunidade escolar sobre a importância das avaliações de larga escala, escolas de atenção da Rede Estadual e dialogar com os estudantes sobre a importância do SAEB, e dos dados obtidos a partir dela, para as políticas públicas da Rede. E, à luz desses resultados a secretaria realiza nos anos pares sua avaliação de Rede anos pares SAEPI, que serve de base para o planejamento anual. A Rede desenvolve avaliações diagnóstica durante todo o ano, dando devolutivas		

Estratégias	Prazo	Observações	Status	Atingiu?
		dos indicadores para a Rede, como também propondo intervenções quando necessárias. Em 2023 A SEDUC está realizando o Pré SAEB na estrada com “aulões” com foco na Matriz do SAEB com os estudantes do 9º ano do Ensino Fundamental e da 3ª série do Ensino Médio da Rede.		
3.6) Identificar demandas que possibilitem fomentar a expansão das matrículas gratuitas de Ensino Médio integrado à Educação Profissional, observando-se as peculiaridades das populações do campo, das comunidades indígenas e quilombolas e das pessoas com deficiência.	2025	<u>ACÕES SEDUC</u> Informações repassadas pela SEDUC após a realização da V Conferência, portanto, não avaliadas pelos Eixos de discussão. ...[Estratégia cumprida pela Unidade de Educação Profissional - UTEP e Gerência de Educação Inclusiva e Diversidade - GID]		



Estratégias	Prazo	Observações	Status	Atingiu?
3.7) Colaborar com o fortalecimento do acompanhamento e do monitoramento do acesso e da permanência dos jovens beneficiários de programas de transferência de renda, no Ensino Médio, quanto à frequência, ao aproveitamento escolar e à interação com o coletivo, bem como das situações de discriminação, preconceitos e violências, práticas irregulares de exploração do trabalho, consumo de drogas, gravidez precoce, em colaboração com as famílias e com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à adolescência e juventude.	2025	<u>AÇÕES SEDUC</u> Informações repassadas pela SEDUC após a realização da V Conferência, portanto, não avaliadas pelos Eixos de discussão. A secretaria manteve, em parceria com o Banco do Brasil, um programa de transferência de renda "Poupança Jovem" implantado nos municípios que, à época apresentavam baixo IDH. O Programa Poupança Jovem Piauí - PJPI teve como meta prioritária de redução das taxas de abandono nas escolas do Ensino Médio, no período 2015 a 2020. Nesse sentido, o presente relatório tem como objetivo demonstrar a evolução desses indicadores nas 99 escolas beneficiadas pelo programa. Esta ação trouxe resultados significativos, que podem ser avaliados no relatório a seguir: apresentaremos os principais indicadores educacionais atualizados, com destaque para os resultados de matrícula, aprovação, reprovação e abandono das escolas		

Estratégias	Prazo	Observações	Status	Atingiu?
		beneficiadas pelo Poupança Jovem Piauí-PI.		
3.8) Promover a busca ativa da população de 15(quinze) a 17(dezessete) anos fora da escola, em articulação com os serviços de assistência social, saúde e proteção à adolescência e à juventude.	2025	<u>ACÕES SEDUC</u> Informações repassadas pela SEDUC após a realização da V Conferência, portanto não avaliadas pelos Eixos de discussão. A busca Ativa é uma ação permanente na qual a Secretaria de educação realiza Caravanas Pedagógica orientando sobre a importância da busca ativa, dá suporte financeiro, através de PACTUE, e na sua execução as escolas precisam apresentar um projeto de execução, relatório de ações e prestação de contas dos itens adquiridos para tal fim. A SEDUC-PI construiu um Plano de Busca Ativa com um cardápio de ações onde as escolas da Rede fazem adaptações conforme suas necessidades e executam em parceria com a SEDE.		



Estratégias	Prazo	Observações	Status	Atingiu?
3.9) Estabelecer parceria para o desenvolvimento de programas de educação e de cultura para a população urbana e do campo de jovens, na faixa etária de 15(quinze) a 17(dezessete) anos, e de adultos, com qualificação social e profissional para aqueles que estejam fora da escola e com defasagem no fluxo escolar.	2025	.		
3.10) Colaborar com o redimensionamento da oferta de Ensino Médio nos turnos diurno e noturno, bem como a distribuição territorial das escolas de Ensino Médio, de forma a atender a toda a demanda, de acordo com as necessidades específicas dos alunos.	2025	<u>AÇÕES SEDUC</u> Informações repassadas pela SEDUC após a realização da V Conferência, portanto, não avaliadas pelos Eixos de discussão. O trabalho realizado de forma articulada entre as três instâncias SEDE/GREs e Escolas, vem realizando alinhamentos para que todos os estudantes sejam atendidos conforme suas necessidades. A expansão das escolas de Tempo Integral, implantação do programa alfabetização na idade certa e o atendimento da implementação da nova Matriz do ensino médio, vem fazendo com que a matrícula de ensino médio regular noturno, seja atendida pela Educação de Jovens e Adultos.		

Estratégias	Prazo	Observações	Status	Atingiu?
3.11) Colaborar com o desenvolvimento de formas alternativas de oferta do Ensino Médio, garantida a qualidade, para atender aos filhos de profissionais que se dedicam a atividades de caráter itinerante.	2025	<u>AÇÕES SEDUC</u> Informações repassadas pela SEDUC após a realização da V Conferência, portanto, não avaliadas pelos Eixos de discussão. Para essas questões, a Secretaria realiza uma análise do histórico escolar apresentado pelo solicitante a fim de verificar o nível de cumprimento da carga horária e de conteúdos referentes à série/etapa do ensino médio.		
3.12) Colaborar com a implementação de políticas de prevenção à evasão motivada por preconceito ou quaisquer formas de discriminação, criando rede de proteção contra formas associadas de exclusão.	2025	<u>AÇÕES SEDUC</u> Informações repassadas pela SEDUC após a realização da V Conferência, portanto, não avaliadas pelos Eixos de discussão. Esta é uma articulação de Rede, que realiza reorganização do Calendário Escolar, e com apoio de equipes multidisciplinares e a realização de busca ativa e de acolhimento dos estudantes, com intuito de apresentar a escola como espaço de diversas aprendizagens. A SEDUC possui uma gerência de Inclusão e Diversidade com foco		



Estratégias	Prazo	Observações	Status	Atingiu?
		específico nessas questões.		
3.13) Estabelecer parcerias para assegurar a participação dos adolescentes nos cursos das áreas tecnológicas e científicas.	2025			



5 EDUCAÇÃO INCLUSIVA

META 4 Universalizar o acesso à Educação Básica em sistemas educacionais inclusivos para a população de 4(quatro) a 17(dezessete) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, e a oferta do Atendimento Educacional Especializado(AEE), na rede regular de ensino, em salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados, garantindo na Educação de Jovens e Adultos(EJA) a elevação dos índices de matrícula para a população público alvo da Educação Especial.

5.1 Ficha Metodológica dos Indicadores Municipais

Indicador	4A - Percentual da população de 4 a 17 anos com deficiência que frequenta a escola							Prazo	2025	Atingiu?
4A	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021			

Indicador	4B - Percentual de matrículas em classes comuns do Ensino Regular e/ou EJA da Educação Básica de alunos de 4 a 17 anos de idade com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.							Prazo	2025	Atingiu?
4B	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021			
	98,96	96,03	99,24	99,59	99,78	99,85	99,82			

Fonte: Censo Escolar 2015 - 2021 – INEP

5.2 Comentário da meta

Para efeito de cálculo destes indicadores, toma-se como referência os dados do censo demográfico, apoiando-se na seguinte fórmula: (População de 4 a 17 anos com deficiência que frequenta a escola/população de 4 a 17 anos com deficiência) x 100. Contudo, não há dados disponíveis da população de 4 a 17 anos com deficiência, implicando na inviabilidade do cálculo do indicador 4A.

Somado a essa dificuldade para a viabilidade do cálculo deste indicador, enfrenta-se o desafio da ausência de conceituação/definição porque as fontes de dados sugeridas(censo demográfico e escolar) têm diferentes concepções sobre a Educação Especial, consequentemente, do público-alvo dessa modalidade, que não são apenas os alunos com deficiência, englobando



também aqueles com Transtorno do Espectro Autista - TEA, e Altas habilidades ou superdotação.

O indicador 4B, de acordo com a série histórica, apresenta uma discreta variação no percentual de matrículas em classes comuns do ensino regular da Educação Básica de alunos de 4 a 17 anos de idade, público-alvo da Educação Especial do município. Observa-se que nesse intervalo, o ano de 2016 apresentou o menor percentual, atingindo 96,03% e, em 2021 alcançou o percentual de 99,82%. Para efeito de cálculo desse indicador, tomou-se como referência o total de matrículas na Educação Especial em classes comuns do Ensino Regular e da Educação de Jovens e Adultos em relação ao total de matrículas selecionadas nas classes comuns e classes exclusivas, seja de escolas exclusivamente especializadas e/ou classes especiais do ensino regular ou da Educação de Jovens e Adultos.

4.3 Estratégias

Estratégias	Prazo	Observações	Status	Atingiu?
4.1 Contribuir para fins do repasse do fundo de manutenção e desenvolvimento da Educação Básica e de valorização dos profissionais da educação – Fundeb, na contabilização das matrículas dos estudantes da Educação Regular da Rede Pública que recebam Atendimento Educacional Especializado complementar e suplementar, sem prejuízo do cômputo dessas matrículas na Educação Especial oferecida em instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com o poder público e com atuação exclusiva na modalidade, nos termos da lei federal nº 11.494, de 20 de junho de 2007.	2025	Ações SEMEC A Divisão de Educação Inclusiva - DEI/SEMEC, vem realizando monitoramento e orientações junto aos gestores das Unidades de Ensino acerca da inserção correta dos dados no Censo Escolar relativos ao aluno com deficiência, para assegurar a matrícula e o devido registro na Escola Comum e no AEE. Essa estratégia é desenvolvida em colaboração com a Gerência de Informática. O acompanhamento é ancorado em dados de instrumentais próprios que as escolas encaminham ao DEI ao finalizar as matrículas. (Ficha 1 e ficha 2) PROPÕE-SE:	Em andamento	Parcialmente

Estratégias	Prazo	Observações	Status	Atingiu?
		Informatização do setor através do acesso às informações e relatórios necessários para o monitoramento e acompanhamento dos dados informados pelas Unidades de Ensino. Aproximação do setor com a Gerência de Gestão para alinhamento com os gestores das unidades sobre a importância do registro e “alimentação” correta dos dados no GED e CENSO. Ações SEDUC A Secretaria Estadual de Educação do Piauí implementou um sistema de gestão, iSeduc, em que uma das finalidades é o cadastro e matrículas de estudantes, dentre estes, o público-alvo da Educação Especial. Os dados informados pela escola no iSeduc migram para o Educacenso, mantendo o sistema atualizado de estudantes matriculados tanto no Ensino Regular quanto no Atendimento Educacional Especializado - AEE nas Unidades Escolares e nos Centros de Atendimento Educacional Especializado.		
4.2 Realizar levantamento para identificação das crianças de 0(zero) a 03(três) anos com deficiência transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou	2025	Ações SEMEC O levantamento é realizado junto aos CMEIS e registrado no CENSO pelos gestores das unidades em parceria com os professores do	Em andamento	Parcialmente



Estratégias	Prazo	Observações	Status	Atingiu?
superdotação, com vistas à universalização do atendimento escolar da demanda manifesta pelas famílias dessas crianças.		AEE e a equipe técnica da DEL. Esse monitoramento é importante para que se possa abrir turmas de AEE nas escolas – núcleo. Atualmente, o município tem 70 Salas de Recursos Multifuncionais(SRM), onde apenas 08 estão localizadas em CMEIS. PROPÕE-SE: Ampliação das SRM's nos CMEIS mediante a disponibilização dos recursos para o funcionamento do AEE. Ações SEDUC A Secretaria Estadual de Educação do Piauí implantou e mantém o Centro de Estimulação Sensorial para Crianças com Deficiência Sensorial, o qual realiza atendimento às crianças de 0 a 7 anos com estimulação precoce e Atendimento Educacional Especializado para as que se encontram em idade escolar. Proposições da V Conferência Municipal de Educação: Ampliação das SRM's nos CMEIS mediante a disponibilização dos recursos para o funcionamento do AEE.		
4.3 Realizar parcerias para construir e implementar, ao longo deste PME, salas de		Ações SEMEC A Secretaria Municipal da	Em andamento	Parcialmente

Estratégias	Prazo	Observações	Status	Atingiu?
recursos multifuncionais e fomentar a formação continuada de professores para o Atendimento Educacional Especializado nas escolas urbanas, do campo, indígenas e de comunidades quilombolas.		Educação - SEMEC fez adesão ao Programa Sala de Recursos Multifuncionais do Ministério da Educação – MEC, para as Unidades de Ensino. Com a adesão, as escolas passaram a receber materiais pedagógicos e equipamentos adaptados para facilitar a aprendizagem e inclusão dos alunos. No ano de 2010 a Rede contava com 10 SRM. Atualmente, são 70 salas, sendo 09 na Zona Rural e 61 na Zona Urbana. A secretaria conta, atualmente, com o projeto de Formação continuada numa perspectiva inclusiva ofertada, quinzenalmente, aos professores de AEE e que vem sendo ampliada, ainda em 2022, para gestores e demais professores. PROPÕE-SE: Que a ampliação continue acontecendo, baseado na disponibilização de recursos. Ações SEDUC A Secretaria Estadual de Educação do Piauí, por meio do plano de ações, garantiu as ações de aquisição para implementação e implantação de salas de recursos multifuncionais, tais como: - Aquisição de equipamentos para as salas de recursos multifuncionais das escolas e		



Estratégias	Prazo	Observações	Status	Atingiu?
		centros de AEE; - Aquisição de mobiliários para as salas de recursos multifuncionais das escolas e centros de AEE; - Aquisição de materiais didático-pedagógicos para as salas de recursos multifuncionais das escolas e centros de AEE. Além de fazer o acompanhamento e assessoramento às escolas para o preenchimento correto do Plano de Atendimento para o recebimento de recursos por meio do PDDE Sala de Recursos Multifuncionais. No quesito formação continuada, entendida como parte do desenvolvimento profissional que acontece ao longo da atuação docente, a Gerência de Educação Especial - GEE da SEDUC e Centros Especializados promovem formações com os mais diversos temas.		
4.4 Garantir Atendimento Educacional Especializado em salas de recursos multifuncionais, classes escolas ou serviços especializados públicos e privados, nas formas complementar e suplementar, a todos os alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, matriculados na Educação Básica,		Ações SEMEC As SRM são organizadas por núcleo de atendimento, onde uma Unidade de Ensino agrega outras unidades adjacentes para o recebimento dos alunos do AEE, no contraturno das aulas de ensino comum. Nesse formato, são 70 escolas núcleos e 251 adjacentes, perfazendo um total de 321 escolas	Em andamento	Parcialmente

Estratégias	Prazo	Observações	Status	Atingiu?
conforme necessidade identificada por meio de avaliação, ouvidos a família e o aluno.		atendidas com o serviço. O Atendimento Educacional Especializado AEE – é realizado também nos centros especializados, como NAAHS, APAE, CIES, PESTALOZZI, CES, CAP, AMA, CIES, ACEP, por meio de parceria de recursos, como também por cessão de funcionários do quadro da SEMEC para atendimento dos alunos de AEE. Por meio do Programa Escola Acessível – FNDE/MEC, as Unidades de Ensino recebem verbas direcionadas à manutenção nos aspectos físico e pedagógico, devendo sua utilização promover adequações físicas como rampas, piso tátil, alargamento de portas, adaptação nos banheiros, além da aquisição de jogos e equipamentos de tecnologia para promoção da inclusão. PROPÕE-SE: Realizar o monitoramento das crianças atendidas pelos centros especializados, a fim de garantir o registro fidedigno dos dados quantitativos de todos os alunos. Ações SEDUC Para garantir uma correta identificação e avaliação funcional dos estudantes na sala de recursos		



Estratégias	Prazo	Observações	Status	Atingiu?
		multifuncionais, a equipe da GEE/UNEA/SEDUC elaborou as Diretrizes Operacionais para Sala de Recursos Multifuncionais e o Protocolo de Observação e Avaliação Funcional do Estudante na Sala de Recursos Multifuncionais. Em 2018, foi realizado o lançamento e a distribuição do Livro Diretrizes Operacionais para Sala de Recursos Multifuncionais, o qual apresenta ao público duzentos e duas páginas de um riquíssimo trabalho preparado através de estudos e pesquisas iniciados em 2015 pela equipe de coordenação de educação inclusiva - GEE/UNEA/SEDUC. É um guia para o trabalho dos professores, contendo subsídios teóricos para execução das atividades de complementação ou suplementação curricular, próprias do AEE em Salas de Recursos Multifuncionais, facilitando a identificação correta do público-alvo e apresentando proposta de trabalho para cada área específica das deficiências, preservando sua característica educacional que deverá ser institucionalizada no âmbito do Projeto Político Pedagógico de todas as escolas da Rede Estadual do Piauí. Em 2021, apresentou-se o Protocolo de Observação e Avaliação Funcional do Estudante na Sala de Recursos Multifuncionais		



Estratégias	Prazo	Observações	Status	Atingiu?
		– POAF. Esse material apresenta orientações, com abordagem pedagógica, para o processo de observação e avaliação funcional do(a) estudante encaminhado(a) ao Atendimento Educacional Especializado - AEE.		
4.5 Estabelecer e formalizar parcerias com os serviços das áreas da saúde e assistência social visando a criação de centros multidisciplinares de apoio, pesquisa e assessoria, articulados com instituições acadêmicas e integrados por profissionais destas áreas com o objetivo de apoiar o trabalho dos professores da Educação Básica com os alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.		Ações SEMEC Parceria com o Centro de Apoio às Pessoas com Deficiência Visual – CAP, disponibilização de profissionais para realizar transcrições em braile de livros didáticos e outros materiais para alunos que possuem essas necessidades - ACEP, AMA, CIES. PROPÕE-SE: Mobilização para a articulação com projetos de instituições acadêmicas para o apoio dos professores da Educação Básica. Ações SEDUC O Programa de Implantação de Centros de Formação e Recursos é uma iniciativa para a introdução das políticas e ações públicas na área de educação com as Secretarias Estaduais de Educação de todo país. No Piauí, fomentando a inclusão no Estado e aderindo à política pública de implantação de Centros de Formação e Recursos,	Em andamento	Parcialmente



Estratégias	Prazo	Observações	Status	Atingiu?
		estruturou e mantém seis Centros de Atendimento Educacional Especializado. a) CAP - Centro de Apoio para Atendimento às Pessoas com Deficiência Visual: tem como objetivo apoiar a formação continuada de professores para o Atendimento Educacional Especializado e a produção de material didático acessível aos estudantes com deficiência visual. b) CAS - Centro de Capacitação de Profissionais da Educação e de Atendimento às Pessoas com Surdez: objetiva promover a educação bilíngue, por meio da formação continuada de profissionais para oferta do AEE a estudantes surdos e com deficiência auditiva e da produção de materiais didáticos acessíveis. c) NAAH/S - Núcleos de Atividades de Altas Habilidades/ Superdotação: objetiva apoiar a formação continuada de professores para atuar no Atendimento Educacional Especializado a estudantes com altas habilidades/superdotação. d) CES - Centro de Estimulação para Crianças com Deficiência Sensorial - Auditiva e Visual: atende crianças cegas, surdas e surdocegas, com ou sem outras deficiências		

Estratégias	Prazo	Observações	Status	Atingiu?
		associadas, através do AEE expresso por meio de estimulação precoce para crianças do nascimento aos três anos de idade e o AEE para crianças de quatro aos sete anos de idade. e) CIES - Centro de Integrado de Educação Especial: atende estudantes com deficiência intelectual e/ou transtornos, matriculados na escola regular, com faixa etária de quatro a quatorze anos de idade. f) CHAC - Centro de Habilitação Ana Cordeiro: atende estudantes com deficiência intelectual e/ou transtornos, matriculados na escola regular, acima de quatorze anos de idade. Proposições da V Conferência Municipal de Educação: Mobilização para a articulação com projetos de instituições acadêmicas para o apoio dos professores da educação básica.		
4.6 Implementar e acompanhar, em regime de colaboração, programas complementares e suplementares que promovam a acessibilidade nas instituições públicas, para garantir o acesso e a permanência dos alunos com deficiência, transtornos		Ações SEMEC Adequação Arquitetônica; Carteiras Adaptadas; Transporte Acessível; Disponibilização de Material didático próprio; Recursos de tecnologia assistiva. Para garantir a melhor	Em andamento	Parcialmente



Estratégias	Prazo	Observações	Status	Atingiu?
globais do desenvolvimento, por meio da adequação arquitetônica, da oferta de transporte acessível e da disponibilização de material didático próprio e de recursos de tecnologia assistiva, assegurando, ainda, no contexto escolar, em todas as etapas, níveis e modalidades de ensino, a identificação dos alunos com altas habilidades ou superdotação.		inclusão dos alunos com deficiência, a Secretaria Municipal de Educação - SEMEC disponibiliza, desde 2011, às Unidades de Ensino, carteiras e mesas escolares adaptadas, construídas sob medida para atender especificamente às necessidades de cada criança. PROPÕE-SE: Estrutura física de algumas escolas. Ações SEDUC A Gerência de Educação Especial – GEE/UNEA acompanha e assessora a elaboração dos Planos de Atendimentos para receber recursos por meio do Programa Escola Acessível. Existe também a disponibilização de transporte escolar adaptado. A Secretaria Estadual de Educação do Piauí mantém o Núcleo de Altas Habilidades/Superdotação – NAAH/S, o qual realiza um trabalho de identificação e atendimento aos estudantes com altas habilidades/superdotação, além de promover formação continuada nesta área específica. Proposições da V Conferência Municipal de Educação:		

Estratégias	Prazo	Observações	Status	Atingiu?
		Estruturação física de algumas escolas.		
4.7 Identificar a demanda manifesta e garantir a oferta da educação bilíngue, em Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), como primeira língua, aos alunos surdos e com deficiência auditiva de 0(zero) a 17(dezessete) anos, em escolas e classes bilíngues e em escolas inclusivas, nos termos do art. 22, do decreto federal nº 5. 626, de 22 de dezembro de 2005, e dos arts. 24 e 30, da convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência, bem como a adoção do sistema de braille da leitura para os cegos e surdos-cegos.		Ações SEMEC Foi realizado o levantamento da demanda de alunos surdos e intérpretes de LIBRAS no município. Realizou-se um projeto piloto de forma remota em 2021 com um grupo de alunos que foi bem avaliado pelas famílias. Capacitação de professores e educadores em Libras; PROPÕE-SE: O projeto segue em reestruturação para ser implementado em modelo presencial. Ações SEDUC A Secretaria Estadual de Educação do Piauí realiza Processo Seletivo para contratação de Instrutores e Intérpretes de Libras. O CAP produz material pedagógico em diversos formatos acessíveis e promove formação continuada na área de deficiência visual. Proposições da V Conferência Municipal de Educação:	Em andamento	Parcialmente



Estratégias	Prazo	Observações	Status	Atingiu?
		O projeto segue em reestruturação para ser implementado em modelo presencial.		
4.8 Regularizar as profissões de profissionais de apoio ou auxiliares, tradutores e intérpretes de Libras, guias-intérpretes, nos sistemas de ensino público, privado ou conveniado visando um melhor acompanhamento dos alunos com deficiência ou transtorno global do desenvolvimento, garantindo a inclusão desses profissionais nos planos de carreira e concurso público, no caso das redes públicas.		Ações SEMEC Contratação de Auxiliares de Apoio à Inclusão – estagiário em técnico de enfermagem ou psicologia; intérprete de libras, por meio de inscrição com mais de 800 vagas; Proposta de formação continuada para os intérpretes de Libras; PROPÔE-SE: Criação da comissão para análise do perfil profissional dos auxiliares. Proposições da V Conferência Municipal de Educação: Criação da comissão para análise do perfil profissional dos auxiliares.	Em andamento	Parcialmente
4.9 Identificar a demanda manifesta e garantir a oferta de Educação Inclusiva, vedada a exclusão do Ensino Regular sob alegação de deficiência e promovida a articulação pedagógica entre o Ensino Regular e o Atendimento Educacional Especializado.		Ações SEMEC A oferta de Ensino Regular a todos os alunos é garantida desde a Constituição Federal de 1988 no art. 205 e Municipal através da lei 4.789/2015, e a Secretaria Municipal de Teresina tem seguido as legislações supracitadas, garantindo	Em andamento	Parcialmente

Estratégias	Prazo	Observações	Status	Atingiu?
		matrícula e acesso aos alunos público-alvo da Educação Especial. Os gestores participam de formações sobre a Educação Especial na perspectiva inclusiva ,bimestralmente. PROPÕE-SE: Conscientizar e intensificar as gestões escolares sobre a garantia de matrícula dos alunos público-alvo da Educação Especial e a oferta do AEE tanto em escolas núcleo que tem a sala de recursos para tal atendimento, como as escolas adjacentes que devem ser atendidas nas escolas núcleo. Ações SEDUC O Protocolo de Observação e Avaliação Funcional do Estudante na Sala de Recursos Multifuncionais – POAF orienta, com abordagem pedagógica, o processo de observação e avaliação funcional do(a) estudante encaminhado(a) ao Atendimento Educacional Especializado – AEE e permite registros qualitativos de desempenhos individuais nos aspectos relativos à motricidade, percepção, linguagem, raciocínio lógico, aprendizagens acadêmicas, habilidades adaptativas ou de autonomia nos aspectos sociais relativos à interação com o outro, tolerância na realização de atividades e alteração de conduta devido		



Estratégias	Prazo	Observações	Status	Atingiu?
		a fatores emocionais. Além disso, constam sugestões de estratégias e recursos para garantir uma correta aplicação no primeiro momento da avaliação, com o objetivo de conhecer o perfil cognitivo, do(a) estudante, identificando suas habilidades, dificuldades e necessidades educacionais especiais. Fortalecimento da interface entre o professor da sala comum e da sala de recursos multifuncionais. Proposições da V Conferência Municipal de Educação: Conscientizar e intensificar as gestões escolares sobre a garantia de matrícula dos alunos público-alvo da Educação Especial e a oferta do AEE, tanto em escolas núcleo que tem a sala de recursos para tal atendimento, quanto às escolas adjacentes que devem ser atendidos nas escolas núcleo.		
4.10 Fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso à escola e ao Atendimento Educacional Especializado, bem como da permanência e do desenvolvimento escolar dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação beneficiários de programa de		Ações SEMEC Realizado pela equipe técnica da DEI que realiza o acompanhamento e monitoramento através de visitas técnicas <i>in loco</i>, atendimento às famílias e aos professores do AEE. Realizam os devidos encaminhamentos à rede socioassistencial e de	Em andamento	Parcialmente

Estratégias	Prazo	Observações	Status	Atingiu?
transferência de renda, juntamente com o combate as situações de discriminação, preconceito e violência, com vistas ao estabelecimento de condições adequadas para o sucesso educacional, em colaboração com as famílias e com os órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção a infância , a adolescência e a juventude.		saúde quando necessário, por meio de orientações. PROPÕE-SE: Ampliar o monitoramento das ações por meio de visitas semanais. Ações SEDUC A Secretaria Estadual de Educação do Piauí realiza seminário sobre o BPC na escola envolvendo gestores públicos estaduais e municipais, envolvidos no acompanhamento e monitoramento do acesso à escola dos beneficiários do BPC, de 0 a 18 anos, com deficiência, da educação, saúde, assistência social e direitos humanos. Em 2022, realizou-se o III Seminário abordando os seguintes temas: • Políticas Públicas de Garantia dos Direitos das Pessoas com Deficiência, Acessibilidade e Inclusão Educacional; • Políticas Públicas – Programas e Ações de apoio à Educação Especial e ao BPC na Escola; • A integração entre o Programa BPC na Escola e o Cadastro Único para Programas Sociais: perspectivas e potencialidades;		



Estratégias	Prazo	Observações	Status	Atingiu?
		• BPC na Escola: Avanços e Desafios atuais de implementação Intersectorial do Programa; • Operacionalização das principais funcionalidades do Sistema BPC na Escola; • Usabilidade do Sistema BPC na Escola – Acompanhamento de Beneficiários e Acompanhamento das Ações Intersectoriais; • Painel Estadual do Programa BPC na Escola (Assistência Social, Educação, Saúde e Direitos Humanos).		
4.11 Colaborar com o fomento de pesquisas voltadas para o desenvolvimento de metodologias, materiais didáticos, equipamentos e recursos de tecnologia assistiva, com vistas à promoção do ensino e da aprendizagem, bem como das condições de acessibilidade dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.		Ações SEMEC Foram realizadas oficinas para construção de material pedagógico adaptado, cursos como o <i>boardmaker</i>, pranchas de comunicação alternativa, parceria com universidades e clínicas para apoiarem as formações. Licitação em andamento para aquisição de equipamentos e recursos de tecnologia assistiva. PROPÕE-SE: Parcerias com os centros especializados.	Em andamento	Parcialmente

Estratégias	Prazo	Observações	Status	Atingiu?
		Proposições da V Conferência Municipal de Educação: Parcerias com os centros especializados.		
4.12 Colaborar com o desenvolvimento de pesquisas interdisciplinares para subsidiar a formulação de políticas públicas intersetoriais que atendam às especificidades educacionais de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação que requeiram medidas de atendimento especializado.		Ações SEMEC As pesquisas interdisciplinares estão propostas no projeto de “Formação de educadores em uma perspectiva inclusiva” em que os professores formadores fazem formação para trabalhar em todos os níveis de ensino e disciplinas a fim de promover a inclusão dos alunos com deficiência em trabalho colaborativo. PROPÕE-SE: Ampliar as formações na perspectiva inclusiva; a criação do cargo de intérprete a nível municipal para contratação de profissionais mais qualificados; criação do cargo de professor de Atendimento Educacional Especializado, que tenha a formação básica para investidura no cargo. Proposições da V Conferência Municipal de Educação: Ampliar as formações na perspectiva inclusiva; a criação do cargo de intérprete a nível municipal para	Em andamento	Parcialmente



Estratégias	Prazo	Observações	Status	Atingiu?
		contratação de profissionais mais qualificados; criação do cargo de professor de atendimento educacional especializado, que tenham a formação básica para investidura no cargo.		
4.13 Promover a articulação intersetorial entre órgãos e políticas públicas de saúde, assistência social e direitos humanos, em parceria com as famílias, com o fim de desenvolver modelos de atendimento voltados à continuidade do atendimento escolar, na Educação de Jovens e Adultos, das pessoas com deficiência e transtornos globais do desenvolvimento com idade superior à faixa etária de escolarização obrigatória, de forma a assegurar a atenção integral ao longo da vida.		Ações SEMEC A articulação intersetorial existe por meio de parcerias com diversas secretarias e os conselhos de direito. O diálogo com a EJA está no vislumbre do projeto de inclusão, iniciaram-se as discussões, mas ainda de forma tímida. PROPÕE-SE: Facilitar a implementação de propostas que viabilizem o acesso e a permanência de jovens e adultos com deficiência na escola. Proposições da V Conferência Municipal de Educação: Facilitar a implementação de propostas que viabilizem o acesso e a permanência de jovens e adultos com deficiência na escola.	Em andamento	Parcialmente
4.14 Fazer levantamento anual da necessidade de professores do Atendimento Educacional Especializado e profissionais de apoio ou		Ações SEMEC Os gestores enviam a necessidade de profissionais de AAI, de	Em andamento	Parcialmente

Estratégias	Prazo	Observações	Status	Atingiu?
auxiliares, tradutores e intérpretes de Libras, guia-intérpretes para surdos-cegos, professores de Libras, prioritariamente surdos, e professores bilíngues, para atender à demanda do processo de escolarização dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, nas escolas urbanas e do campo.		acordo com a demanda de alunos público-alvo da Educação Especial, inclusive inclusão linguística através do tradutor-intérprete de Libras e professores capacitados para o atendimento no AEE dos alunos surdos. As técnicas da Divisão de Educação Inclusiva acompanham as demandas das escolas para envio dos profissionais. PROPÕE-SE: Acompanhamento com um sistema <i>online</i> para que os dados se mantenham atualizados, com um trabalho colaborativo entre a DEI, gestão escolar, professores da sala regular e professores de AEE. Ações SEDUC A Secretaria Estadual de Educação do Piauí realiza monitoramento com o objetivo de identificar os indicadores e obstáculos à acessibilidade do estudante ao processo de ensino e aprendizagem. O monitoramento contempla os seguintes indicadores: • Identificar matrícula de estudantes público-alvo da Educação Especial; • Verificar condições de acessibilidade		



Estratégias	Prazo	Observações	Status	Atingiu?
		arquitetônicas e pedagógicas; • Verificar o cadastro de matrícula dos estudantes público-alvo na educação especial no iSeduc; • Orientar para cadastro dos estudantes público-alvo na Educação Especial no Educacenso; • Verificar a existência de professores com formação específica para o AEE - Atendimento Educacional Especializado e perfil adequado; • Orientar a institucionalização do AEE no Projeto Político Pedagógico da escola conforme a Resolução nº 04/2009; • Garantir a lotação de professor, profissional de apoio e intérprete e instrutor de Libras nas escolas; • Garantir o funcionamento da sala de recursos multifuncionais. Proposições da V Conferência Municipal de Educação: Acompanhamento com um sistema <i>online</i> para que os dados se mantenham atualizados, com um trabalho colaborativo entre a DEI, gestão escolar,		

Estratégias	Prazo	Observações	Status	Atingiu?
		professores da sala regular e professores de AEE.		
4.15 Definir em parceria com os órgãos de fiscalização do município, no segundo ano de vigência deste PME, indicadores de qualidade e política de avaliação e supervisão para o funcionamento de instituições públicas e privadas que prestam atendimento a alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.		Ações SEMEC A avaliação dos indicadores de qualidade e política com supervisão para o atendimento a alunos público-alvo da Educação Especial ainda não acontece a nível de avaliação municipal, a fiscalização acontece via técnicas da DEI a nível escolar, particularmente com acesso a fichas de acompanhamento do atendimento no AEE. PROPÕE-SE: Parceria e vinculação junto à equipe de avaliação do município para ter um parâmetro sobre os mecanismos de avaliação realizada dentro do AEE e das salas regulares, visto que não há possibilidade de avaliação padronizada, pois cada aluno é acompanhado com plano individualizado de acordo com sua necessidade específica vinculada à sua condição educacional. Assim, esses dados serão levados em consideração para ampliar políticas públicas de atendimento a esse público.	Em andamento	Parcialmente
4.16 Promover em parceria com a União e o Estado, a coleta de informações sobre o perfil das pessoas com		Ações SEMEC Atualmente essa ação não acontece.	Em andamento	Parcialmente



Estratégias	Prazo	Observações	Status	Atingiu?
deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação de 0(zero) a 17(dezessete) anos, com vistas a subsidiar políticas nessa área.		PROPÕE-SE: Parceria com a Secretaria de Estado para Inclusão da Pessoa com Deficiência (SEID) com diálogo sistemático para coleta de informações e subsidiar a construção de políticas públicas nessa área.		
4.17 Incentivar junto às instituições que oferecem cursos de licenciatura e de formação para profissionais da educação, inclusive em nível de pós-graduação, que incluam as orientações dispostas no caput, do art. 207, da constituição federal, dos referenciais teóricos, das teorias de aprendizagem e dos processos de ensino-aprendizagem relacionados ao Atendimento Educacional de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.		Ações SEMEC No município existem muitos cursos de licenciatura que têm em sua grade curricular pelo menos uma disciplina voltada à Educação Especial e Libras tanto nas instituições privadas como públicas. Mas ainda não há oferta de curso de graduação específico para Educação Especial, apenas para o curso de Letras Libras ofertado por uma instituição pública e uma privada. PROPÕE-SE: Criação do cargo de professor de AEE; professor de Libras; tradutor/intérprete de Libras motivariam a vinda de cursos na área. Proposições da V Conferência Municipal de Educação: Criação do cargo de professor de AEE; professor de Libras; tradutor/intérprete de Libras que motivariam a	Em andamento	Parcialmente

Estratégias	Prazo	Observações	Status	Atingiu?
		vinda de cursos na área.		
4.18 Colaborar na promoção de parcerias com instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com poder público, visando ampliar as condições de apoio ao atendimento escolar integral das pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação matriculadas nas redes públicas de ensino.		Existem parcerias firmadas, com as seguintes instituições: AMA, APAE, CAP, CAS; CIES; PESTALOZZI, ACEP. PROPÕE-SE: Ampliar os atendimentos, bem como buscar outros convênios visando favorecer as condições de apoio aos educandos público alvo do AEE. Ações SEDUC A Secretaria Estadual de Educação do Piauí mantém convênio com instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos por meio de cessão de professor com o Termo de Colaboração e recursos financeiros por meio do Termo de Fomento.	Em andamento	Parcialmente
4.19 Colaborar na promoção de parcerias com instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com o poder público, visando ampliar a oferta de formação continuada e a produção de material didático acessível, assim como os serviços de acessibilidade necessários ao pleno acesso, participação e aprendizagem dos estudantes com deficiência, transtornos		Ações SEMEC No momento não há parcerias com instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com o poder público para formação continuada e produção de materiais acessíveis. PROPÕE-SE:	Em andamento	Parcialmente



Estratégias	Prazo	Observações	Status	Atingiu?
globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação matriculados nas redes públicas de ensino.		Buscar parcerias com as instituições específicas que atendem o público-alvo da Educação Especial, como a AMA, CAP, CAS, CIES, CEIR e outras instituições para auxiliar na produção de materiais acessíveis e contribuir nas formações continuadas na Rede Municipal.		
4.20 Colaborar na promoção de parcerias com instituições comunitárias confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com o poder público, a fim de favorecer a participação das famílias e da sociedade na construção do sistema educacional inclusivo.		PROPÕE-SE Realizar levantamento das escolas parceiras que estão em vigor, se possuem AEE e a quantidade de alunos PCD? e projetos realizados.	Em andamento	Parcialmente



6 ALFABETIZAÇÃO

META 5. Alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do 3º (terceiro) ano do Ensino Fundamental.

6.1 Ficha metodológica dos indicadores municipais

3º Ano	ANO	NÍVEL 1	NÍVEL 2	NÍVEL 3	NÍVEL 4
Indicador 5ª (Leitura)	2014	24,69%	39,65%	29,70%	5,96%
	2016	16,95%	32,97%	35,31%	14,77%

3º Ano	ANO	NÍVEL 1	NÍVEL 2	NÍVEL 3	NÍVEL 4	NÍVEL 5
Indicador 5B (Escrita)	2014	15,89%	17,11%	12,47%	51,44%	3,09%
	2016	12,53%	15,31%	4,15%	59,74%	8,26%

3º Ano	ANO	NÍVEL 1	NÍVEL 2	NÍVEL 3	NÍVEL 4
Indicador 5C (Matemática)	2014	29,95%	39,41%	15,88%	14,77%
	2016	19,52%	36,75%	20,32%	23,41%

Fonte: Avaliação Nacional de Alfabetização (ANA)³

6.2 Comentários sobre a meta

³ Os resultados referentes ao período de 2014 e 2016 são originários da Avaliação Nacional de Alfabetização – ANA. Os dados de 2021 são originários do Sistema de Avaliação da Educação Básica.



Ao analisar os resultados da Avaliação Nacional de Alfabetização (ANA), de 2016, 50,08% dos estudantes da rede pública municipal de ensino concluíram o 3º ano do Ensino Fundamental apresentando desempenho suficiente no teste de proficiência em leitura, quando somados os percentuais dos níveis 3 e 4, demonstrando evolução em relação a 2014, período em que apresentaram apenas 35,66 nos referidos níveis. No entanto, 49,92% das crianças, em 2016, estavam alocadas nos níveis 1 e 2, apresentando desempenho insuficiente, ou seja, apenas liam palavras de estrutura simples ou complexas, bem como localizavam informações explícitas em textos curtos, além de inferir sentido e identificar o assunto em determinados gêneros textuais, demonstrando pouca evolução dentro do processo de alfabetização.

No que se refere à categoria escrita, no decorrer do processo de avaliação da ANA, entre 2014 e 2016, os estudantes apresentaram uma evolução significativa nos níveis 4 e 5, saindo de 54,53% para 68% com desempenho suficiente, demonstrando, dessa forma, a capacidade de escrever texto alfabeticamente. Vale ressaltar que 45,47% das crianças, ainda se encontram com desempenho insuficiente demonstrando que, em geral, escrevem alfabeticamente apenas palavras com desvios ortográficos.

No que se refere à matemática, ao analisar os resultados de 2014 e 2016, observa-se uma tímida evolução nos níveis 4 e 5, uma vez que em 2014, 30,65% dos alunos apresentaram desempenho suficiente, e em 2016 apenas 43,73% dos alunos alcançaram esse desempenho. Destaca-se ainda, uma relevante queda no percentual dos níveis 1 e 2, saindo de 69,36% em 2014, para 56,27% em 2016, apesar dessa evolução, o percentual de crianças com desempenho insuficiente é preocupante tendo em vista que mais de 50% dos alunos possuem habilidades bem elementares.

Na perspectiva de analisar dados mais recentes, apresentamos a seguir o resultado da Avaliação Nacional de Avaliação da Educação Básica, conforme destaca ficha metodológica complementar dos indicadores municipais.



Tabela 04: Resultado da Sistema de Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB).

2º ANO	A N O	ABAIXO N1	N1	N2	N3	N4	N5	N6	N7	N8
Indicador 5A Língua Portuguesa	2 0 2 1	8,5%	13,7%	7,4%	18,9%	17,2%	15,6%	11,3%	3,80%	3,7%

2º ANO	A N O	ABAIXO N1	N1	N2	N3	N4	N5	N6	N7	N8
Indicador 5B Matemática	2 0 2 1	9,8%	6,3%	7,5%	12%	11,1%	22,7%	16%	9,2%	5,4%

Fonte: Sistema de Nacional de Avaliação da Educação Básica/INEP.

Tomando como referência os resultados do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica de 2021, 29,6% dos estudantes do 2º ano estavam ancorados nos três primeiros níveis, ou seja, sequer liam palavras isoladas. Tal percentual é bem maior do que os 18,8% de estudantes alocados nos três últimos níveis, que representam as habilidades adequadas para o final do processo de alfabetização. Importante ressaltar que 51,7% dos alunos avaliados, demonstraram ter agregado conhecimentos necessários para apropriação do processo de alfabetização, tornando-se apto para a sua consolidação.

No que se refere à matemática, a porcentagem dos estudantes nos três primeiros níveis foi de 23,6% em 2021. Esses estudantes não demonstraram capacidade de resolver problemas de adição ou subtração. Na outra ponta da escala de proficiência, 30,6% dos estudantes ficaram alocados nos três últimos níveis, demonstrando ter conhecimento de habilidades esperadas para o 2º ano. Os 45,8% restantes, dos estudantes, demonstraram dominar as habilidades descritas nos níveis 3, 4 e 5, consideradas básicas para a evolução no processo de alfabetização matemática.



6.3 Estratégias

Estratégias	Prazo	Observações	Status	Atingiu?
5.1 Garantir a aplicação de instrumentos de avaliação nacional periódicos e específicos a cada ano escolar para aferir a alfabetização das crianças, e implementar o Sistema de Avaliação educacional de Teresina em parceria com as demais redes de ensino, visando o acompanhamento e incrementando estratégias pedagógicas para alfabetizar todos os alunos até o final do 3º (terceiro) ano do ensino fundamental.	2025	Ações SEMEC Avaliação Nacional de Alfabetização ANA (3º ano EF – 2016). Sistema de Avaliação da Educação Básica – SAEB (2º ano EF – 2021). Sistema de Avaliação da Educação do Piauí – SAEPI – 2021. A SEMEC avalia bimestralmente os alunos do Ciclo de Alfabetização (2º período da Educação Infantil ao 2º ano do EF) e 3º ano do Ensino Fundamental (2022), por meio de: Testes de leitura e escrita, baseados nas Expectativas de Aprendizagem. Prova de Rede (2º período ao 3º ano) - Sendo LP para o 2º período e LP e MAT para os demais anos. Atividades diagnósticas de Leitura nas turmas de 1º e 2º ano (PPAIC).	Em andamento	Parcialmente
5.2 Estruturar os processos pedagógicos de alfabetização nos anos	2025	Ações SEMEC Em 2017 – Implementação do Projeto	Em andamento	Parcialmente

Estratégias	Prazo	Observações	Status	Atingiu?
iniciais do Ensino Fundamental, articulados com estratégias desenvolvidas na pré-escola, com qualificação e valorização dos professores alfabetizadores e com formação continuada, monitoramento e apoio pedagógico específico com foco nos resultados, a fim de garantir a alfabetização plena de todas as crianças. .		Alfabetiza Teresina em 100% nas Unidades de Ensino que atendem alunos do Ciclo de Alfabetização. (Portaria nº 240/2018 – GAB/SEMEC); Reestruturação das Expectativas de Aprendizagem em consonância com a Avaliação Nacional da Alfabetização – ANA. Formação continuada para todos os professores (2º período - mensal), 1º, 2º e 3º ano do Ensino Fundamental - quinzenal). Programa de Formação sobre Habilidades Socioemocionais – professores 3º ano. Formação continuada para gestores escolares da Educação Infantil e do Ciclo de Alfabetização. Proposições da V Conferência Municipal de Educação: Retorno de avaliações externas periódicas, como forma de diagnóstico e acompanhamento da aprendizagem dos alunos a fim de buscar intervenções e melhorias eficazes.		



Estratégias	Prazo	Observações	Status	Atingiu?
5.3 Selecionar, certificar e divulgar tecnologias educacionais para alfabetização de crianças, assegurada a diversidade de métodos e propostas pedagógicas, bem como o acompanhamento dos resultados nos sistemas de ensino em que forem aplicadas, devendo ser disponibilizadas, preferencialmente, como recursos educacionais abertos.	2025	Ações SEMEC Para a execução de práticas tecnológicas de alfabetização, o município conta com a Plataforma AVAMEC em parceria com o Programa Tempo de Aprender, por meio da oferta de Cursos de Alfabetização para os: Professores Alfabetizadores, Assistentes de Alfabetização e Gestores escolares. Uso dos jogos GRAPHOGAME (off-line).	Em andamento	Parcialmente
5.4 Fomentar o desenvolvimento de tecnologias educacionais e de inovação das práticas pedagógicas que assegurem a alfabetização e favoreçam melhoria do fluxo escolar e a aprendizagem dos alunos, consideradas as diversas abordagens metodológicas e sua efetividade.	2025	Ações SEMEC A Rede Municipal apresentou iniciativa em projetos que estimulam novas metodologias tecnológicas, como o <i>Workshop</i> Alfabetiza Teresina, lançado em 2021, como forma de incentivar essas práticas nas Unidades de Ensino. A pretensão é continuar com a ação nos anos subsequentes. Desde 2017, a SEMEC, em parceria com as Unidades de Ensino, realiza o Piquenique Literário com o objetivo de socializar as aprendizagens adquiridas durante o processo de alfabetização. Em 2022 está previsto o Seminário de Boas Práticas	Em andamento	Parcialmente

Estratégias	Prazo	Observações	Status	Atingiu?
		desenvolvidas pelas Unidades de Ensino que atendem o Ciclo de Alfabetização.		
5.5 Garantir a alfabetização das crianças do campo, indígenas, quilombolas e ciganos, assegurando materiais específicos elaborados pelo MEC e demais sistemas de ensino, além de possibilitar o acesso da população itinerante à educação.	2025	Ações SEMEC Em 2022, a SEMEC está implantando o Projeto Alfabetização Sem Fronteiras destinado às crianças e adolescentes venezuelanos, como forma de inclusão e acesso à educação.	Em andamento	Parcialmente
5.6 Promover e estimular a formação inicial e continuada de professores para a alfabetização de crianças, de forma interativa e interdisciplinar, com o conhecimento e acesso a novas tecnologias educacionais e práticas pedagógicas inovadoras, estimulando a articulação de programas de pós-graduação <i>stricto sensu</i> junto às IES e ações de formação continuada.	2025	Não iniciada	Em andamento	Parcialmente
5.7 Promover a alfabetização das pessoas com deficiência, transtorno global do desenvolvimento e altas habilidades/ superdotação, considerando as suas especificidades, inclusive a alfabetização bilíngue	2025	Ações SEMEC Atendimento Educacional Especializado - AEE. Proposição: Dar suporte aos professores das salas de aula regulares, por meio da formação continuada, em uma perspectiva	Em andamento	Parcialmente



Estratégias	Prazo	Observações	Status	Atingiu?
de pessoas surdas, garantindo mecanismos necessários ao trabalho docente.		inclusiva.		



7 EDUCAÇÃO INTEGRAL

META 6: Oferecer educação em Tempo Integral em, no mínimo, 50%(cinquenta por cento) das escolas públicas municipais, de forma a atender, pelo menos, 25%(vinte e cinco por cento) dos alunos da Educação Básica até o ano de 2025.

7.1 Ficha Metodológica dos Indicadores Municipais

Indicador	6A Percentual de escolas públicas da Educação Básica com ao menos um aluno que permanece no mínimo 7 horas diárias em atividades escolar							Prazo	2025	Atingiu?
6A	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021			
	19,5%	12,39%	17,6%	11,7%	15,4%	17,07%	15,68%			

Indicadores	6B Percentual de escolas públicas da Educação Básica que possuem, pelo menos, 25% dos alunos do público.							Prazo	2025	Atingiu?
6B	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021			
	1,5%	2,0%	5,9%	9,5%	3,2%	15,3%	15%			

7.2 Comentários sobre a meta

Considerando que a Educação em Tempo Integral possibilita aos alunos permanecerem por mais tempo no ambiente escolar, o que favorece o aumento do desenvolvimento da aprendizagem com efeitos no rendimento acadêmico, além do aprimoramento das atividades extracurriculares que são fundamentais para o desenvolvimento cognitivo, motor, social e cultural dos estudantes, a Prefeitura Municipal de Teresina, através da Secretaria Municipal de Educação, tem investido fortemente na implementação de políticas públicas visando a ampliação e reestruturação das suas Unidades de Ensino na perspectiva de oferecer educação em tempo integral em, no mínimo 50%(cinquenta por cento) das escolas públicas, de modo a atender, pelo menos 25%(vinte e cinco por cento) dos estudantes da Educação Básica.

Conforme os dados da tabela 01 – indicador 6A, podemos afirmar que nos anos de 2015 e



2017 os percentuais de alunos são maiores, considerando que nesses referidos anos, os estudantes participavam do Programa Novo Mais Educação, política pública federal implementada pelo o Programa Mais Educação criado pela Portaria Normativa Interministerial nº 17/2007, com o objetivo de fomentar a Educação Integral de crianças e adolescentes, por meio de atividades de cultura, esporte e lazer, além das atividades de reforço escolar no contraturno escolar, ampliando a jornada escolar de 4 (quatro) para 7 (sete) horas, como forma de melhorar o rendimento e o desempenho escolar do alunado.

O Programa ampliava a jornada escolar, fortalecendo a aprendizagem das crianças e adolescentes para a realização da Prova Brasil, assim em 2015, dos 94.740 alunos matriculados, 22.607 matriculados em jornada ampliada, já em 2017 havia uma matrícula de 97.361 alunos, sendo que desses, 16.060 estavam em jornada ampliada. Nos demais anos da série histórica, destacamos que em 2018, a matrícula registrou um total de 109.519 estudantes, revelando o menor percentual de alunos contemplados com ampliação de jornada escolar (8.368 – 7,6%), haja vista que este ano marcou o término do Programa Novo Mais Educação. Assim, as matrículas existentes em Tempo Integral eram exclusivamente das Unidades de Ensino que já atendiam alunos em Tempo Integral.

Vale destacar que nos anos compreendidos entre 2019 e 2021, o número de matrículas geral permanece praticamente o mesmo, variando de 107.485 (2019) para 107.157 (2021), fenômeno esse que ocorre também com o público alvo do Tempo Integral, ou seja, os alunos da Educação Básica matriculados em Unidades de Ensino de Tempo Integral neste mesmo período, variam de 14.095 para 13.305, nos anos de 2019 e 2021, respectivamente, revelando assim que o período pandêmico foi determinante para as matrículas se manterem no mesmo patamar.

A respeito do indicador 6B, que trata sobre o percentual de escolas públicas da Educação Básica que possuem, pelo menos, 25% dos alunos desse público em Tempo Integral, vale dizer que ainda é recente as iniciativas do município de Teresina na execução dessas políticas públicas que ensaia desde 1988 a implantação do Tempo Integral em Centros Municipais de Educação Infantil, no entanto, essas tentativas ainda começaram em instituições filantrópicas que apenas recebiam apoio financeiro do Município. Só a partir de 2007 com o surgimento do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB) passa a contemplar financiamentos para a Educação Infantil. De 1988 até 2016, apenas 6 Centros Municipais de Educação Infantil funcionavam em Tempo Integral, a partir de 2017 com o Programa Nacional de

Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil (Proinfância), ação do Fundo de Desenvolvimento da Educação (PDE) do Ministério da Educação, começam ser inauguradas creches que possuem padrão arquitetônico planejado para funcionamento em Tempo Integral, sendo que de 2017 a 2021, o município entrega à comunidade 22 prédios Creche/Pré-escolas que ofertam algum segmento em Tempo Integral. Atualmente, dos 171 Centros Municipais de Educação Infantil, 36 atendem matrículas em Tempo Integral.

Para o Ensino Fundamental, o município começa o atendimento em Tempo Integral no ano de 2016. No ano seguinte, a aprovação do Plano Municipal de Educação (PME) vem com um projeto piloto em uma escola de 6º ao 9º na zona rural, e a partir de então, são requalificadas mais 6 escolas para funcionamento em Tempo Integral, sendo que atualmente, o município possui 31 Escolas de Ensino Fundamental com matrículas em Tempo Integral.

Ressalta-se que a requalificação dos prédios existentes para o atendimento em Tempo Integral nem sempre é possível, sendo necessário maiores investimentos públicos em construção de novos prédios, contratação de professores, profissionais especializados para possibilitar a oferta de matrículas em Tempo Integral, oportunizando aos estudantes e professores espaços com qualidade, podendo assim, propiciar um aprendizado com mais equidade.

7.3 Estratégias

Estratégias	Prazo	Observações	Status	Atingiu?
6.1 Promover, com o apoio da União, a oferta de Educação Básica pública em Tempo Integral, por meio de atividades de acompanhamento pedagógico e multidisciplinares, inclusive culturais e esportivas, de forma que o tempo de permanência dos alunos na escola, ou sob sua responsabilidade, passe a ser igual ou superior a 7(sete) horas diárias durante todo o ano letivo, com a ampliação progressiva da jornada de professores em uma única escola.	2025	Ações SEMEC O município planeja anualmente ampliações de Unidades de Ensino para funcionarem em Tempo Integral. Ainda não existe plano para que a jornada do professor seja em Tempo Integral. Ações SEDUC	Em andamento	Parcialmente



Estratégias	Prazo	Observações	Status	Atingiu?
		Os estudantes já permanecem 9h diárias na escola. A maioria dos professores são lotados em uma única escola.		
6.2) Instituir, em regime de colaboração, programa de construção de escolas com padrão arquitetônico e de mobiliário adequado para atendimento em Tempo Integral.	2025	Ações SEMEC Desde 2016 já foram construídos 22 CMEIs no padrão ProInfância, desses, 08 funcionam em Tempo Integral e foram construídas 03 escolas para funcionar em Regime Integral. Proposições da V Conferência Municipal de Educação: Criação de uma política de financiamento pelo município para as Unidades de Ensino de Tempo Integral.	Em andamento	Parcialmente



Estratégias	Prazo	Observações	Status	Atingiu?
6.3) Institucionalizar e manter, em regime de colaboração, programa nacional de ampliação e reestruturação das escolas públicas, por meio da instalação de quadras poliesportivas, laboratórios, inclusive de informática, espaços para atividades culturais, bibliotecas, auditórios, cozinhas, refeitórios, banheiros e outros equipamentos, bem como de produção de material didático e de formação de recursos humanos para a educação em Tempo Integral.	2025	Ações SEMEC Para a ampliação das Unidades de Ensino de Tempo Integral são realizadas reformas nas unidades selecionadas, procurando adaptá-las para o melhor atendimento aos alunos. Ações SEDUC 11 CETIs(Centros Estaduais de Tempo Integral) com obras em execução e 15 em fase de elaboração de projeto e atividades preparatórias para a licitação. 3 escolas com reforma e ampliação concluídas. Formação para Gestores escolares e Professores sobre as diretrizes do Tempo Integral e novo currículo do Ensino Médio (<i>In loco</i> nos CETIs) e Supervisão Pedagógica nos CETIs. Elaboração de Guias Pedagógicos com orientações teóricas e metodológicas acerca das Atividades Integradoras, Unidades Curriculares que compõem os Itinerários Formativos do Novo Currículo do Ensino Médio dos CETIs Piauí.	Em andamento	Parcialmente



Estratégias	Prazo	Observações	Status	Atingiu?
		Proposições da V Conferência Municipal de Educação: Reformulação da matriz curricular e construção do currículo para Tempo Integral-núcleo diversificado (inserção disciplina de Computação e Informática) Formação para professores sensível às questões envolvendo diversidades e diferenças.		
6.4) Fomentar a articulação da escola com os diferentes espaços educativos, culturais e esportivos, e equipamentos públicos como centros comunitários, bibliotecas, praças, parques, museus, teatros, cinemas e planetários.	2025	Ações SEMEC O município realiza parcerias com instituições buscando proporcionar aprendizagens diversas e que contribuam para o desenvolvimento pleno dos alunos. Ações SEDUC Os Centros Estaduais de Tempo Integral promovem ações pedagógicas, artísticas, culturais e esportivas nesses espaços. A Seduc realiza um processo operacional junto às escolas e Gerências regionais, através dos projetos e programas	Em andamento	Parcialmente

Estratégias	Prazo	Observações	Status	Atingiu?
		que dão suporte e fortalecem a articulação da escola e comunidade. Nas áreas Esportivas (Jepis), Circuito de Ciências e Festival de Cultura e Arte.		
6.5) Estimular a oferta de atividades voltadas à ampliação da jornada escolar de alunos matriculados nas escolas da rede pública de Educação Básica por parte das entidades privadas de serviço social vinculadas ao sistema sindical, de forma concomitante e em articulação com a rede pública de ensino.	2025	Ações SEMEC Ainda necessitam ser planejadas, ações que contemplem essa estratégia. Ações SEDUC Os Centros Estaduais de Tempo Integral por terem uma carga horária maior e uma oferta em suas Matrizes Curriculares da parte dos Itinerários Formativos (Estudo Orientado; Seminários Integradores e Projetos Pedagógicos Interdisciplinares) possibilitam a realização de parcerias e articulações com outros parceiros, tais como: Universidades; Faculdades; Unidades de Saúde, Conselhos Tutelares, dentre outros, possibilitando aos estudantes aprofundamentos de conhecimentos e vivências sociais em sua trajetória acadêmica e de vida.	Em andamento	Parcialmente



Estratégias	Prazo	Observações	Status	Atingiu?
6.6) Orientar, na forma do inciso I, do § 1º, do art. 13, da Lei Federal nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, a aplicação de gratuidade em atividades de ampliação da jornada escolar de alunos matriculados nas escolas da rede pública de Educação Básica, de forma concomitante e em articulação com a rede pública de ensino.	2025	Ações SEMEC A SEMEC tem articulado com algumas instituições, o planejamento de parceria para a ampliação de jornada usando os espaços dessas instituições. Ações SEDUC Revogada a parte da gratuidade.	Em andamento	Parcialmente
6.7) Atender às escolas do campo, de comunidades indígenas e quilombolas, na oferta de Educação em Tempo Integral, com base em consulta prévia e informada, considerando-se as peculiaridades locais.	2025	Ações SEMEC Na Rede existem 3 escolas de zona rural que são de Tempo Integral em parceria com a Coordenação de Supervisão. Estamos realizando formações com a equipe pedagógica dando-lhe alicerce para construção do PPP que contemple as características locais. Ações SEDUC Aguardando demanda para ofertar.	Em andamento	Parcialmente
6.8) Garantir a Educação em Tempo Integral para pessoas com deficiência, transtornos globais do	2025	Ações SEMEC É assegurado a oferta	Em andamento	Parcialmente

Estratégias	Prazo	Observações	Status	Atingiu?
desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, na faixa etária de 4(quatro) a 17(dezessete) anos, assegurando Atendimento Educacional Especializado complementar e suplementar ofertado em salas de recursos multifuncionais da própria escola ou em instituições especializadas.		de matrícula em todas as Unidades de Ensino de Tempo Integral. Ações SEDUC Os CETIs com demandas, possuem profissionais com a devida formação e espaços adequados para atendimento dos estudantes, como salas de AEE e profissionais de apoio pedagógico.		
6.9) Adotar medidas para otimizar o tempo de permanência dos alunos na escola, direcionando a expansão da jornada para o efetivo trabalho escolar, combinado com atividades recreativas, esportivas e culturais.	2025	Ações SEMEC A SEMEC articula ações que garantam estrutura física adequada, professores efetivos, merenda escolar e projetos que favoreçam a permanência dos alunos na escola. Ações SEDUC Implementação do Programa “Juntos para Avançar”; Programa de Busca Ativa, bem como de Práticas pedagógicas inovadoras e projetos interdisciplinares, que dão condições de fortalecimento do projeto de vida e do protagonismo juvenil.	Em andamento	Parcialmente

Fonte: <https://qedu.org.br/municipio/2211001-teresina/ideb>



Proposições da V Conferência Municipal de Educação:

A partir da construção do próximo PME, rediscutir os indicadores

- 25% de matrículas
- 50% de Escola de Tempo Integral.

Dedicação exclusiva para professores das Unidades de Ensino do Tempo Integral;

Reajustar o valor da bolsa-estágio conforme o salário mínimo vigente;

Criação de equipe técnica para estudo e acompanhamento de custos da Escola de Tempo Integral –planejamento e implantação.



8 QUALIDADE NA EDUCAÇÃO BÁSICA

META 7: Fomentar a qualidade da Educação Básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem de modo a atingir as seguintes médias nacionais para o Ideb.

8.1 Ficha Metodológica dos Indicadores Municipais

INDICADOR	IDEB – Anos Iniciais do Ensino Fundamental				Prazo	Atingiu?
Indicador 7A	2015	2017	2019	2021	2025	
	5,9	6,7	7,3	6,2		
Projeção	5,1	5,4	5,7	6,0		
INDICADOR	IDEB – Anos Finais do Ensino Fundamental				Prazo	Atingiu?
Indicador 7B	2015	2017	2019	2021	2025	
	4,6	5,2	5,6	5,4		
Projeção	4,5	4,7	5,0	5,3		
INDICADOR	IDEB – Ensino Médio				Prazo	Atingiu?
Indicador 7C	2015	2017	2019	2021	2025	
		3,3	3,9	4,2		
Projeção	-	-	3,5	3,7		

Fonte: <https://qedu.org.br/municipio/2211001-teresina/ideb>



8.2 Comentários da meta

Com base na série histórica do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), a Rede Pública do Município de Teresina suplantou a meta projetada para o período em análise, alcançando a nota 6,2 nos anos iniciais do Ensino Fundamental, 5,4 nos anos finais do Ensino Fundamental e 4,2 no Ensino Médio.

8.3 Estratégias

Estratégias	Prazo	Observações	Status	Atingiu?
7.1 Adequar e implantar, em regime de colaboração entre os entes federados, diretrizes pedagógicas para a Educação Básica e a Base Nacional Comum dos Currículos, com direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento dos alunos para cada ano do Ensino Fundamental e Médio, respeitada a diversidade regional, estadual e local.	2025	Ações SEMEC Atualização do Currículo de Teresina - Ensino Fundamental (2018), instituído pela Portaria N° _____ Acesso através do link: https://semec.pmt.pi.gov.br/diretrizes-curriculares-de-teresina/ O currículo para Educação Infantil está em fase de consulta pública para que seja efetivado o processo de implementação.	Em andamento	Parcialmente
7.2 Assegurar que: a) No quinto ano de vigência deste PME, pelo menos 70%(setenta por cento) dos alunos do Ensino Fundamental e do Ensino Médio tenham alcançado nível suficiente de aprendizado em relação aos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento de seu ano de estudo, e 50%(cinquenta por cento), pelo menos, o nível desejável;	2025	Ações SEMEC Considerando os dados obtidos nas duas últimas edições do Saeb (2019 - 2021): Componentes Curriculares Avaliados (Português e Matemática). Anos Iniciais - 5º Ano –	Em andamento	Parcialmente

Estratégias	Prazo	Observações	Status	Atingiu?
b) No último ano de vigência deste PME, todos os estudantes do Ensino Fundamental e do Ensino Médio tenham alcançado nível suficiente de aprendizado em relação aos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento de seu ano de estudo, e 80%(oitenta por cento), pelo menos, o nível desejável.		Ensino Fundamental As taxas de rendimento observadas, destacam que um percentual maior que 50 % dos alunos se encontram no nível de aprendizado esperado em 2019 (Português e Matemática). Em 2021, as taxas de rendimento de aprendizagem adequada em matemática ficaram abaixo dos 50% do nível desejado. Anos Finais - 9º Ano do Ensino Fundamental. As taxas de rendimento observadas destacam que um percentual maior que 50 % dos alunos se encontram no nível de aprendizado esperado em 2019 (Português e Matemática). Em 2021, as taxas de rendimento de aprendizagem adequada, em ambos componentes curriculares, ficaram abaixo dos 50% do nível desejado.		
7.3 Constituir, em colaboração entre a União, o Estado e o Município um conjunto nacional de indicadores de avaliação institucional com base no perfil do alunado, do corpo de profissionais da educação e demais segmentos que compõem a comunidade escolar, nas condições de infraestrutura das escolas, nos recursos pedagógicos disponíveis, nas características da gestão e em outras	2025	Ações SEMEC Programas Piauiense de Alfabetização na idade certa – PPAIC ; Programa Tempo de Aprender A SEMEC está em processo de implementação do Programa de Gestão, com o objetivo de compilar os	Em andamento	Parcialmente



Estratégias	Prazo	Observações	Status	Atingiu?
dimensões relevantes, considerando as especificidades das modalidades de ensino.		dados referentes aos aspectos mencionados, entretanto, não existem processos instituídos com fornecimento de relatórios institucionais. A SEMEC possui informações que contemplam todos os aspectos, no entanto, não existem processos instituídos com fornecimento de relatórios institucionais.		
7.4 Realizar processo contínuo de autoavaliação das escolas de Educação Básica, por meio da constituição de instrumentos de avaliação que orientem as dimensões a serem fortalecidas, destacando-se a elaboração de planejamento estratégico, a melhoria contínua da qualidade educacional, a formação continuada dos profissionais da educação e o aprimoramento da gestão democrática.	2025	Ações SEMEC Para realizar o processo de autoavaliação, as escolas dispõem dos seguintes instrumentos: Provas de Rede; Formação de professores; Redirecionamento das práticas pedagógicas; Execução do PPP e PMA. Proposições da V Conferência Municipal de Educação: Avaliação institucional: gestão e todo o contexto que contribui para a aprendizagem dos alunos. Nessa avaliação, não desconsiderar as variadas complexidades do trabalho gestor. Modificar a nomenclatura “Formação de Professores” para “Formação continuada para profissionais de	Em andamento	Parcialmente



Estratégias	Prazo	Observações	Status	Atingiu?
		Educação”.		
7.5 Formalizar e executar os Planos de Ações Articuladas (PAR), dando cumprimento às metas de qualidade estabelecidas para a Educação Básica pública e às estratégias de apoio técnico e financeiro voltadas à melhoria da gestão educacional, à formação de professores e profissionais de serviços e apoio escolares, à ampliação e ao desenvolvimento de recursos pedagógicos e à melhoria e expansão da infraestrutura física da rede escolar.	2025	Realização de testes para avaliar o desenvolvimento do processo de aprendizagem dos alunos; Envio de material impresso para testagem dos alunos.	Em andamento	Parcialmente
7.6 Associar a prestação de assistência técnica financeira à fixação de metas intermediárias, priorizando escolas com Ideb abaixo da média local.	2025	Ações SEMEC Identificação das escolas com média abaixo da média projetada para a Rede e aplicação de estratégias pedagógicas (adaptação do plano de ensino, formação continuada, atendimento ao público-alvo por meio de programas de reforço da aprendizagem - Tempo de aprender /PPAIC).	Em andamento	Parcialmente
7.7 Aprimorar continuamente os instrumentos de avaliação da qualidade do Ensino Fundamental e Médio, de forma a englobar o ensino de ciências nos exames aplicados nos anos finais do Ensino Fundamental, e incorporar o Exame Nacional do Ensino Médio, assegurada a sua universalização, ao sistema de avaliação da Educação Básica, bem como apoiar o uso dos resultados das avaliações	2025	Ações SEMEC Implementação das Provas de Rede contemplando os Componentes Curriculares Ciências Humanas (História) e da Natureza. Aprimoramento da plataforma de inserção e consolidação dos dados	Em andamento	Parcialmente



Estratégias	Prazo	Observações	Status	Atingiu?
nacionais pelas escolas e redes de ensino para a melhoria de seus processos e práticas pedagógicas.		obtidos pela Rede Pública Municipal de Ensino (MobiEducaMe).		
7.8 Adotar e implementar indicadores específicos de avaliação da qualidade da Educação Especial, bem como da qualidade da educação bilíngue para surdos, definidos pelo MEC.	2025	Ações SEMEC A Rede dispõe de instrumentos e indicadores avaliativos (fichas de acompanhamento) utilizados pelos professores do Atendimento Educacional Especializado - AEE. Os instrumentos avaliativos estão em processo de aprimoramento para que seja realizada a migração para o formato digital na plataforma de acompanhamento pedagógico MobiEduca.Me.	Em andamento	Parcialmente



Estratégias	Prazo	Observações	Status	Atingiu?
7.9 Orientar as políticas das redes e sistemas de ensino, de forma a buscar atingir as metas do Ideb, diminuindo a diferença entre as escolas com os menores índices e a média nacional, garantindo equidade da aprendizagem e reduzindo pela metade, até o último ano de vigência deste PME, as diferenças entre as médias dos índices do município de Teresina. 7.10) Fixar, acompanhar e divulgar bianualmente os resultados pedagógicos dos indicadores do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica e do Ideb, relativos às escolas, às redes públicas de Educação Básica e aos Sistemas de Ensino de Teresina, assegurando a contextualização desses resultados, com relação a indicadores sociais relevantes, como os de nível socioeconômico das famílias dos alunos, a transparência e o acesso público às informações técnicas de concepção e operação do sistema de avaliação.	2025	Ações SEMEC Teresina orienta as Unidades de Ensino quanto às estratégias pedagógicas a serem adotadas, bem como o uso dos resultados das Prova de Rede aplicadas, a fim de identificar as demandas e redirecionar as práticas de ensino, promovendo igualdade e equidade, considerando os variados contextos, por meio de formações continuadas aos professores, gestores e encontros gerenciais.	Em andamento	Parcialmente
7.11 Melhorar o desempenho dos alunos da Educação Básica nas avaliações da aprendizagem no Programa Internacional de Avaliação de Estudantes - PISA, tendo-o como instrumento externo de referência,	2025	Ações SEMEC Até o presente momento, essa Rede de Ensino não foi selecionada para participar do Programa		



Estratégias	Prazo	Observações	Status	Atingiu?
internacionalmente reconhecido.		Internacional de Avaliação de Estudantes - PISA.		
7.12 Incentivar o desenvolvimento, selecionar, certificar e divulgar tecnologias educacionais para a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e o Ensino Médio e incentivar práticas pedagógicas inovadoras que assegurem a melhoria do fluxo escolar e a aprendizagem, assegurada a diversidade de métodos e propostas pedagógicas, com preferência para softwares livres e recursos educacionais abertos, bem como o acompanhamento dos resultados, fazendo as intervenções necessárias, nos sistemas de ensino em que forem aplicadas.	2025	Ações SEMEC Desde 2017, a Rede implementou a ferramenta MobiCorretor ao Sistema de Ensino Público Municipal (MobiCorretor Lite e MobiCorretor Web). O desenvolvimento das tecnologias educacionais vem se aprimorando ao longo dos anos, incrementando recursos adicionais que promovem o incentivo a práticas pedagógicas inovadoras e a melhoria do acompanhamento do fluxo escolar e aprendizagem. É assegurada formação continuada aos agentes envolvidos no processo, considerando a diversidade de propostas voltadas ao monitoramento do ensino e aprendizagem incorporados à plataforma.		
7.13 Garantir transporte gratuito para todos os estudantes da educação do campo na faixa etária da educação escolar obrigatória, atendendo aos parâmetros de distância estabelecidos pelo MEC e Resolução CNE/CEB Nº 2, de 28/04/2008, mediante renovação e padronização integral da frota de veículos, de acordo com especificações definidas pelo Instituto Nacional de	2025			



Estratégias	Prazo	Observações	Status	Atingiu?
Metrologia, Qualidade e Tecnologia - INMETRO, e financiamento compartilhado, com participação da União, proporcional às necessidades do município de Teresina, visando reduzir a evasão escolar e o tempo médio de deslocamento a partir de cada situação local.				
7.14 Desenvolver pesquisas e adotar modelos alternativos de atendimento escolar, estabelecidos pelo MEC, para a população do campo que considerem as especificidades locais e as boas práticas nacionais e internacionais.	2025			
7.15 Universalizar na zona urbana e ampliar na zona rural, até o quinto ano de vigência deste PME, o acesso à rede mundial de computadores em banda larga de alta velocidade e triplicar, até o final da década, a relação computador/aluno nas escolas da rede pública de Educação Básica, promovendo a utilização pedagógica das tecnologias da informação e da comunicação.	2025			
7.16 Orientar e apoiar técnica e financeiramente a gestão escolar mediante transferência direta de recursos financeiros à escola, garantindo a participação da comunidade escolar no planejamento e na aplicação dos recursos, visando a ampliação da transparência e o efetivo desenvolvimento da gestão democrática.	2025			
7.17 Ampliar programas e aprofundar ações de atendimento ao aluno em todas as etapas da Educação Básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte,	2025			



Estratégias	Prazo	Observações	Status	Atingiu?
alimentação e assistência à saúde.				
7.18 Assegurar a todas as escolas públicas de Educação Básica o acesso à energia elétrica, abastecimento de água tratada, esgotamento sanitário e manejo dos resíduos sólidos, de modo a garantir o acesso dos alunos a espaços para a prática esportiva, a bens culturais e artísticos e a equipamentos e laboratórios de ciências, com manutenção periódica e, em cada edifício escolar, garantir a acessibilidade às pessoas com deficiência.	2025			
7.19 Prover equipamentos e recursos tecnológicos digitais para a utilização pedagógica no ambiente escolar a todas as escolas públicas da Educação Básica, criando, inclusive, mecanismos para implementação das condições necessárias para a universalização das bibliotecas nas instituições educacionais, com um profissional especializado, com acesso a redes digitais de computadores, inclusive a Internet.	2025			
7.20 Adotar os parâmetros mínimos de qualidade dos serviços da Educação Básica, a serem utilizados como referência para infraestrutura das escolas, recursos pedagógicos, entre outros insumos relevantes, bem como instrumento para adoção de medidas para a melhoria da qualidade do ensino, instituídos pela União.	2025	Ações SEMEC São ofertadas formações em serviço que dão subsídios pedagógicos aos professores com a finalidade de promover a melhoria do ensino. A Rede também possui uma política de valorização profissional denominada “Programa de Valorização ao Mérito no Ensino Fundamental e na	Em andamento	Parcialmente



Estratégias	Prazo	Observações	Status	Atingiu?
		Educação Infantil”, que considera o desempenho alcançado pelos alunos em avaliações externas, instituído pela Lei Municipal Nº 4.499 de 20 de dezembro de 2013 e modificada pela Lei Municipal Nº 5.835 de 19 de dezembro de 2022.		
7.21 Aderir a programas de informatização oferecidos pelo MEC para melhoria da gestão das escolas públicas e das secretarias estadual e municipal de educação, bem como ao programa nacional de formação inicial e continuada para o pessoal técnico das secretarias das escolas e das secretarias estadual e municipal de educação.	2025	Ações SEMEC A Prefeitura de Teresina em parceria com a Escola Nacional de Administração Pública (Enap) disponibiliza, através da Escola de Gestão de Teresina, cursos a distância que tem como finalidade a profissionalização dos servidores e gestores da Administração Pública, sendo um importante instrumento na busca da excelência na prestação de serviço público. A Escola foi criada em 2019, e está vinculada à Secretaria Municipal de Administração (SEMA). Para ter acesso, basta o servidor entrar no site da Sema (https://sema.teresina.pi.gov.br/), buscar no menu localizado do lado esquerdo da página, a aba “Escola de Gestão de Teresina”, depois clicar em “Cursos EaD”, e seguir o passo a passo descrito.	Em andamento	Parcialmente



Estratégias	Prazo	Observações	Status	Atingiu?
		(Fonte: https://pmt.pi.gov.br/tag/escola-de-gestao/)		
7.22 Garantir políticas de prevenção e enfrentamento à violência na escola, por meio da articulação junto ao sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente, desenvolvendo capacitações dos educadores e ações intersetoriais para identificação de suas causas, como a violência doméstica e sexual, favorecendo a adoção das providências adequadas para promover a construção da cultura de paz e um ambiente escolar dotado de segurança para a comunidade.	2025	Ações SEMEC A partir da solicitação do Ministério Público, foi formado o Comitê Interinstitucional Permanente para elaborar e executar o Protocolo de Prevenção e Atendimento às crianças e adolescentes em situação de risco e vulnerabilidade social. A Secretaria Municipal de Educação, em parceria com Ministério Público, elaborou o Protocolo de Prevenção e Atendimento às Crianças e aos Adolescentes em situações de risco e vulnerabilidade social denominado “Quem Ama Cuida”, o protocolo foi elaborado de maneira coletiva e traz orientações e procedimentos metodológicos a serem adotados na prevenção e enfrentamento das situações de vulnerabilidade e riscos pessoais. Atualmente a documentação se encontra em processo de validação.	Em andamento	Parcialmente
7.23) implementar políticas de inclusão e permanência na escola para adolescentes e jovens que se encontram em regime de liberdade assistida e em situação de rua, assegurando os princípios da Lei Federal no	2025			



Estratégias	Prazo	Observações	Status	Atingiu?
8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente				
7.24 Garantir nos currículos escolares conteúdos sobre a história e as culturas afro-brasileira e indígenas e implementar ações educacionais, nos termos das Leis Federais nos 10.639, de 9 de janeiro de 2003, e 11.645, de 10 de março de 2008, assegurando-se a implementação das respectivas diretrizes curriculares nacionais, por meio de ações colaborativas com fóruns de educação para a diversidade étnico-racial, conselhos escolares, equipes pedagógicas e a sociedade civil.	2025	Ações SEMEC O Currículo Municipal de Teresina atende aos pressupostos legais estabelecidos.	Em andamento	Parcialmente
7.25 Consolidar a educação escolar no campo de populações tradicionais, de populações itinerantes e de comunidades indígenas e quilombolas, respeitando a articulação entre os ambientes escolares e comunitários e garantindo: o desenvolvimento sustentável e preservação da identidade cultural; a participação da comunidade na definição do modelo de organização pedagógica e de gestão das instituições, consideradas as práticas socioculturais e as formas particulares de organização do tempo; a oferta bilíngue na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, em língua materna das comunidades indígenas e em língua portuguesa; a reestruturação e a aquisição de equipamentos; a oferta de programa para a formação inicial e continuada de	2025	Ações SEMEC O Currículo Municipal de Teresina apresenta itens que reforçam o direito à garantia do respeito e preservação da identidade cultural; o Projeto Alfabetização Sem Fronteiras, propõe alfabetizar, em Língua Portuguesa, mas em língua materna, crianças e adolescentes filhos das famílias migrantes refugiadas indígenas venezuelanas da etnia Warao, acolhidos pelo Brasil e residentes em Teresina. O projeto conta com a parceria da SEMCASPI e da CÁRITAS para sua execução e efetivação da inclusão social e laboral	Em andamento	Parcialmente



Estratégias	Prazo	Observações	Status	Atingiu?
profissionais da educação; e o atendimento em Educação Especial.		das famílias.		
7.27 Mobilizar as famílias e setores da sociedade civil, articulando a educação formal com experiências de educação popular e cidadã, com os propósitos de que a educação seja assumida como responsabilidade de todos e de ampliar o controle social sobre o cumprimento das políticas públicas educacionais.	2025	As escolas públicas municipais possuem Conselhos Escolares que contam com participação de membros da comunidade escolar, o que possibilita a participação da sociedade civil como agente corresponsável da formação popular e cidadã, assumindo papel colaborativo, consultivo, mobilizador e deliberativo.		
7.28 Promover a articulação dos programas da área da educação, de âmbito local e nacional, com os de outras áreas, como saúde, trabalho e emprego, assistência social, esporte e cultura, possibilitando a criação de rede de apoio integral às famílias, como condição para a melhoria da qualidade educacional	2025			
7.29 Universalizar, mediante articulação entre os órgãos responsáveis pelas áreas da saúde e da educação, o atendimento aos estudantes da rede escolar pública de Educação Básica por meio de ações de prevenção, promoção e atenção à saúde.	2025			
7.30 Estabelecer ações efetivas especificamente voltadas para a promoção, prevenção, atenção e atendimento à saúde e à integridade física, mental e emocional dos profissionais da educação, como condição para a melhoria da qualidade educacional.	2025	Ações SEMEC O Protocolo de Prevenção e Atendimento às Crianças e aos Adolescentes em situações de risco e vulnerabilidade social denominado “Quem Ama	Em andamento	Parcialmente

Estratégias	Prazo	Observações	Status	Atingiu?
		Cuida” prevê percursos formativos para o acompanhamento da comunidade escolar (professores, gestores, colaboradores e técnicos da secretaria) que contemplem os aspectos relacionados à saúde e à integridade física, mental e emocional dos profissionais da educação.		
7.31 Fortalecer, com a colaboração técnica e financeira da União, em articulação com o sistema nacional de avaliação, os sistemas municipal e estadual de avaliação da Educação Básica, para orientar as políticas públicas e as práticas pedagógicas, com o fornecimento das informações às escolas e à sociedade.	2025			
7.32 Promover, com especial ênfase, em consonância com as diretrizes do Plano Nacional do Livro e da Leitura, a formação de leitores e a capacitação de professores, bibliotecários e agentes da comunidade para atuar como mediadores da leitura, de acordo com a especificidade das diferentes etapas do desenvolvimento e da aprendizagem.	2025			
7.33 Participar, em articulação com a União, o Estado e o Município, de programa nacional de formação de professores e de alunos para promover e consolidar política de preservação da memória nacional.	2025			
7.34 Promover a regulação da oferta da Educação Básica pela iniciativa privada, com monitoramento pelos conselhos	2025			



Estratégias	Prazo	Observações	Status	Atingiu?
de educação, de forma a garantir a qualidade e o cumprimento da função social da educação.				
7.35 Implementar ações que viabilizem a inclusão no currículo oficial das redes públicas e privadas de ensino, o ensino dos conteúdos de história e da cultura afro-brasileira e africana, conforme Decreto Federal nº 6.861, de 27.05.2009; Lei Federal nº 10.639, de 09.01.2003 e diretrizes curriculares nacionais para o ensino de história e cultura afro-brasileira e indígena – Lei Federal nº 11.645, de 10.03.2008, e conteúdos de história e geografia do Piauí.	2025	Ações SEMEC A Rede Pública Municipal de Educação de Teresina promove formações continuadas para professores e disponibiliza planos referenciais de ensino que, conforme o Currículo Municipal, atendem a Base Nacional Comum Curricular e aos demais pressupostos legais vigentes para a Educação Básica.	Em andamento	Parcialmente
7.36 Envidar esforços junto a instituições públicas e privadas, visando a ampliação da infraestrutura básica necessária para assegurar o acesso à rede mundial de computadores em escolas urbanas e do campo, até o final da década, em condições satisfatórias.	2025			
7.37 Estabelecer políticas de estímulo às escolas que melhorarem o desempenho no IDEB, de modo a valorizar o mérito do corpo docente, da direção e da comunidade escolar.	2025	Ações SEMEC A SEMEC realiza formação continuada de professores, acompanhamento e monitoramento da aprendizagem dos alunos, realiza visitas às escolas para suporte e possui o Programa de Valorização ao Mérito para corpo docente, da direção e da comunidade escolar.	Em andamento	Parcialmente

Proposições da V Conferência Municipal de Educação:

Para realizar o processo de autoavaliação, as escolas dispõem dos seguintes instrumentos:

Provas de Rede;

Formação de professores;

Redirecionamento das práticas pedagógicas;

Execução do PPP e PMA.

O Protocolo de Prevenção e Atendimento às Crianças e aos Adolescentes em situações de risco e vulnerabilidade social denominado “Quem Ama Cuida” prevê percursos formativos para o acompanhamento da comunidade escolar (professores, gestores, colaboradores e técnicos da secretaria) que contemplem os aspectos relacionados à saúde e à integridade física, mental e emocional dos profissionais da educação.



9 ESCOLARIDADE MÉDIA DA POPULAÇÃO

Meta 8: Elevar a escolaridade média da população de 18 (dezoito) a 29 (vinte e nove) anos, de modo a alcançar no mínimo 12 (doze) anos de estudo no último ano, para as populações do campo, da região de menor escolaridade no país e dos 25% (vinte e cinco por cento) mais pobres, e igualar a escolaridade média entre negros e não negros declarados à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

9.1 Ficha metodológica dos indicadores do município

Indicador 8A	Escolaridade média da população de 18 a 29 anos no município de Teresina no ano de 2016							Prazo	Atingiu?
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2025	
Indicador 8B	Escolaridade média da população de 18 a 29 anos residente na área rural no município de Teresina em 2016.							Prazo	Atingiu?
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2025	
Indicador 8C	Escolaridade média da população de 18 a 29 anos pertencente aos 25% mais pobres (renda domiciliar per capita)							Prazo	Atingiu?
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2025	
Indicador 8D	Razão entre escolaridade média de negros e não negros na faixa etária de 18 a 29 anos.							Prazo	Atingiu?
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2025	

	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2025	

9.2 Comentários da meta

Indicador com inviabilidade de cálculo ao nível municipal.

9.3 Estratégias

Estratégias	Prazo	Observações	Status	Atingiu?
8.1 Adotar programas e adequar a realidade local às tecnologias para correção de fluxo, acompanhamento pedagógico individualizado, recuperação e progressão parcial, bem como priorizar estudantes com rendimento escolar defasado, considerando as especificidades dos segmentos populacionais considerados.	2025			
8.2 Implementar programas de educação de jovens e adultos para os segmentos populacionais considerados, que estejam fora da escola e com defasagem idade-série, associada a outras estratégias que garantam a continuidade da escolarização, após a alfabetização inicial.	2025			
8.3) Garantir acesso gratuito a exames de certificação da conclusão dos ensinos fundamental e médio.	2025			
8.4) Expandir e divulgar a oferta gratuita de educação profissional às populações do campo, indígena, quilombola, declarada negra, ciganos, circenses e comunidades tradicionais locais.	2025			



Estratégias	Prazo	Observações	Status	Atingiu?
8.5) Promover, em parceria com as áreas de saúde e assistência social, o acompanhamento e o monitoramento de acesso à escola específicos para os segmentos populacionais considerados, e identificar motivos de ausência e baixa frequência, de maneira a estimular a ampliação do atendimento desses estudantes na rede pública regular de ensino.	2025			
8.6) Promover busca ativa de jovens fora da escola pertencentes aos segmentos populacionais considerados, em parceria com as áreas de assistência social, saúde e proteção à juventude.	2025			
8.7) Garantir o acesso e promover ações para permanência na rede pública e rede regular de ensino a partir do recenseamento das populações do campo indígena, quilombola, declarada negra, ciganos, circenses e comunidades tradicionais locais.	2025			



10 ALFABETIZAÇÃO E ALFABETISMO FUNCIONAL DE JOVENS E ADULTOS

META 9: Elevar a taxa de alfabetização da população de 15 (quinze) anos ou mais para 93,5% (noventa e três inteiros e cinco décimos por cento) até 2015 e, até o final da vigência deste PNE, erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% (cinquenta por cento) a taxa de analfabetismo funcional.

10.1 Ficha metodológica dos indicadores do município

INDICADOR											
Indicador 9 ^a	Taxa de alfabetização da população de 15 anos ou mais de idade										Prazo: Atingiu?
	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	
Indicador 9B	Taxa de analfabetismo funcional de pessoas de 15 anos ou mais de idade										Prazo: Atingiu?
	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	

10.2 Comentários da meta

A Meta 09 enquadra-se como não mensurável (em percentuais) devido à falta de dados estatísticos oficiais atualizados e de ser efetivada no que se refere à erradicação do analfabetismo. O mesmo se dá com relação ao Analfabetismo funcional, haja vista a não existência de dado público municipal e anual que informe se a pessoa sabe ler ou escrever, ou seja, que informe a escolaridade dos indivíduos, uma vez que analfabetismo funcional foi conceituado pelo Plano Nacional de Educação em movimento como baixa escolaridade.



Tabela 5 - Oferta da modalidade educação de jovens e adultos (EJA) realizada pela Secretaria Municipal de Educação de Teresina- SEMEC

9ª	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
ESTADUAL	11.422	4.294	6.743	10.931	8.153	5.725	4.629	4.235		
MUNICIPAL	4.442	4.030	3.902	3.878	3.593	3.027	2.278	1.525	1.156	
PRIVADO	-	341	341	891	132	159	68	36		

Fonte: Sistema Ged/Semec /2022.

As informações contidas nessa primeira parte do relatório dizem respeito ao indicador 01 (Indicador 9A), que trata da “taxa de alfabetização da população de 15 anos ou mais de idade”. Embora seja complicado estabelecermos percentuais, o quadro acima nos mostra que, na esfera estadual houve um decréscimo da oferta da EJA no município. Quando se trata especificamente da oferta feita pelas escolas da rede municipal de ensino, repetem-se praticamente os mesmos percentuais de queda. Pode-se observar que o quantitativo de matrículas de 2021 se aproxima de um terço do que se tinha em 2014.

Com relação ao indicador 02 (indicador 9B), que trata da “taxa de analfabetismo funcional da população de 15 anos ou mais de idade”, o município não dispõe de dados que nos dê condições de aferir com precisão tal informação.

No ano de 2022 o município de Teresina oferta a modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA) em 28 escolas, atendendo a uma média de 1150 alunos. Escolas municipais que ofertam EJA em 2021/2022:

1. E M Antonio Dilson Fernandes
2. E M Deputado Antônio Gayoso
3. E M Governador Chagas Rodrigues
4. E M Iolanda Raulino
5. E M Professor José Gomes Campos
6. E M Roberto Cerqueira Dantas
7. E M Dom Helder Câmara
8. E M Professor Alcides Lebre
9. E M Professor Ofélio Leitão
10. E M Professor Valdemar Sandes
11. E M Santa Fé

12. E M Simões Filho
13. E M Delfina Borralho Boa Vista
14. E M Professor Itamar De Sousa Brito
15. E M Professor Manoel Paulo Nunes
16. E M Professor Francílio Almeida
17. E M Professor Valter Alencar
18. E M Vereador José Ommati
19. E M Mário Covas
20. E M O. G. Rego De Carvalho
21. E M Parque Itararé
22. E M São Sebastião
23. E M Conselheiro Saraiva
24. E M Hermelinda De Castro
25. E M Nossa Senhora Do Perpétuo Socorro
26. E M Santa Teresa
27. E M Joca Vieira

Para enfrentar as dificuldades de matrículas que se observou de forma mais intensa desde o ano de 2021, certamente devido ao fenômeno da pandemia do Coronavírus, o município de Teresina empenhou-se muito com campanhas de Busca Ativa com o objetivo de trazer as pessoas jovens, adultas e idosas de volta para a sala de aula. Em 2021 e 2022 fez-se uso de panfletagem, moto-som e carro-de-som em mobilizações realizadas em comunidades próximas às escolas que ofertam a modalidade. Os resultados aparecem em 2022, com o aumento gradual das matrículas já no segundo semestre.

Um diferencial na oferta da EJA no município de Teresina diz respeito à política de Formação continuada de professores, que sempre foi ofertada. Em 2021 adotou o modelo de formação continuada em que no contexto dos encontros de formação de professores e formadores, constroem atividades que serão utilizadas pelos professores nas suas rotinas de sala de aula. 100 % dos professores de Língua Portuguesa e Matemática de primeiro e segundo segmentos são contemplados com essa política.

Para direcionar as atividades da formação continuada de professores da EJA, em 2021 foi



construído um caderno especial (temporário) contendo habilidades e conteúdo. Essas habilidades e conteúdos, após atualizadas conforme orientação da resolução do CNE/CEB de 28 de maio de 2021 (Diretrizes operacionais da Educação de Jovens e Adultos) serão incorporadas a um outro documento (Diretrizes Curriculares da Educação de Jovens e Adultos- EJA), que, após validadas, por professores e gestores, deverão ser disponibilizadas para as escolas no início do segundo semestre de 2023.

Outra ação importante implantada em 2021 e adotada em 2022 em 100% das escolas de EJA de Teresina, foi a política de Avaliação de Rede (Avaliação de Desempenho na Modalidade Educação de Jovens e Adultos- EJA), adotada com o objetivo de diagnosticar dificuldades e nortear a formação continuada com foco na superação dos obstáculos encontrados no dia a dia da sala de aula dos educandos dessa modalidade de ensino.

Uma dificuldade ainda não superada diz respeito ao atendimento das pessoas com deficiência presente nas turmas de EJA do município de Teresina. Observa-se um alto índice de desistência desse público nas escolas onde se observaram matrículas de pessoas que apresentavam alguma deficiência, fosse física ou de outra natureza.

Uma ação já realizada nesse sentido em 2022, foi a incorporação da temática da inclusão nos encontros de formação continuada de professores de primeiro segmento da EJA. Há também a orientação para que no ano de 2023, sejam ofertadas turmas de EJA no turno dia para melhor acolher as pessoas com deficiência.

Todas as escolas municipais que requisitaram transportes para viabilizar o deslocamento de alunos de comunidades onde não tenham escolas de EJA tiveram esse pleito atendido. Em 2022, temos 18 ônibus que se deslocam para diferentes comunidades fazendo o transporte desses alunos, seja na zona rural ou urbana.

De 2010 a 2019, a Modalidade EJA do município de Teresina conta com a oferta da Educação com cursos na linha profissionalizante (TELESOL-PRO) ofertados pela Ong Alfabetização Solidária (ALFASOL). Os cursos (Ocupações Administrativas, Logística, Telesserviços, Comércio e Varejo, Empreendedorismo) tinham carga horária de 120 horas e eram acomodados dentro da carga horária semanal (ou seja, sem acréscimo de carga horária). No entanto, desde 2020, o município de Teresina não oferta a educação profissional, embora tenham tratativas sendo desenvolvidas nesse sentido.



10.3 Estratégias

Estratégias	Prazo	Observações	Status	Atingiu?
9.1 Assegurar e garantir a oferta gratuita da Educação de Jovens e Adultos na modalidade de EJA, fortalecendo o compromisso com a universalização da alfabetização como política de Estado, que implica em viabilizar a continuidade dos estudos a todos os estudantes que não tiveram acesso à Educação Básica na idade própria.	2025	Ações SEMEC 1- Está assegurado a oferta com Ensino Fundamental na Rede Municipal (Modalidade EJA ofertada em 27 escolas até 2022), localizadas nas 04 (quatro) grandes zonas de Teresina e na zona rural. PROPÕE-SE: 1-Abertura de novas turmas de EJA Ensino Fundamental em regiões onde apresentarem demandas, principalmente na periferia de Teresina. Proposições da V Conferência Municipal de Educação: Matrículas contínua e extemporânea. Garantir o acesso, a permanência e a qualidade na oferta da EJA assegurando as condições do CAQi(Custo Aluno Qualidade iinicial /CAQ(Custo Aluno Qualidade) Assegurar o direito à matrícula do aluno	Em andamento	Parcialmente



Estratégias	Prazo	Observações	Status	Atingiu?
		trabalhador ao longo do ano, tendo os órgãos de controle e acompanhamento desse direito constitucional a responsabilidade de exigir dos entes ofertantes relatórios trimestrais de ingresso e permanência. Ações SEDUC Programa de Alfabetização de Jovens, Adultos e Idosos - PROAJA com metas estabelecidas para o período de 2021 a 2022; Meta a ser atingida - 35.000 alunos; Alunos matriculados: 28.081; Alunos cursando: 14.189.		
9.2.Realizar diagnóstico, sob coordenação das secretarias municipal e estadual de educação, dos jovens e adultos com ensino fundamental e médio incompletos, identificando os números e as necessidades dos estudantes, para que se tenha o conhecimento da demanda ativa por vagas e se assegure o adequado planejamento da oferta, considerando a faixa etária, turno adequado e a variabilidade didático-metodológica.	2025	Ações SEMEC Em 2021 foi realizada demanda junto aos funcionários de empresas que atendem a SEMEC.(Parceria com a empresa SERVFAZ, beneficiando cerca de 23 alunos). No final do ano de 2022 foi enviado ofício circular a todas as 321 escolas municipais com o objetivo de levantar dados sobre a necessidade de oferta de EJA na região.	Em andamento	Parcialmente

Estratégias	Prazo	Observações	Status	Atingiu?
		PROPÕE-SE: Em 2023, pretende-se abrir novas turmas de EJA Ensino Fundamental onde houver necessidade, principalmente nas regiões onde foram ofertadas turmas do PROAJA.. Proposições da V Conferência Municipal de Educação: Ação institucional em parceria com a UNDIME; Demanda potencial para gerar identificação de vagas: parceria com empresas, associações e demais entidades sociais para identificar esse público; Disponibilização de alunos alfabetizados oriundos do programa PROAJA pela Seduc.		
9.3) Implementar ações de alfabetização de jovens e adultos com garantia de continuidade da escolarização básica, inclusive estabelecendo mecanismos e incentivos que integrem os segmentos empregadores, públicos e privados, e os sistemas de ensino, para promover a compatibilização da jornada de trabalho dos empregados com a oferta das ações de alfabetização e de educação de jovens e adultos.	2025	Ações SEMEC 1- O Estado oferta o Programa de Alfabetização de Jovens e Adultos- PROAJA em todas as regiões de Teresina. PROPÕE-SE:	Em andamento	Parcialmente



Estratégias	Prazo	Observações	Status	Atingiu?
		Nas regiões com oferta de PROAJA, que ainda não tenha escolas que ofertam EJA, que seja realizada, pelo município de Teresina, ação nesse sentido. Proposições da V Conferência Municipal de Educação: Ações de alfabetização com garantia de continuidade; Parceria com a Seduc para receber alunos PROAJA.		
9.4) Realizar chamadas públicas semestrais através de meios midiáticos para a educação de jovens e adultos, promovendo-se busca ativa em regime de colaboração entre entes federados e em parceria com organizações da sociedade civil	2025	Ações SEMEC 1-Em 2022 retomaram-se as chamadas públicas via moto-som na região de cada escola e serviço de panfletagem junto aos pais e mães das escolas municipais, às lideranças religiosas e comunitárias. No momento encontram-se em negociação, as chamadas através de outros meios midiáticos. Ações SEDUC Busca ativa realizada por entidades credenciadas e	Em andamento	Parcialmente



Estratégias	Prazo	Observações	Status	Atingiu?
		contratada pela SEDUC para execução do PROEJA. 36.884 alunos cadastrados na plataforma do PROAJA. Proposições da V Conferência Municipal de Educação: Apoio ao estudante; intensificar a mobilização da escola para busca ativa.		
9.5) Realizar avaliação, por meio de exames específicos, que permita aferir o grau de alfabetização de jovens e adultos com mais de 15 (quinze) anos de idade, considerando seus saberes e vivências, a fim de qualificar as ações propostas para a alfabetização.	2025	Ações SEMEC 1-Exames de classificação e reclassificação, padronizados, realizados em 100% das escolas. 2- Desde 2021, são realizadas atividades diagnósticas no contexto da formação continuada com o objetivo de nortear as habilidades a serem trabalhadas na alfabetização de jovens e adultos. Ações SEDUC Realização de Testes Diagnósticos (Inicial, Monitoramento e Final) para avaliar o grau de alfabetização (PROAJA). Testes Iniciais - 14.321 alunos; Teste de monitoramento - 4.073 alunos;	Em andamento	Parcialmente



Estratégias	Prazo	Observações	Status	Atingiu?
		Testes Finais -8.139 alunos.		
		Proposições da V Conferência Municipal de Educação:		
9.6) Executar ações de atendimento ao estudante da educação de jovens e adultos por meio de programas suplementares de transporte, alimentação e saúde, inclusive atendimento oftalmológico e fornecimento gratuito de óculos, em articulação com a área da saúde.	2025	Ações SEMEC Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar – (Pnate). A EJA disponibiliza 16 ônibus para transporte de alunos da EJA. 2 - O Programa Nacional de Alimentação Escolar contribui para o crescimento, o desenvolvimento, a aprendizagem, o rendimento escolar dos estudantes e a formação de hábitos alimentares saudáveis. 3- Não existe a oferta de óculos para alunos da EJA. Proposições da V Conferência Municipal de Educação: Elaborar projeto para aquisição de óculos com qualidade e entrega ágil com prazo máximo de 2 meses em parceria intersetorial com secretarias de assistência social, de saúde, Instituição de Ensino Superior- IES pública e privada e empresas.	Em andamento	Parcialmente



Estratégias	Prazo	Observações	Status	Atingiu?
9.7) Assegurar em parceria com as secretarias municipal e estadual de educação a oferta de educação de jovens e adultos, nas etapas de ensino fundamental e médio, às pessoas privadas de liberdade em todos os estabelecimentos penais e aos jovens em cumprimento de medidas socioeducativas, assegurando-se formação específica dos professores e implementação de diretrizes nacionais.	2025	Ações SEMEC Ação sob a responsabilidade da SEDUC. PROPÔE-SE: O Fórum Municipal de Teresina fortalecer parceria com Fórum Estadual de Educação-FEE, no sentido de troca de informações a respeito de ações desenvolvidas no contexto de cada meta de seus respectivos planos.	Em andamento	Parcialmente
9.8) Apoiar técnica e financeiramente e estimular em parceria com IES projetos inovadores na Educação de Jovens e Adultos que visem ao desenvolvimento de modelos adequados às necessidades específicas desses estudantes.	2025	Ações SEMEC 1-Projeto “Eu vivencio, eu registro: pesquisas realizadas no contexto da modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA)”; 2- Projeto “De mãos dadas com a Academia”, (IFPI, UESPI) com o objetivo de aproximar os IES dos Sistemas de Ensino. 3- Parceria com o Instituto Federal de Educação Tecnológica do Piauí. (Cursos FIC, 160h) com a meta de atender 105 alunos do segundo segmento da EJA. Previsto para 2023/2024. 4- Parceria com o colégio Técnico da UFPI,	Em andamento	Parcialmente



Estratégias	Prazo	Observações	Status	Atingiu?
		(Cursos FIC, 160h) com meta de atender 390 alunos de primeiro e segundo segmentos da EJA. Previsto para 2023/2024. PROPÕE-SE: Ampliar parcerias no sentido de ofertar cursos profissionalizantes de curta duração (Fundação Wall Ferraz). Proposições da V Conferência Municipal de Educação: Buscar sistema “S”, sindicatos, sociedade civil organizada, IES pública e privada para novas parcerias.		
9.9) Implementar programas de capacitação tecnológica da população jovem e adulta, direcionados para os segmentos com baixos níveis de escolarização formal e alunos com deficiência, articulando os sistemas de ensino, a rede federal de educação profissional e tecnológica, as universidades, as cooperativas e as associações, por meio de ações de extensão desenvolvidas em centros vocacionais tecnológicos, com tecnologias assistivas que favoreçam a efetiva inclusão social e produtiva dessa população.	2025	Ações SEMEC Ação não iniciada PROPÕE-SE: Realizar parcerias com outras instituições que possam viabilizar a estratégia (universidades, associações e cooperativas que possam desenvolver ações nesse sentido). Proposições da V Conferência Municipal de Educação: Buscar cursos de extensão de informática ofertados por IES públicas e	Não iniciada	Não



Estratégias	Prazo	Observações	Status	Atingiu?
		privadas e possibilidade de oferta para EJA. Utilizar plataformas digitais com formação para usuários e fornecer aparelhos que os auxiliem.		
9.10) Assegurar e garantir por meios de ações das secretarias municipal e estadual de educação e IES, nas políticas públicas de jovens e adultos, as necessidades dos idosos, com vistas à promoção de políticas de erradicação do analfabetismo, ao acesso às tecnologias educacionais e atividades recreativas, culturais e esportivas, à implementação de programas de valorização e compartilhamento dos conhecimentos e experiência dos idosos e à inclusão dos temas do envelhecimento e da velhice nas escolas.	2025	Ações SEMEC 1-A temática do idoso é contemplada nas novas diretrizes de EJA que estão em processo de construção pela equipe da SEMEC. PROPÕE-SE: Estimular pesquisas na área, com o objetivo de promover uma reflexão mais qualitativa sobre a temática e que possa culminar em benefícios para essa faixa etária através de parcerias com instituições locais (convênios, parcerias, etc).	Em andamento	Parcialmente
9.11) Assegurar que as escolas de Teresina, que atendam a modalidade de Educação de Jovens e Adultos – EJA, para deixar de ofertá-la, tenham, antecipadamente, a aprovação dos conselhos municipal e estadual de educação, e comunidade escolar na qual a escola está inserida.	2025	Ações SEMEC A orientação é respeitada pela SEMEC. Ações SEDUC A SEDUC possui diretrizes para quando a escola deixa de ofertar matrículas, essas ações aconteçam no processo de reordenamento realizado pela UGIE, no final do ano letivo.	Em andamento	Parcialmente



Estratégias	Prazo	Observações	Status	Atingiu?
9.12) Implantar um sistema de avaliação da aprendizagem nas escolas que ofertam a modalidade de Educação de Jovens e Adultos – EJA, visando acompanhar a aprendizagem dos alunos em busca de um redimensionamento das ações para a melhoria da qualidade de ensino.	2025	Ações SEMEC 1- Projeto implantado em 2021 “Avaliação de desempenho na modalidade Educação de Jovens e Adultos - EJA”, que permite norteamento de ações com maior eficácia junto aos professores e alunos da modalidade.	Em andamento	Parcialmente
9.13) Garantir que as produções textuais e literárias, criadas pelos professores e alunos da Educação de Jovens e Adultos, sejam publicadas anualmente em revista eletrônica criada para esse fim.	2025	Ações SEMEC Ação não iniciada. PROPÕE-SE: Iniciar ação resgatando os textos produzidos no contexto dos Concursos de Redação da EJA, ainda em 2022. Proposições da V Conferência Municipal de Educação: Parceria Semec e Seduc: Criar revista eletrônica e articular rede de ensino para publicações e possibilitar incentivos.	Não iniciada	Não
9.14) Realizar anualmente o levantamento e a avaliação das experiências em alfabetização de jovens e adultos, que constituam referências para os esforços nacional, estadual e municipal contra o analfabetismo.	2025	Ações SEMEC 1- O projeto “A EJA no município de Teresina: uma ação de inclusão e cidadania” se configura numa ação de referência contra o analfabetismo adulto. ▪ Mostra de Atividades significativas da EJA; ▪ Concurso de redação na modalidade EJA; ▪ Olimpíadas de Matemática na	Em andamento	Parcialmente

Estratégias	Prazo	Observações	Status	Atingiu?
		modalidade EJA. Proposições da V Conferência Municipal de Educação: Seminário Municipal de práticas exitosas na Educação, incluindo alfabetização na EJA nos eixos do Seminário, em parceria com UFPI, UESPI e demais instituições interessadas.		
9.15) Promover formação específica de professores sobre inclusão e Atendimento Educacional Especializado para os educandos da EJA com deficiências, transtorno global do desenvolvimento e altas habilidades/ superdotação.	2025	Ações SEMEC No ano de 2021, aconteceram as primeiras tratativas com a equipe de Formação na perspectiva inclusiva da SEMEC. Em 2022, houve o primeiro encontro de formação de professores da Educação de Jovens e Adultos, onde foi assumido o compromisso de que a partir de 2023 a formação na Perspectiva inclusiva na EJA faça parte da agenda de formação dos professores da modalidade. Proposições da V Conferência Municipal de Educação: Propor e executar cursos de formação continuada para profissionais que atendem esse público, em parceria com IES.	Em andamento	Parcialmente



Estratégias	Prazo	Observações	Status	Atingiu?
9.16) Criar mecanismos junto às escolas públicas para garantir o atendimento das populações itinerantes: ciganos, trabalhadores temporários e circenses.	2025	Ações SEMEC A SEMEC, em parceria com a SEDUC, em 2022, estabeleceu parceria para atender aos venezuelanos instalados em Teresina (projeto Projeto Alfabetização Sem Fronteiras- Indígenas Warao). Elaborar matriz curricular para atender o referido público indígena e incentivar esse atendimento com critérios específicos, de modo que a escola possa fazer identificação de demanda e oferta.	Em andamento	Parcialmente
9.17) Implantar o regime de alternância nas escolas que ofertam a alfabetização e a Educação de Jovens e Adultos, considerando a especificidade do público atendido.	2025	Não houve demanda para a referida estratégia. Proposições da V Conferência Municipal de Educação: Mapear, com o auxílio de sindicatos e cooperativas, a demanda do regime de alternância nas escolas que ofertam a alfabetização e a Educação de Jovens e Adultos, considerando a especificidade do público atendido.	Em andamento	Parcialmente
9.18) Orientar a oferta de Educação de Jovens e Adultos na rede privada de ensino, em observância à legislação que rege essa modalidade.	2025	Ações SEMEC Ação desempenhada pelos conselhos municipal e estadual de Educação. Ações SEduc	Em andamento	Parcialmente

Estratégias	Prazo	Observações	Status	Atingiu?
		A SEDUC possui uma coordenação que orienta a rede privada em toda oferta, não somente na EJA.		
9.19) Subsidiar e garantir material de expediente e material didático contextualizado ao público da Educação de Jovens e Adultos.	2025	Ações SEMEC 1-Em 2022, iniciou-se diálogo com outras Secretarias Municipais (SEMCASP) no sentido de oportunizar estudo de qualidade a pessoas excluídas do processo educativo. Ações SEDUC Material didático e material escolar distribuído para todos os alunos cursistas do PROEJA. Proposições da V Conferência Municipal de Educação: Destinar e identificar os recursos específicos para EJA de forma proporcional para alunos no fundo rotativo para EJA.	Em andamento	Parcialmente
9.20) Garantir em regime de colaboração intersetorial projetos inovadores na Educação de Jovens e Adultos, que visem modelos adequados às necessidades específicas dos grupos étnicos e sociais historicamente excluídos do direito à educação.	2025	Ações SEMEC 1- Em 2022, iniciou-se diálogo com outras Secretarias Municipais (SEMCASP) no sentido de oportunizar estudo de qualidade a pessoas excluídas do processo educativo.	Em andamento	Parcialmente



Estratégias	Prazo	Observações	Status	Atingiu?
		2- Parceria com a Associação Beneficente São Paulo Apóstolo (ABESPA), atendendo cerca de 15 internos (atendimento na própria instituição). Proposições da V Conferência Municipal de Educação: Articular com os conselhos de direitos, movimentos sociais, órgãos de saúde e da educação, a busca ativa da população LGBTQIAP+ com baixa escolarização para seu ingresso na EJA.		



11 EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS INTEGRADA À EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

META 10: Oferecer, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) das matrículas de educação de jovens e adultos, na forma integrada à educação profissional, nos ensinos fundamental e médio.

11.1 Ficha metodológica dos indicadores do município

INDICADOR	Percentual de matrículas da Educação de Jovens e Adultos, nos Ensinos Fundamental e Médio, na forma integrada à Educação Profissional										
Indicador 10A										Prazo	Atingiu?
	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	
FEDERAL		2.937	2072	2123	2493	2610	2582				
ESTADUAL		4014	3767	3339	2936	2946	3181				
MUNICIPAL		484	507	0	0	0	0				
Indicador 10B										Prazo	
	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	



Tabela 6– Matrículas da Educação Profissional integrada à Educação de Jovens e Adultos (Teresina)

Dependência Administrativa (Teresina)	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Federal	2.937	2072	2123	2493	2610	2582	
Estadual	4014	3767	3339	2936	2946	3181	
Municipal	484	507	0	0	0	0	
Total	7435	6346	5462	5429	5556	5763	

Fonte: SIMEC/MEC Relatório Linha de Base 20218- INEP

10.1 Comentários da meta

A meta 10 orienta que as matrículas de EJA sejam ofertadas, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento), na forma integrada à educação profissional, nos ensinos fundamental e médio. A nível de Brasil (PNE), o que se observa, no entanto, é que não se tem conseguido avançar nesse aspecto. As redes municipais e estaduais não têm conseguido avançar nessa meta.

Tratando-se de Teresina, observa-se que no âmbito federal, no período em destaque, houve uma diminuição do número de matrículas, pois saiu de 2937 em 2015 para 2582, em 2020. Ressalta-se que o Instituto Federal do Piauí (IFPI) atendeu neste período, 435 estudantes da EJA, no Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA), conforme ilustra a tabela abaixo, no quantitativo de matriculados nos Campi da capital: Campus Teresina Central (CATCE) e Teresina Zona Sul (CATZS).

Tabela 7 - Quantitativo de matrículas PROEJA/IFPI

ANO	CATCE	CATZS	TOTAL
2014	39	79	118
2015	7	91	98
2016	7	50	57
2017	0	58	58
2018	0	66	66
2019	0	82	82
2020	0	74	74
2021	0	70	70
2022	0	63	63
2023	46	72	118
TOTAL	99	705	804

Fonte: Pró-Reitoria de Ensino (PROEN/IFPI, 2023).

Observa-se que no CATZS, o atendimento aos alunos da EJA em cursos do PROEJA, é crescente no campus desde sua implantação, quando da oferta do Técnico em Cozinha, atualmente pela reformulação do curso denominado Técnico em Gastronomia. Já no ano de 2023, houve a expansão dos cursos no CATCE e, consequente aumento de matrículas nesta etapa da Educação Básica para modalidade EJA.

Tratando-se da rede estadual, houve também decréscimo no número de matrículas. Já na rede municipal, não registrou nenhuma matrícula de 2017 a 2020. As matrículas de 2015 e 2016 são referentes ao programa PROJOVEM, que teve ações no município de Teresina até o ano de 2016.



11.3 Estratégias

Estratégias	Prazo	Observações	Status	Atingiu?
10.1) Manter programa nacional de Educação de Jovens e Adultos voltado à conclusão do Ensino Fundamental e à formação profissional inicial, de forma a estimular a conclusão da Educação Básica.	2025	Ações SEDUC A aplicação do ENCCEJA (Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos) está sob a responsabilidade da Fundação Getúlio Vargas e UESPI – Universidade Estadual do Piauí. Em 2022, a SEDUC lançou o ECCEJA (Exame Estadual para Certificação de Competências de Jovens e Adultos) e obteve como resultado: 296 provados no Ensino Médio; 62 aprovados no Ensino Fundamental. Ações IFPI De acordo com os dados do IFPI Números (2022), obteve-se o quantitativo de certificações ENEM/ENCCEJA: No ano de 2017, emissão de 1.118 certificados;	Em andamento	parcialmente



Estratégias	Prazo	Observações	Status	Atingiu?
		No ano de 2018, emissão de 2.369 certificados; No ano de 2019, emissão de 1.881 certificados; No ano de 2020, emissão de 1.185 certificados; No ano de 2021 foram emitidos 718 certificados. Adesão no ano de 2022 ao Programa EJA Integrada – EPT para oferta no ano letivo de 2023 de 105 vagas no município de Teresina em parceria com a Secretaria Municipal de Educação - SEMEC, no que tange ao Ensino Fundamental, para atender aos alunos do segundo segmento da EJA. Com a finalidade de garantir a formação profissional em formato de Cursos de Formação Inicial e Continuada-FIC, os cursos possuem currículo integrado. São		



Estratégias	Prazo	Observações	Status	Atingiu?
		eles: Eletricista Instalador Predial de Baixa Tensão; Operador de Caixa e Vendedor. Proposições da V Conferência Municipal de Educação: Ampliar a oferta do curso profissionalizante integrado concomitante e subsequente; Possibilitar estudos complementares a certificação.		
10.2) Expandir as matrículas na Educação de Jovens e Adultos, de modo a articular a formação inicial e continuada de trabalhadores com a educação profissional, objetivando a elevação do nível de escolaridade do trabalhador.	2025	Ações SEDUC As matrículas na EJA integrada à Educação Profissional estão sendo ofertadas em 2022, em: - 54 escolas com curso de Qualificação Profissional (QP); - 17 escolas com cursos técnicos, nas 4 Gerências Regionais de Teresina(4ª GRE; 19ª GRE; 20ª GRE e GRE);	Em andamento	parcialmente



Estratégias	Prazo	Observações	Status	Atingiu?
		Ações IFPI O Programa EJA Integrada – EPT, com previsão para início das aulas em agosto de 2023, visa contribuir para a expansão das matrículas na EJA, nas escolas municipais e nos campi do IFPI. Na oferta de cursos FIC integrados ao Ensino Fundamental. Proposições da V Conferência Municipal de Educação: Garantir contratação dos profissionais para atuar em áreas técnicas e conhecimento geral; Promover e fortalecer parcerias com colégios técnicos, que desenvolvem o sistema “S” e demais instituições que possam contribuir com a oferta para expandir as matrículas.		
10.3) Fomentar a integração da Educação de Jovens e Adultos com a educação profissional, em cursos planejados, de acordo com as características	2025	Ação não iniciada em ambas instituições.	não iniciada	não



Estratégias	Prazo	Observações	Status	Atingiu?
do público da Educação de Jovens e Adultos e considerando as especificidades das populações itinerantes e do campo e das comunidades indígenas e quilombolas, inclusive na modalidade de educação a distância.				
10.4) Fomentar a integração da Educação de Jovens e Adultos com a educação profissional no currículo da EJA, em parceria com os programas do Governo Federal (Projovem urbano, Projovem Campo - Saberes da Terra, Pronatec /cursos FIC, Mulheres Mil, entre outros), de acordo com as características do público da Educação de Jovens e Adultos – EJA e considerando as especificidades das populações itinerantes e do campo e das comunidades indígenas, quilombolas e ciganas, inclusive na modalidade de educação a distância.	2025	Ações IFPI No recorte temporal deste Plano não se efetivou o Programa Mulheres Mil, como nos períodos anteriores em campi do interior. Já o Pronatec, embora ofertado, não foi voltado exclusivamente ao público da EJA.	Não iniciada	Não



Estratégias	Prazo	Observações	Status	Atingiu?
10.5) Ampliar as oportunidades profissionais dos jovens e adultos com deficiência e baixo nível de escolaridade, por meio do acesso à Educação de Jovens e Adultos articulada à educação profissional.	2025	Ações SEDUC A Seduc, a partir da publicação da resolução CNE/CEB nº 01/2021, vem realizando a integração da EJA com a Educação Profissional no formato de cursos Técnicos e Profissionalizante para alunos que estão ingressando no Ensino Médio EJA, nos Centros de Educação de Jovens e Adultos e Cursos de Qualificação Profissional de 240 horas para os estudantes de Ensino Médio EJA, das escolas mistas. Ações IFPI Os alunos com deficiências e baixo nível de escolaridade já são incluídos nas turmas de PROEJA e acompanhados pelo Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE) e das equipes pedagógicas dos campi.	Em andamento	Parcialmente
10.6) Implantar programa nacional de reestruturação e aquisição de	2025	Ações SEDUC As ações de	Em andamento	Parcialmente



Estratégias	Prazo	Observações	Status	Atingiu?
equipamentos voltados à expansão e à melhoria da rede física de escolas públicas que atuam na Educação de Jovens e Adultos integrada à educação profissional, garantindo acessibilidade à pessoa com deficiência.		reestruturação na rede física são desenvolvidas pela Unidade de Engenharia da SEDUC. Ações IFPI Os campi do IFPI já possuem estrutura física para acessibilidade das pessoas com deficiências, bem como a Política de Inclusão, através de projetos, assessorias e ações educacionais, contribuindo para as políticas de inclusão, através do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas - NAPNE. Garantir contratação dos profissionais para atuar em áreas técnicas e conhecimento geral; Promover e fortalecer parcerias com colégios técnicos, com sistema “S” e demais instituições que possam contribuir com a oferta para expandir as matrículas.		



Estratégias	Prazo	Observações	Status	Atingiu?
10.7) Estimular a diversificação curricular da Educação de Jovens e Adultos, articulando a formação para a preparação para o mundo do trabalho e estabelecendo inter-relação entre teoria e prática, nos eixos da ciência, do trabalho, da tecnologia e da cultura e cidadania, de forma a organizar o tempo e o espaço pedagógicos adequados às características desses alunos.	2025	Ações SEDUC A oferta da Educação de Jovens e Adultos integrada à EPT, teve início em 2022, no entanto, já existe uma parceria da SEDUC com Itaú Educação e Trabalho objetivando fortalecer essa política. Ações IFPI Os cursos do PROEJA e do Programa EJA Integrada - EPT já cumprem a articulação do currículo em conformidade com a realidade do público da EJA. Proposições da V Conferência Municipal de Educação: Formação continuada para planejar e executar essa reestruturação curricular em parceria com as IES.	em andamento	Sim
10.8) Fomentar a produção de material didático, o desenvolvimento de currículos e metodologias específicas, os instrumentos de	2025	Ações SEDUC A parceria com Itaú Educação e Trabalho- IET, visa o alinhamento/aproximação do currículo	Em andamento	Sim



Estratégias	Prazo	Observações	Status	Atingiu?
avaliação, o acesso a equipamentos e laboratórios e a formação continuada de docentes das redes públicas que atuam na Educação de Jovens e Adultos articulada à educação profissional.		da EJA com a BNCC, bem como ações de alinhamento da oferta com os arranjos produtivos dos 12 territórios de desenvolvimento e formação para equipes docentes. Ações IFPI O Programa EJA Integrada-EPT ofertará no primeiro semestre do ano de 2023, curso de formação continuada, na modalidade de Educação a Distância - EAD, para os docentes e demais profissionais da educação que irão atuar no Programa. No total, são previstas 1000 (mil vagas), sendo 200 (duzentas vagas) para servidores do IFPI; 400 (quatrocentas vagas) para servidores do sistema estadual de ensino e 400 (quatrocentas vagas) para servidores do sistema municipal de ensino, no âmbito do Estado do Piauí. O material didático para os alunos da EJA e os professores cursistas estão sendo cuidadosamente		

Estratégias	Prazo	Observações	Status	Atingiu?
		selecionados pela equipe pedagógica do Programa, considerando as especificidades dos cursos e do público a ser atendidos, bem como a integração curricular.		
10.9) Fomentar a oferta pública de formação inicial e continuada para trabalhadores articulada à Educação de Jovens e Adultos, em regime de colaboração e com apoio das entidades privadas de formação profissional, vinculadas ao sistema sindical e entidades sem fins lucrativos de atendimento à pessoa com deficiência, com atuação exclusiva nessa modalidade.	2025	Ações SEDUC No momento, a parceria estabelecida está somente com o IET. Ações IFPI Proposições da V Conferência Municipal de Educação: Ampliar a equipe de especialistas disponíveis para atender a escola. Estabelecer parcerias para colaboração de profissionais e instituições especializadas em atendimento específico.	Não iniciada	Não
10.10) Institucionalizar programa nacional de assistência ao estudante, compreendendo ações de assistência social, financeira e de apoio psicopedagógico que contribuam para garantir o acesso, a	2025	Ações SEDUC Nesse sentido, ainda não existem ações exclusivas para EJA.	Em andamento	parcialmente



Estratégias	Prazo	Observações	Status	Atingiu?
permanência, a aprendizagem e a conclusão com êxito da Educação de Jovens e Adultos articulada à educação profissional;		Ações IFPI Os alunos da EJA já estão contemplados nas políticas de assistência estudantil dos campi do IFPI, bem como nas políticas de cotas, bolsas de incentivo (quando disponibilizados pelos projetos da rede federal) e de atendimento ao estudante, tais como: apoio pedagógico, encaminhamento a estágios, atendimento médico, alimentação, assistência social, pedagógica e psicológica. Proposições da V Conferência Municipal de Educação: Institucionalizar equipe multiprofissional para ampliar atendimento com garantia de continuidade, mediante protocolo estabelecido.		
10.11) Orientar a expansão da oferta de Educação de Jovens e Adultos articulada à educação profissional, de modo a atender às pessoas privadas de liberdade nos estabelecimentos	2025	Ações SEDUC A oferta de cursos profissionais nas unidades prisionais são pontuais. A oferta de EPT integrada à matriz	Em andamento	Parcialmente

Estratégias	Prazo	Observações	Status	Atingiu?
penais, assegurando-se formação específica dos professores e implementação de diretrizes nacionais em regime de colaboração, disponibilizando material didático, equipamentos e laboratórios nos estabelecimentos penais.		ainda não está efetivada no sistema prisional. Proposições da V Conferência Municipal de Educação: Solicitar a SEJUS estrutura física e profissional adequada para promover educação nos espaços específicos utilizados pelas pessoas privadas de liberdade. Criar núcleo permanente de formação continuada para professores que atendem esse público.		
10.12) Implementar mecanismos de reconhecimento de saberes dos jovens e adultos trabalhadores, a serem considerados na articulação curricular dos cursos de formação inicial e continuada e dos cursos técnicos de nível médio.	2025	Ações SEDUC e IFPI Ainda não existem ações nesse sentido. Proposições da V Conferência Municipal de Educação: Ampliar ações decertificação dos saberes dos trabalhadores para fins de continuidade e aperfeiçoamento profissional. Criar núcleo	Não iniciada	Não



Estratégias	Prazo	Observações	Status	Atingiu?
		permanente de formação continuada para professores que atendem esse público.		
10.13) Garantir a certificação aos jovens e adultos portadores de habilidades profissionais por meio de avaliação e experiência de trabalho, observando sua escolaridade.	2025	Ações SEDUC Essa ação é desenvolvida pela Unidade de Educação Profissional – UETEP. Ações IFPI Não iniciada.	Em andamento	Parcialmente



12 EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

Meta 11: Elevar as matrículas da Educação Profissional Técnica de Nível Médio, assegurando a qualidade da oferta de no mínimo 50% (cinquenta por cento) da expansão no segmento público.

12.1 Ficha metodológica dos indicadores do município

INDICADOR	Número absoluto de matrículas em educação profissional técnica de nível médio.										
Indicador 11A										Prazo	Atingiu?
	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	Não
Federal	-	4.236	3.280	3.383	3.874	3.899	4.071	3.558	-	-	
Estadual	-	9.214	8.229	7.702	7.598	7.194	7.539	7.062	-	-	
Privada	-	3.635	2508	3.086	2.840	2.642	1.668	3.427	-	-	
Indicador 11B	Número absoluto de matrículas em educação profissional técnica de nível médio na rede pública.									Prazo	Atingiu?
	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	Não
	-	13.450	11.509	11.085	11.463	11.093	11.610	10.620	-	-	

Fonte: Sistema Ged/Semec /2022.

12.2 Comentários da meta

12.3 Estratégias

Estratégias	Prazo	Observações	Status	Atingiu?
11.1) Expandir as matrículas de educação profissional técnica de nível médio na rede federal de educação profissional, científica e tecnológica, e rede estadual, levando em consideração a responsabilidade dos Institutos Federal de Ensino na ordenação territorial, sua vinculação com arranjos produtivos, sociais e culturais locais e regionais.	2025	Ações IFPI Assegurar por campus a oferta regular de, no mínimo, 50% das vagas para os cursos de nível técnico e PROEJA, na modalidade presencial e realizar estudos das	Em andamento	Parcialmente



Estratégias	Prazo	Observações	Status	Atingiu?
		demandas educacionais, sociais, culturais, produtivas do território para definição da oferta de cursos Técnico, na forma integrado, subsequente, concomitante, PROEJA. (GEPLANES, 2018). Levantar a oferta de vagas no campus por modalidade e nível; fomentar a oferta do programa especial de formação pedagógica; ampliar a oferta do Proeja; e criar novos cursos técnicos. (GEPLANES, 2018). Implantar Cursos na Modalidade PROEJA, por meio de levantamento da demanda junto à comunidade, instituições e sociedade civil organizada. (GEPLANES, 2019). Ofertar cursos que atendam à demanda local e regional, conforme os arranjos produtivos, por meio de estudos, coletas de dados junto aos órgãos de pesquisa e audiências públicas, bem como oferecer cursos, técnicos ou FIC e EJA, que atendam às demandas do mercado (GEPLANES, 2019). Realizar a oferta de curso EJA; promover parceria com entidades		

Estratégias	Prazo	Observações	Status	Atingiu?
		de classe e associação de bairros para oferta de Cursos FIC EJA. (GEPLANES, 2020). Expansão do Ensino Médio Integrado com a abertura de cursos, concurso público para contratação de novos profissionais da educação para o campus Dirceu e ampliação da oferta de novas turmas de Médio Integrado no Campus Teresina Central. (GEPLANES, 2022). Adequar os percentuais da Lei de Criação do IFs. Criação de cursos EJA com representatividade de 10% do total de vagas ofertadas no Campus. Atender a legislação de criação do IFs. (GEPLANES, 2022). Realizar os estudos para a construção de novas salas de aula no campus Avançado Dirceu. Por meio de estudos técnicos preliminares e procedimento licitatório para a contratação de empresa para a execução da obra. Promover a implantação do Ensino Médio integrado em 2023. (GEPLANES, 2022). Proposições da V Conferência Municipal de Educação:		



Estratégias	Prazo	Observações	Status	Atingiu?
		Ampliação das vagas e assegurar a permanência dos estudante e profissionais nas escolas urbanas e do campo;		
11.2) Fomentar a expansão da oferta de educação profissional técnica de nível médio na modalidade de educação a distância, com a finalidade de ampliar a oferta e democratizar o acesso à educação profissional pública e gratuita, assegurado padrão de qualidade.	2025	Ações do IFPI MedioTec – é um programa do Governo Federal por meio do Ministério da Educação (MEC) no âmbito do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) com o objetivo de ofertar formação técnica e profissional para estudantes do Ensino Médio. Proposições da V Conferência Municipal de Educação: Realização de concurso público; Rever cursos ofertados conforme demanda da região;	Em andamento	Parcialmente
11.3) Expandir o estágio na educação profissional técnica de nível médio e do ensino médio regular, preservando-se seu caráter pedagógico integrado ao itinerário formativo do aluno, visando à formação de qualificações próprias da atividade profissional, à contextualização curricular e ao desenvolvimento da juventude.	2025	Ações IFPI Aprimoramento das parcerias institucionais por meio de cadastro de instituições para vagas de estágio (GEPLANES, 2018). Realizar visitas às instituições a fim de realizar novas parcerias	Em andamento	Parcialmente

Estratégias	Prazo	Observações	Status	Atingiu?
		e fomentar parcerias por meio de visitas e reuniões com setores produtivos (GEPLANES, 2018). Promover a disseminação de informação e divulgação das vagas para estágio, através da criação de um espaço no site do IFPI para a inserção das vagas de Estágio, Emprego e Jovem Aprendiz, captadas junto às empresas e Instituições obedecendo aos critérios que o SIE-E considera fundamentais na divulgação das vagas. E na utilização de tecnologias para enviar os informes para os e-mails e aparelhos celulares dos alunos e egressos (GEPLANES, 2018). Fazer a divulgação das vagas para Estágio, Programa Jovem Aprendiz e Emprego (GEPLANES, 2019). Avaliação dos critérios e controles internos relacionados aos processos seletivos para preenchimento de vagas para estágio remunerado (GEPLANES, 2019). Realizar Feira de Estágio e Empregos no Campus. Integração com 28 empresas de Teresina e Região na construção		



Estratégias	Prazo	Observações	Status	Atingiu?
		da feira. Oportunidades de empregos, estágio e menor aprendiz para os alunos dos campi da capital (GEPLANES, 2020). Firmar parceria com empresas para oferta de estágios. Promover visitas às sedes das empresas para discutir a possibilidade de parceria para a oferta de vagas de estágio. Necessidade de proporcionar aos alunos contato com as vivências de sua área de formação, otimizando o processo de aprendizagem. Oportunizar aos alunos a aplicação das habilidades desenvolvidas durante o curso. (GEPLANES, 2022). Implementar ações de divulgação e de acesso a ofertas de estágios. Publicizar as informações necessárias para acesso a estágios. Divulgar a oferta de estágios a partir dos canais de comunicação Instagram, murais, e-mails das coordenações de cursos. (GEPLANES, 2022). Proposições da V Conferência Municipal de Educação: Acompanhar e possibilitar estágio para		

Estratégias	Prazo	Observações	Status	Atingiu?
		alunos;		
11.4) Ampliar a oferta de programas de reconhecimento de saberes para fins da certificação profissional em nível técnico.	2025	Ações IFPI Não iniciada.	Não iniciada	Não
11.5) Ampliar a oferta de matrículas gratuitas de educação profissional técnica de nível médio pelas entidades privadas de formação profissional vinculadas ao sistema sindical e entidades sem fins lucrativos de atendimento à pessoa com deficiência, com atuação exclusiva na modalidade.	2025	Ações IFPI Não iniciada.	Não iniciada	Não
11.6) Colaborar com a institucionalização do sistema de avaliação da qualidade da educação profissional técnica de nível médio das redes escolares públicas e privadas.	2025	Ações IFPI Elaborar os indicadores educacionais institucionais do ano 2017. E, construir os indicadores educacionais por Campi. (GEPLANES, 2018)	Em andamento	Parcialmente
11.7) Expandir o atendimento do Ensino Médio gratuito integrado à formação profissional para as populações do campo e as comunidades indígenas e quilombolas, de acordo com os seus interesses e necessidades.	2025	Não se aplica ao IFPI.	Em andamento	Parcialmente
11.8) Expandir a oferta de educação profissional técnica de nível médio para as pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.	2025	Ações IFPI Elaborar projeto para a construção da sala do AEE/Multifuncional no Campus Teresina Zona Sul-CTZS, e disponibilizar sala para a organização do espaço; Planejamento para a implantação do AEE, como também da sala multifuncional; Compra de equipamentos e recursos de acessibilidade e	Em andamento	Parcialmente



Estratégias	Prazo	Observações	Status	Atingiu?
		materiais pedagógicos (GEPLANES, 2018). Adquirir tecnologia assistiva e programa de computador que auxiliem o desempenho funcional de atividades escolares (GEPLANES, 2019). Promover momentos de planejamento conjunto dos departamentos de ensino e o Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE), para favorecer condições adequadas de ensino e aprendizagem para os alunos com necessidades específicas (GEPLANES, 2019). Contratar profissionais habilitados para atender alunos com deficiência (GEPLANES, 2020).		
11.9) Elevar gradualmente a taxa de conclusão média dos cursos técnicos de nível médio na rede pública de educação profissional, científica e tecnológica para 90% (noventa por cento) e elevar, nos cursos presenciais, a relação de alunos por professor para 20 (vinte).	2025	Ações do IFPI As políticas de inclusão e assistência estudantil, já mencionadas nas outras estratégias, contribuem para a elevação da conclusão média dos cursos.	Em andamento	Parcialmente
11.10) Elevar gradualmente o investimento em programas de assistência estudantil e mecanismos de mobilidade acadêmica, visando garantir as condições necessárias à permanência dos estudantes e à conclusão dos cursos técnicos de	2025	Ações IFPI Fortalecimento do Programa de Acolhimento ao Estudante Ingressante - PRAEI que consiste no	Em andamento	Parcialmente

Estratégias	Prazo	Observações	Status	Atingiu?
nível médio.		atendimento dos estudantes do Ensino Médio Integrado (monitoria de revisão de conteúdos de Língua Portuguesa, Matemática, Física e Química). Implantar o PRAEI em todos os campi, para promover a ambientação, o nivelamento e o reforço escolar para os alunos ingressantes como forma de evitar a evasão. (GEPLANES, 2018). Monitorar resultados do Programa de Atendimento ao Estudante em Vulnerabilidade Social, através de instrumental de acompanhamento dos indicadores (GEPLANES, 2018). Ampliação do número de bolsas de monitoria por meio do mapeamento e diagnóstico avaliativo das necessidades educacionais relacionadas ao desempenho. Incentivar os campi a promover encontros/Fórum com estudantes (GEPLANES, 2018). Realizar visitas aos campi para acompanhamento das ações de Assistência Estudantil (GEPLANES, 2018).		



Estratégias	Prazo	Observações	Status	Atingiu?
		Alinhar as ações e procedimentos realizados pelas Equipes Pedagógicas no acompanhamento sistemático do processo de ensino e aprendizagem; unificar as ações e procedimentos realizados pelas Equipes Pedagógicas e os gestores do ensino no acompanhamento sistemático do processo de ensino e aprendizagem; instruir as ações de acompanhamento do ensino (GEPLANES, 2018). Conceder Bolsa Permanente (POLAE - Política de Assistência Estudantil), para atender aos alunos em vulnerabilidade social de comunidades rurais e municípios vizinhos que não são atendidos pelo Transporte Escolar Gratuito (GEPLANES, 2018; 2019). Avaliação das Ações de Atendimento ao Estudante destinadas à promoção da Alimentação Estudantil no IFPI CATCE (GEPLANES, 2019). Identificar o estudante em risco de evasão, por meio do acompanhamento semanal da frequência, mapear os motivos das		

Estratégias	Prazo	Observações	Status	Atingiu?
		faltas e buscar soluções que garantam a permanência do aluno (GEPLANES, 2020). Atender com recurso do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), prioritariamente a ações do Programa de Atendimento ao Estudante em Vulnerabilidade Social (PAEVS) e o Restaurante Estudantil (GEPLANES, 2020). Contribuir com permanência/êxito dos estudantes por meio do auxílio conectividade para aulas remotas (GEPLANES, 2020). Conceder Benefício Eventual (POLAE), para atender aos alunos em vulnerabilidade social em caráter eventual devido à pandemia de COVID-19 e a impossibilidade de realização de seleção para o Benefício Permanente (GEPLANES, 2020). Realizar processo de seleção do auxílio conectividade, para alunos que não possuem as condições necessárias ao acesso às aulas remotas; promovendo seleção aos estudantes dos cursos técnicos integrado ao médio, concomitante/subsequen		



Estratégias	Prazo	Observações	Status	Atingiu?
		te e superiores, que tenham dificuldade de acesso às atividades remotas (GEPLANES, 2020). Criar condições adequadas de continuidade do processo de ensino e aprendizagem durante a pandemia, estruturando o ambiente virtual e estabelecendo as diretrizes para atividade remota (GEPLANES, 2020). Identificar os alunos em situação de abandono de curso e evasão escolar. Em parceria com o setor pedagógico, mapear, através de dados do SUAP EDU, os alunos em situação de abandono ou evasão escolar e incentivar o retorno à sala de aula. Reduzir os índices de evasão escolar. (GEPLANES, 2022). Realizar a inclusão de 700 novos alunos no bolsa permanente, edital de vagas para 700 novas vagas, situação de vulnerabilidade social. (GEPLANES, 2022). Atender, no mínimo, 50% do número de alunos inscritos na POLAE (Possibilitar a participação de pelo menos metade dos alunos do campus que se enquadram dentro dos		

Estratégias	Prazo	Observações	Status	Atingiu?
		parâmetros da POLAE com a bolsa benefício permanente). Garantir a permanência e êxito acadêmico dos estudantes. (GEPLANES, 2022). Fortalecer as ações da assistência estudantil junto ao Serviço Social (Garantindo a concessão dos benefícios oferecidos aos alunos e buscar atender mais alunos). Garantir a permanência e êxito acadêmico dos estudantes. (GEPLANES, 2022). Conceder, na forma de empréstimo, o auxílio inclusão digital na modalidade de acesso a equipamento tablet para estudantes participantes das atividades de ensino remotas no ano letivo de 2022. Garantir a permanência e êxito acadêmico dos estudantes. (GEPLANES, 2022). Oferecer monitoria PRAEI aos alunos. Para superar as situações de baixo desempenho e reduzir a evasão e retenção. (GEPLANES, 2022). Adquirir equipamentos e móveis para garantir a plena inclusão social do aluno com necessidades específicas, por meio de ações que promovam as		



Estratégias	Prazo	Observações	Status	Atingiu?
		condições materiais para sua inclusão. Compra de materiais de acessibilidade ao aluno. (GEPLANES, 2022). Proposições da V Conferência Municipal de Educação: Rever cursos ofertados, conforme demanda da região;		
11.11) Colaborar com a estruturação do sistema nacional de informação profissional, articulando a oferta de formação das instituições especializadas em educação profissional com dados de pesquisas promovidas por instituições oficiais.	2025	Ação não iniciada no IFPI.	Não iniciada	Não



13 ENSINO SUPERIOR

Meta 12: Elevar a taxa bruta de matrícula na Educação Superior para 50% (cinquenta por cento) e a taxa líquida para 33% (trinta e três por cento) da população de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% (quarenta por cento) das novas matrículas, no segmento público.

13.1 Ficha metodológica dos indicadores do município

INDICADOR	Taxa bruta de matrícula na educação superior da população de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos.								Prazo	Atingiu?
	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2023	
Indicador 12B	Taxa líquida de matrícula na educação superior da população de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos.								Prazo	Atingiu?
Indicador 12C	Taxa de expansão das novas matrículas, na educação superior, no segmento público.									
	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2023	

Indicadores com inviabilidade de cálculo ao nível municipal

13.2 Comentários da meta

Com relação aos dados do IFPI que constam na Plataforma Nilo Peçanha (2022), têm-se os seguintes quantitativos de alunos ingressantes e concluintes dos cursos superiores (bacharelados, licenciaturas e tecnologia), conforme quadro a seguir.

Tabela 08: Quantitativo de alunos do Ensino Superior do IFPI

Ano Base	Candidatos inscritos	Ingressantes	Concluintes
2018	11.634	701	145



2019	15.766	1.094	143
2020	11.559	636	132
2021	9.230	609	226
TOTAL		3.040	646

FONTE: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiZDhkNGNiYzgtMjQ0My00OGVILWJjNzYtZWQwYjI2OThhYWYWM1IiwidCI6IjllNjgyMzU5LWQxMjgtNGVhYy1iYjU4LTgyYjJhMTUzNDhmZiJ9>.

Percebe-se que no recorte temporal de 2018 a 2021 houve uma procura significativa pelos cursos superiores do IFPI nos campi da capital. Porém, apesar do grande número de ingressantes, os dados demonstram que poucos conseguiram concluir os cursos, aproximadamente 21,25% do total de estudantes ingressantes.

13.3 Estratégias

Estratégias	Prazo	Observações	Status	Atingiu?
12.1) Contribuir com a otimização da capacidade instalada da estrutura física e de recursos humanos das instituições públicas de Educação Superior, mediante ações planejadas e coordenadas, de forma a ampliar o acesso à graduação, inclusive com destinação de bolsas de estudo aos alunos egressos de escolas públicas.	2025	Ações do IFPI Os campi da capital apresentam estrutura de laboratórios e salas de aulas com recursos tecnológicos para atender as demandas dos cursos superiores. Quanto à destinação de bolsa de incentivo, há a seleção de estudantes de baixa renda para serviços, tais como monitoria. Também tem-se a política de bolsas	Em andamento	Parcialmente

Estratégias	Prazo	Observações	Status	Atingiu?
		que se restringem a editais, tais como: de projetos de pesquisa e inovação tecnológica e projetos de extensão, Residência Pedagógica e Iniciação à docência (PIBID).		
12.2) Contribuir com a ampliação da oferta de vagas na rede pública de Ensino Superior, preferencialmente no ensino presencial, considerando a densidade populacional, a oferta de vagas públicas em relação à população na idade de referência e observadas as características regionais.	2025	Ações do IFPI Oferta de cursos de Licenciaturas nos turnos matutino e vespertino.	Em andamento	Parcialmente
12.3) Elaborar, sob responsabilidade das IES e em parceria com a SEMEC, SEDUC, CME/THE, CEE/PI e FME/THE, até o segundo ano de vigência deste PME, plano de expansão progressiva de matrículas, em consonância com a meta determinada neste PME.	2025	Ações do IFPI Não houve ação iniciada.	Não iniciada.	Não
12.4) Participar do processo de elaboração do plano progressivo de expansão de matrículas, sob a responsabilidade das IES públicas, visando ao alcance de 50% de expansão previsto na meta, no setor público, otimizando a capacidade instalada da estrutura física e de recursos humanos das instituições públicas de Educação Superior, mediante ações planejadas e coordenadas, de forma a ampliar o acesso à graduação.	2025	Ações do IFPI Não Informada.	Não iniciada.	Não



Estratégias	Prazo	Observações	Status	Atingiu?
12.5) Estimular as políticas de inclusão social, ações afirmativas e acessibilidade nas instituições de Educação Superior, na forma da lei.	2025	Ações do IFPI Há efetivação de políticas de cotas para estudantes de graduação.	Em andamento	Parcialmente
12.6) Colaborar com as IES do Piauí para assegurar a ampliação das políticas de inclusão e de assistência estudantil, a estudantes egressos da rede pública, ampliando as condições de permanência na Educação Superior.	2025	Ações do IFPI Ampliação das ações do Núcleo de Atendimento às pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE) para estudantes de graduação.	Em andamento	Sim
12.7) Estabelecer parcerias no sentido de ampliar programas, projetos e bolsas de extensão das IES para que sejam implementadas na rede pública de ensino.	2025	Ações do IFPI Parceria com as escolas municipais e estaduais para atuação de professores na supervisão dos programas Residência Pedagógica e Iniciação à Docência (PIBID). Formalização de Termo de Cooperação Técnica com instituições públicas e privadas, indústrias, empresas do setor de serviços do estado. Convênio, instituições públicas e privadas, indústrias, empresas do setor de serviços do estado.	Em andamento	Parcialmente

Estratégias	Prazo	Observações	Status	Atingiu?
		(GEPLANES, 2022). Buscar parcerias por meio de convênios e/ou editais de fomentos com instituições públicas/privadas e negociações com a sociedade política, através de emendas parlamentares. Desenvolvendo um projeto de captação de recursos, através de um comitê criado para essa finalidade. (GEPLANES, 2022).		
12.8) Ampliar, em regime de colaboração, o campo de estágio obrigatório, estágio não obrigatório e programa de iniciação à docência, para viabilizar o processo de formação superior para a Educação Básica e contribuir com o monitoramento das atividades realizadas neste campo.	2025	Ações do IFPI Parceria com as escolas municipais e estaduais para atuação de estagiários dos cursos de licenciaturas em estágios curriculares e não obrigatórios, além do PIBID.	Em andamento	Sim
12.9) Garantir a participação proporcional de grupos historicamente desfavorecidos na Educação Superior, inclusive mediante a adoção de políticas afirmativas, na forma da lei.	2025	Ações do IFPI Lançamento de cotas em editais de pesquisa, editais de ingresso dos estudantes.	Em andamento	Sim
12.10) Assegurar, em regime de colaboração nas instituições de Educação Superior, na forma da legislação, condições de acessibilidade arquitetônica, o Atendimento	2025	Ações do IFPI Manutenção e aparelhamento do prédio para atender às pessoas	Em andamento	Sim



Estratégias	Prazo	Observações	Status	Atingiu?
Educacional Especializado, profissionais de apoio aos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.		com alguma deficiência, além das ações didáticas e pedagógicas do NAPNE.		
12.11) Fomentar, a partir de ações do Fórum Municipal de Educação e das IES, estudos e pesquisas que analisem a necessidade de articulação entre formação, currículo, pesquisa e mundo do trabalho, considerando as necessidades econômicas, sociais e culturais do Estado, no âmbito do Município.	2025	Ações do IFPI Não iniciada.	Não iniciada.	Não
12.12) Incentivar e assegurar a participação dos docentes, técnicos e gestores do Município, em programas de pós-graduação no âmbito nacional e internacional, tendo em vista o enriquecimento da formação de nível superior, que seja reconhecido por agência de fomento à pesquisa em âmbito nacional, seguindo um plano de capacitação anual.	2025	Ações do IFPI Publicação de editais de pós-graduação e bolsa de doutoramento no exterior.	Em andamento	Parcialmente
12.13) Garantir a expansão do atendimento específico a populações do campo, comunidades indígenas, quilombolas e ciganas, em relação a acesso, permanência, conclusão e formação de profissionais para atuação com estas populações.	2025	Ações do IFPI Não iniciada.	Não iniciada.	Não
12.14) Mapear, no âmbito do Município, a demanda e fomentar a oferta de formação de pessoal de nível superior, destacadamente a que se refere à formação nas áreas do magistério e ciências da computação, considerando as necessidades do desenvolvimento do País, a inovação tecnológica e a melhoria da qualidade da Educação Básica.	2025	Ações do IFPI Oferta de curso de Licenciatura em Informática.	Em andamento	Parcialmente
12.15) Estabelecer programas de composição de acervo digital de referências bibliográficas e audiovisuais para assegurar a acessibilidade às pessoas com	2025	Ações do IFPI Adequação da biblioteca presencial e online para	Em andamento	Parcialmente

Estratégias	Prazo	Observações	Status	Atingiu?
deficiência, com vista à melhoria da qualidade da Educação Básica.		atendimento das pessoas com deficiência. Aumentar o acervo digital do Campus Teresina Central. Aquisição por meio de licitação do acervo digital. (GEPLANES, 2022).		
12.16) Contribuir na consolidação de processos seletivos nacionais, regionais e locais, para acesso à Educação Superior.	2025	Ações do IFPI Lançamento do vestibular da instituição, divulgado edital em portais da instituição e nas redes sociais e televisiva.	Em andamento	Sim
12.17) Contribuir com mecanismos para ocupar as vagas ociosas em cada período letivo na educação superior pública.	2025	Ações do IFPI Chamada pública para convocação de candidatos de lista de espera para os cursos superiores com vagas não preenchidas, divulgados em portais da instituição e nas mídias sociais.	Em andamento	Sim
12.18) Contribuir para a expansão e reestruturação das universidades estaduais existentes na data de promulgação da Constituição Federal de 1988, a partir de apoio técnico e financeiro do Governo Federal, mediante termo de adesão a programa de reestruturação, na forma de regulamento, que considere a sua contribuição para a ampliação de vagas, a capacidade física e as necessidades dos sistemas de ensino dos entes	2025	Não se aplica ao IFPI.		



Estratégias	Prazo	Observações	Status	Atingiu?
mantenedores na oferta e qualidade da Educação Básica.				
12.19) Apoiar esforços para assegurar a autonomia acadêmica, administrativa e financeira da Universidade Estadual do Piauí (UESPI), em conformidade com o art. 207, da Constituição Federal.	2025	Não se aplica ao IFPI.		
12.20) Contribuir com o fortalecimento das redes físicas de laboratórios multifuncionais das IES e ICTs nas áreas estratégicas definidas pela política e estratégias nacionais de ciência, tecnologia e inovação.	2025	Ações do IFPI Participação em editais de programas e projetos de incentivo e fomento à estruturação e ampliação de laboratórios nas diversas áreas da graduação.	Em andamento	Sim



14 TITULAÇÃO DE PROFESSORES DO ENSINO SUPERIOR

Meta 13: Elevar a qualidade da Educação Superior e ampliar a proporção de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício no conjunto do sistema de Educação Superior para 75% (setenta e cinco por cento), sendo, do total, no mínimo, 35% (trinta e cinco por cento) doutores.

14.1 Ficha metodológica dos indicadores do município

INDICADOR	Percentual de Mestres do corpo docente em efetivo exercício no conjunto do sistema de educação superior.										
Indicador 13A										Prazo:	Atingiu?
	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	
Indicador 13B	Percentual de Doutor do corpo docente em efetivo exercício no conjunto do sistema de educação superior.									Prazo:	Atingiu?
	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	

14.2 Comentários da meta

Indicadores com inviabilidade de cálculo ao nível municipal

14.3 Estratégias

Estratégias	Prazo	Observações	Status	Atingiu?
13.1) Contribuir com o aperfeiçoamento do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), de que trata a Lei Federal nº 10.861, de 14 de abril de 2004, fortalecendo as ações de avaliação, regulação e supervisão.	2025	Ações do IFPI Acompanhamento e divulgação dos indicadores da graduação pelo portal institucional.	Em andamento	Sim



Estratégias	Prazo	Observações	Status	Atingiu?
13.2) Contribuir para a ampliação da divulgação do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE), de forma a elevar o número de estudantes e áreas avaliadas no que se refere à aprendizagem resultante da graduação.	2025	Ações do IFPI Divulgação e orientação dos estudantes quanto ao ENADE.	Em andamento	Sim
13.3) Incentivar o processo contínuo de autoavaliação, através do Fórum Municipal de Educação e de IES, fortalecendo a participação das comissões próprias de avaliação, bem como a elaboração e aplicação de instrumentos de avaliação que orientem as dimensões a serem fortalecidas, destacando-se a qualificação e a dedicação do corpo docente, além de prática didática e da educação para as relações étnico-raciais, geracionais e as necessidades das pessoas com deficiência.	2025	Não se aplica ao IFPI.		
13.4) Promover a melhoria da qualidade dos cursos de pedagogia e demais licenciaturas, por meio da aplicação de instrumento próprio de avaliação aprovado pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES), integrando-os às demandas e necessidades das redes de Educação Básica, de modo a permitir aos graduandos a aquisição das qualificações necessárias a conduzir o processo pedagógico de seus futuros alunos, combinando formação geral, além de prática didática e da educação para as relações étnico-raciais e as necessidades das pessoas com deficiência.	2025	Ações do IFPI Atuação da Comissão Própria de Avaliação (CPA) e divulgação de questionário de avaliação de cursos superiores entre professores, técnico-administrativos e alunos dos cursos superiores.	Em andamento	Sim
13.5) Promover, em articulação com as IES do município de Teresina e o Fórum Municipal de Educação, pesquisa	2025	Ações do IFPI Não iniciada.	Não iniciada.	Não

Estratégias	Prazo	Observações	Status	Atingiu?
institucionalizada, articulada a programas de pós-graduação stricto sensu, visando contribuir com a elevação do padrão de qualidade das universidades.				
13.6) Contribuir com a fomentação e a formação de consórcios entre instituições públicas de Educação Superior, com vistas a potencializar a atuação no âmbito do Município, inclusive por meio de plano de desenvolvimento institucional integrado, assegurando maior visibilidade nacional e internacional às atividades de ensino, pesquisa e extensão.	2025	Ações do IFPI Celebrar convênios interinstitucionais. Realizar reunião de trabalho com os potenciais parceiros e apresentar o portfólio de atividades, cursos, linhas de pesquisas, produtos, métodos, marcas e patentes que sejam agregadores de desenvolvimento de inovações tecnológicas aos parceiros. Para promover a inovação tecnológica que contribua com o desenvolvimento das instituições. (GEPLANES, 2022). Criar uma incubadora de empresas. Promover convênio do NEPEN (Núcleo de Estudos e Pesquisas do Norte e Nordeste) e IFES (Instituto Federal do Espírito Santo) para implementação da incubadora do IFPI - Campus Teresina Central. Promover	Em andamento	Parcialmente



Estratégias	Prazo	Observações	Status	Atingiu?
		o desenvolvimento de tecnologias e captar recursos de financiamento à pesquisa e inovação. (GEPLANES, 2022). Criar o Centro Tecnológico. Utilizar os recursos provenientes dos editais de fomento à pesquisa e inovação tecnológica para a criação do CT - Centro de Tecnologia do Campus Teresina Central. Promover a pesquisa e inovação tecnológica. (GEPLANES, 2022). Implementar ações que visem a articulação com instituições estrangeiras com o intuito de construir parcerias/convênios . Criar canais de comunicação e de integração com organizações internacionais e por meio de busca ativa de editais de fomento. (GEPLANES, 2022).		



Estratégias	Prazo	Observações	Status	Atingiu?
13.7) Contribuir com a elevação da qualidade da Educação Superior, por meio do aumento gradual da taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais, nas universidades públicas, para 90% (noventa por cento) e, nas instituições privadas, para 75% (setenta e cinco por cento), em 2020, e da melhoria dos resultados de aprendizagem, de modo que, em 5 (cinco) anos, pelo menos, 60% (sessenta por cento) dos estudantes apresentem desempenho positivo igual ou superior a 60% (sessenta por cento) no Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE) e, no último ano de vigência, pelo menos, 75% (setenta e cinco por cento) dos estudantes obtenham desempenho positivo igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento), nesse exame, em cada área de formação profissional.	2025	Ações do IFPI Incentivo aos alunos dos cursos de graduação ao ensino, extensão e a pesquisa, bem como adoção da curricularização da extensão, por meio das mudanças nas propostas curriculares dos Cursos - PPC. Melhoria dos indicadores por meio de avaliação interna, devido ao decréscimo nas notas do ENADE, em alguns cursos de Licenciatura nas últimas avaliações.	Em andamento	Parcialmente
13.8) Promover em parceria com as IES a formação inicial e continuada dos profissionais técnico-administrativos da Educação Superior.	2025	Ações do IFPI Convênios com as IES públicas para oferta de Minter e Dinter.	Em andamento	Sim



15 PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU

Meta 14: Elevar gradualmente o número de matrículas na pós-graduação stricto sensu, de modo a triplicar a titulação de mestres e de doutores, no final do decênio.

15.1 Ficha metodológica dos indicadores do município

Indicador 14 ^a	Número de concluintes com a titulação de mestre.									Prazo:	Atingiu?
	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	
Indicador 14B	Número de concluintes com a titulação de doutor.									Prazo:	Atingiu?
	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	

15.2 Comentários da meta

Indicadores com inviabilidade de cálculo ao nível municipal

15.3 Estratégias

Estratégias	Prazo	Observações	Status	Atingiu?
14.1) Expandir o financiamento da pós-graduação stricto sensu por meio das agências oficiais de fomento	2025	Ações do IFPI Não Informada.		
14.2) Estimular a integração e a atuação articulada entre a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e as agências estaduais de fomento à pesquisa.	2025	Ações do IFPI Não Informada.		

Estratégias	Prazo	Observações	Status	Atingiu?
14.3) Expandir o financiamento estudantil, por meio do FIES, à pós-graduação stricto sensu.	2025	Não se aplica ao IFPI.		
14.4) Expandir a oferta de cursos de pós-graduação stricto sensu, utilizando inclusive metodologias, recursos e tecnologias de educação a distância.	2025	Ações do IFPI No IFPI a expansão ainda é predominante na oferta lato sensu. Curso de graduação e pós-graduação <i>Lato sensu</i> na modalidade UAB e do IFPI EAD.	Em andamento	Parcialmente
14.5) Implementar ações para reduzir as desigualdades étnico-raciais e regionais e para favorecer o acesso das populações do campo e das comunidades indígenas e quilombolas a programas de mestrado e doutorado.	2025	Não se aplica ao IFPI.		
14.6) Colaborar com a ampliação da oferta de programas de pós-graduação stricto sensu, especialmente os de doutorado, nos campi novos, abertos em decorrência dos programas de expansão das instituições superiores públicas.	2025	Ações do IFPI Criar as pós-graduações <i>lato sensu</i> e <i>stricto sensu</i> profissionais. Divulgar editais de oferta das pós-graduações e criar convênios de <i>minter</i> e <i>dinter</i> . Qualificar servidores e comunidade externa. (GEPLANES, 2022).	Em andamento	Parcialmente
14.7) Manter e expandir programa de acervo digital de referências bibliográficas para os cursos de pós-graduação, assegurada a acessibilidade às pessoas com deficiência.	2025	Ações do IFPI Atualização da Política de Formação e Desenvolvimento de Coleções (PDC) das bibliotecas do IFPI - Resolução 13/2021 - CONSUP/IFPI.	Em andamento	Sim



Estratégias	Prazo	Observações	Status	Atingiu?
14.8) Estimular a participação das mulheres nos cursos de pós-graduação stricto sensu, em particular aqueles ligados às áreas de Engenharia, Matemática, Física, Química, Informática e outros, no campo das ciências.	2025	Ações do IFPI Não Informada.		
14.9) Consolidar programas, projetos e ações que objetivem a internacionalização da pesquisa e da pós-graduação brasileiras, incentivando a atuação em rede e o fortalecimento de grupos de pesquisa.	2025	Ações do IFPI Não Informada.		
14.10) Promover o intercâmbio científico e tecnológico, estadual, nacional e internacional, entre as instituições de ensino, pesquisa e extensão.	2025	Ações do IFPI Não Informada.		
14.11) Ampliar o investimento em pesquisas com foco em desenvolvimento e estímulo à inovação, bem como incrementar a formação de recursos humanos, buscando o aumento da competitividade das empresas de base tecnológica.	2025	Ações do IFPI Não Informada.		
14.12) Ampliar o investimento na formação de doutores, de modo a atingir a proporção de 4 (quatro) doutores por 1.000 (mil) habitantes, de forma a atender às necessidades em todas as áreas.	2025	Ações do IFPI Não Informada.		
14.13) Aumentar qualitativa e quantitativamente o desempenho científico e tecnológico do Município e a competitividade da pesquisa realizada em Teresina, em relação ao padrão nacional, ampliando a cooperação científica com empresas, Instituições de Educação Superior e demais Instituições Científicas e Tecnológicas.	2025	Ações do IFPI Não Informada.		
14.14) Estimular a pesquisa científica e de inovação e promover a formação de recursos humanos que valorize a diversidade regional e a biodiversidade do cerrado, bem como a gestão de recursos hídricos no semiárido para mitigação dos efeitos da seca e geração de emprego e renda na região.	2025	Ações do IFPI Não se aplica.		



Estratégias	Prazo	Observações	Status	Atingiu?
14.15) Estimular a pesquisa aplicada, no âmbito das IES e das ICTs, de modo a incrementar a inovação e a produção e registro de patentes.	2025	Ações do IFPI Não Informada.		



16 FORMAÇÃO E VALORIZAÇÃO DE PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA⁴

Meta 15: Garantir, em regime de colaboração entre a União, o estado do Piauí e o município de Teresina, no prazo de 1 (um) ano de vigência deste PME, política de formação e valorização dos profissionais da educação, de que tratam os incisos I, II e III, do caput, do art. 61, da Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB), assegurado que todos os professores da Educação Básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam.

16.1 Ficha metodológica dos indicadores do município

15A - Percentual de professores da educação básica com formação em licenciatura na área de conhecimento em que atuam.				
Ano	Médio	Formação Ensino Superior		
		Total	Lic.	S/ Lic.
2014	19	80	93	7
2015	18	80	92	8
2016	20	79	92	8
2017	23	76	95	5
2018	22	77	95	5
2019	11	88	90	10
2020	11,	89	91	9
2021	7	93	92	8

Fonte: Censo da Educação Básica 2014 - 2022/INEP. Compilação da autora para estudo.

⁴ Destaca-se que os dados das Metas 15, 16, 17,18 e 20 poderiam estar mais completos. Houve solicitação sobre as informações referentes aos dados das Metas aos órgãos oficiais, porém, até o momento de fechamento deste Relatório não se teve acesso a essas informações.

Grupo 1 - Docentes com formação superior de licenciatura (ou bacharelado com complementação pedagógica) na mesma área da disciplina que leciona.

Os dados apresentam a proporção de docentes com formação superior nos diferentes segmentos da Educação Básica no município de Teresina, considerando as quatro esferas administrativas. Os dados abrangem uma série histórica formada por 8 (oito) anos, iniciando em 2014, um ano antes da aprovação do PME/THE e encerrando em 2021, último ano com dados disponíveis até a data da construção desse Relatório.

16.2 Comentários da meta

Os dados do quadro acima revelam que o município de Teresina não cumpriu a Meta estabelecida, considerando que ainda existem professores atuando na Educação Básica sem a formação. A partir dos dados da tabela, constata-se crescimento no percentual de profissionais com a formação em nível superior, no entanto, a Meta estabelece que essa formação seja obtida em curso de Licenciatura na área de conhecimento em que atuam, condição a ser assegurada ainda no primeiro ano de vigência do referido PME de Teresina.

Para efeito de cumprimento da Meta 15, espera-se que até o final de vigência do PME, as redes de ensino da Educação Básica de Teresina possam contar com todos os professores e professoras com formação em nível Superior, em cursos de Licenciatura, atuando na sua área de formação em todas as Etapas e Modalidades de Ensino da Educação Básica. (Estratégia 15.2).

Importa destacar que atualmente, o que se apresenta na realidade educacional teresinense é que a formação reflete o impacto dos programas de formação docente desenvolvidos a partir de 2009, quando foi instituída a Política Nacional de Formação de Professores/PARFOR, através do Decreto 6755/2009. O referido decreto, previa a colaboração entre União, Estados e Municípios, para a elaboração de um plano estratégico de formação inicial para os professores que atuam nas escolas públicas.

O PARFOR, criado para atender ao disposto no artigo 11, inciso III, do Decreto nº 6.755, de 29 de janeiro de 2009, o qual determinava que a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal em Nível Superior (CAPES) fomentasse a oferta emergencial de cursos de Licenciaturas e de cursos ou programas especiais dirigidos aos docentes em exercício há pelo menos três anos na rede pública de Educação Básica, em atendimento aos graduados não licenciados; licenciados em área diversa da atuação docente; e aqueles de nível médio, na modalidade Normal.



Na perspectiva de ampliar o olhar sobre a situação de atendimento da Meta 15, a tabela 07, apresenta o percentual de profissionais com a formação adequada para a área de atuação, ou seja, à disciplina que leciona.

Tabela 09 - Adequação da formação dos docentes em relação à disciplina que leciona – 2014 – 2021

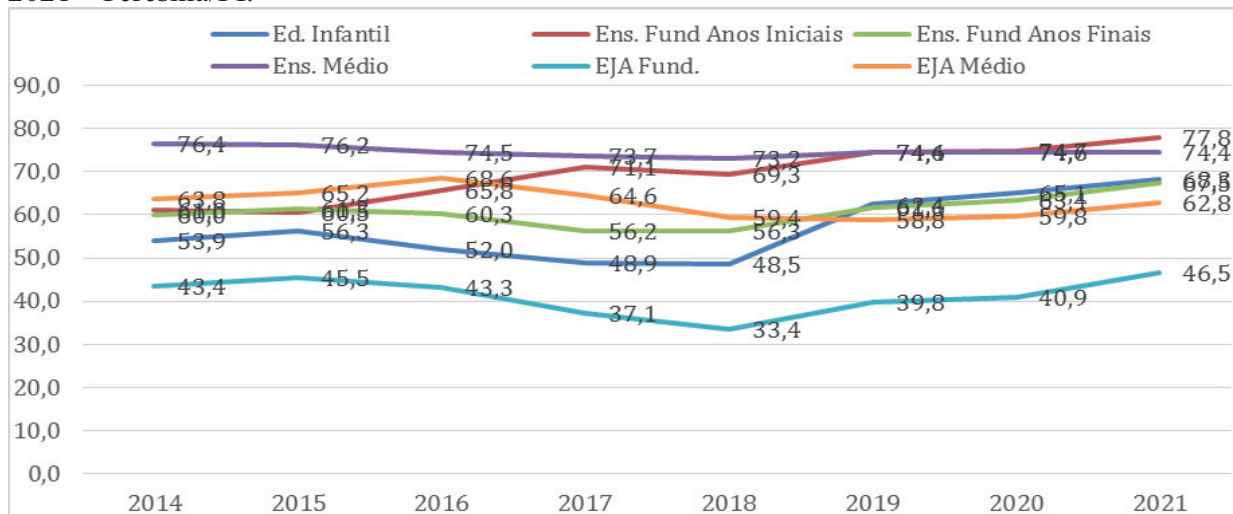
Ano	Ed. Infantil	Ens. Fund Anos Iniciais	Ens. Fund Anos Finais	Ens. Médio	EJA Fund.	EJA Médio
2014	53,9	61,0	60,0	76,4	43,4	63,8
2015	56,3	60,5	61,3	76,2	45,5	65,2
2016	52,0	65,8	60,3	74,5	43,3	68,6
2017	48,9	71,1	56,2	73,7	37,1	64,6
2018	48,5	69,3	56,3	73,2	33,4	59,4
2019	62,4	74,4	61,6	74,6	39,8	58,8
2020	65,1	74,7	63,4	74,6	40,9	59,8
2021	68,3	77,8	67,5	74,4	46,5	62,8

Fonte: Censo da Educação Básica 2014; 2015; 2021/INEP. Compilação da autora Categorias de adequação da formação dos docentes em relação à disciplina que leciona:

Observa-se que a tabela 9 traduz o impacto do PARFOR no Município de Teresina. Uma das propostas do PARFOR foi promover a adequação da formação dos docentes já licenciados na área de atuação. Constata-se, pelos dados da tabela, que a Educação Infantil e a modalidade Educação de Jovens e Adultos apresentaram menor percentual de atendimento pelos programas de formação. O gráfico abaixo, também ilustra essa realidade.



Gráfico 01- Adequação da formação dos docentes em relação à disciplina que leciona – 2014 – 2021 - Teresina/PI.



Fonte: INEP Censo da Educação Básica 2014 – 2021. Compilação da autora.

Categorias de adequação da formação dos docentes em relação à disciplina que leciona:

Grupo 1: Docentes com formação superior de licenciatura (ou bacharelado com complementação pedagógica) na mesma área da disciplina que leciona:

Tabela 10 - Número de docentes da Educação Básica por formação acadêmica 2014 a 2021- Teresina

Ano	Total	Médio	Ensino Superior			Pós-Graduação		
			Total	Lic.	S/Lic.	Espec.	Mestrado	Doutorado
2014	9.076	1.704	7.253	6.740	513	2.012	193	27
2015	9.097	1.641	7.318	6.713	605	2.242	217	33
2016	9.888	1.970	7.808	7.185	623	2.849	246	28
2017	9.876	2.244	7.547	7.171	376	3.731	273	39



Ano	Total	Médio	Ensino Superior			Pós-Graduação		
			Total	Lic.	S/Lic.	Espec.	Mestrado	Doutorado
2018	9.836	2.193	7.572	7.222	350	3.775	468	88
2019	9.716	1.106	8.543	7.719	824	3.858	495	95
2020	8.978	957	7.971	7.294	677	3.759	502	105
2021	8.642	579	8.008	7.387	621	3.796	513	98

Fonte: Censo da Educação Básica 2014; 2015; 2021/INEP. Compilação da autora.

A tabela 10 indica crescimento geral na dimensão Formação Docente em nível Superior fortalecido com o Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (PARFOR), implantado em 2010 na UFPI, que pode fortalecer a área específica em que os professores lecionam, porém, muito aquém do que estabelece a Meta 15, embora se perceba na realidade das escolas que as disciplinas onde ocorre a histórica e maior carência para formação específica no município, sejam Religião e Artes.

Observa-se também na tabela 10, a mudança na Pós-Graduação em nível de Especialização que quase dobrou o número com acréscimo também em nível de Mestrado e Doutorado.

Por outro lado, entende-se que a rede municipal criou um Centro de Formação “Prof. Odilon Nunes” (2007, com ampliação em 2011) que tem contribuído para a Formação Continuada, porém com foco preponderante apenas nas áreas de Português e Matemática que atendia a política meritocrática fortalecida pelo IDEB e considerada pela política local de “valorização docente por mérito”, sem consulta efetiva aos professores, de ranqueamento/premiação das escolas/professores (lei 4.668/2014/ed. Infantil e 4.499/2013 Ens. Fundamental), e na atualidade referendada com premiação isonômica na nova lei 5.835/2022/ed.infantil e fundamental.

Nessa conjuntura, sente-se a necessidade de Transparência na Administração Pública

dessas ações, como: Diagnóstico das reais necessidades de formação (15.1), cursos específicos já ofertados com Dados nominais e percentuais das Formações já realizadas; criação da Plataforma Eletrônica (Site próprio, Estratégia 15.3) do Centro de Formação que abrigue de forma histórica as legislações específicas à formação (nível municipal, estadual, federal); Lei específica que trate das Formações específicas, Publicização dos Convênios firmados (Estratégia 15.7), as Parcerias (15.7), Relatórios de Gestões de 2014 a 2022; Formação Continuada que atenda todas as áreas das Disciplinas com cursos técnicos (nível médio) e tecnológico (nível superior), dentre outros.

Tabela 11- Percentual de docentes da Educação Básica por formação acadêmica 2014 a 2021– Teresina

Ano	Fund.	Médio	Ensino Superior			Pós-Graduação		
			Total	Lic.	S/ Lic.	Espec.	Mss.	Dou.
2014	1	19	80	93	7	28	3	0,4
2015	1	18	80	92	8	31	3	0,5
2016	1	20	79	92	8	39	3	0,4
2017	1	23	76	95	5	48	4	0,5
2018	1	22	77	95	5	50	6	1
2019	1	11	88	90	10	51	6	1
2020	1	11	89	91	9	44	6	1
2021	1	7	93	92	8	48	6	1

Fonte: Censo da Educação Básica 2014; 2015; 2021/INEP.

Em valores percentuais, esses mesmos dados demonstram que perduram ainda na rede municipal pública, professores com apenas formação em nível médio, mesmo depois de 07 anos de vigência do PME de Teresina. Com curso Superior (bacharelado, tecnólogo) mas S/Licenciatura, ainda perdura um valor médio de 8% e com Licenciatura tem-se no final desta série histórica (2021), 92%, não totalizando os 100% que já deveriam ter sido atingidos em 2016



como predispõe a Meta 15.

Quanto à Pós-graduação, observa-se um número expressivo nas Especializações que retrata, de certa forma, um esforço próprio do docente para chegar nesta área que deveria ser mais ofertada pelo setor público municipal. Em nível de Mestrado (6%) e Doutorado (1%), os dados demonstram que não há incentivo da rede municipal para ingresso na formação docente neste grau mais avançado de estudos, percebe-se que os que chegam a essa Titulação é por esforço próprio, porém dependendo da necessidade pode ocorrer a liberação de estudos conforme lei específica municipal.

16.3 Estratégias

Estratégias	Prazo	Observações	Status	Atingiu?
15.1) Atuar, conjuntamente, com base em plano estratégico que apresente diagnóstico das necessidades de formação de profissionais da educação e da capacidade de atendimento, por parte de instituições públicas e comunitárias de Educação Superior existentes no Estado e Município, e defina obrigações recíprocas entre os partícipes.	2025			
15.2) Contribuir com programas permanentes de iniciação à docência a estudantes matriculados em cursos de licenciatura, garantindo espaço físico e recursos humanos, a fim de aprimorar a formação de profissionais para atuar no magistério da Educação Básica.	2025			
15.3) Implantar plataforma eletrônica para organizar a oferta e as matrículas em cursos de formação inicial e continuada de profissionais da educação, bem como para divulgação e atualização dos currículos eletrônicos.	2025			



Estratégias	Prazo	Observações	Status	Atingiu?
15.4) Implementar, no prazo de 2 (dois) anos de vigência deste Plano, programas específicos para formação de profissionais da educação para as escolas do campo, de comunidades indígenas, quilombolas, ciganas e tradicionais e para a Educação Especial.	2025			
15.5) Colaborar com processos de atualização curricular dos cursos de licenciatura e estimular a inovação pedagógica, em sintonia com as diretrizes curriculares nacionais e locais para a formação de professores.	2025			
15.6) Estabelecer convênios com instituições públicas e privadas para valorizar o estágio nos cursos de licenciatura, visando o trabalho sistemático de conexão entre a formação acadêmica dos graduandos e as demandas da Educação Básica, garantindo que os estagiários, no que diz respeito ao estágio curricular obrigatório, não assumam a titularidade da sala de aula, respeitando a sua condição de sujeito em processo de formação.	2025			
15.7) Aderir, através de parcerias e convênios com instituições públicas e privadas, a cursos e programas especiais para assegurar formação específica na Educação Superior, nas respectivas áreas de atuação, aos docentes com formação de nível médio na modalidade normal, não licenciados ou licenciados em área diversa da de atuação docente, em efetivo exercício.	2025			



Estratégias	Prazo	Observações	Status	Atingiu?
15.8) Aderir a programas que ofereçam cursos técnicos de nível médio e tecnológicos de nível superior destinados à formação, nas respectivas áreas de atuação, dos profissionais da educação de outros segmentos que não os do magistério.	2025			
15.9) Assegurar a participação do município de Teresina na política nacional de formação continuada para os profissionais da educação de outros segmentos que não os do magistério, construída em regime de colaboração entre os entes federados.	2025			
15.10) Garantir a adesão em programa de concessão de bolsas de estudos para que os professores de idiomas das escolas públicas de Educação Básica realizem estudos de imersão e aperfeiçoamento nos países que tenham como idioma nativo as línguas que lecionam, com licença remunerada para este fim.	2025			
15.11) Desenvolver modelos de formação docente para a educação profissional que valorizem a experiência prática, por meio da oferta, nas redes federal e estaduais de educação profissional de cursos voltados à complementação e certificação didático-pedagógica de profissionais experientes.	2025			



17 FORMAÇÃO CONTINUADA E PÓS-GRADUAÇÃO DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Meta 16: Formar, em nível de pós-graduação, 50% (cinquenta por cento) dos professores da Educação Básica, até o último ano de vigência deste PME, e garantir a todos os profissionais da Educação Básica continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino.

17.1 Ficha metodológica dos indicadores do município

Indicador 16A	Percentual de professores da Educação Básica com formação em nível de pós-graduação lato sensu.								Prazo	Atingiu?
	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2023	
	31	34	40	54	57	52	55	55		
	Percentual de professores da Educação Básica com formação em nível de pós-graduação stricto sensu.								Prazo	Atingiu?
	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2023	
	3,0	3,4	3,5	4,1	7,3	6,9	7,6	7,6		

Fonte: Censo da Educação Básica 2014; 2015; 2021/INEP

A previsão da Meta 16 do PME de Teresina é que até 2025, último ano de sua vigência, seja assegurado que a metade dos profissionais da Educação Básica no município tenham formação em nível de Pós-Graduação.

Com base nos dados apresentados é possível constatar que o município de Teresina está bem distante de cumprir com a Meta de formar 50% dos professores da Educação Básica, até o último ano de vigência deste Plano, sendo a metade em Pós-Graduação *stricto sensu* de Mestres e de Doutores até o final de vigência do PME. (Estratégia 16.6).

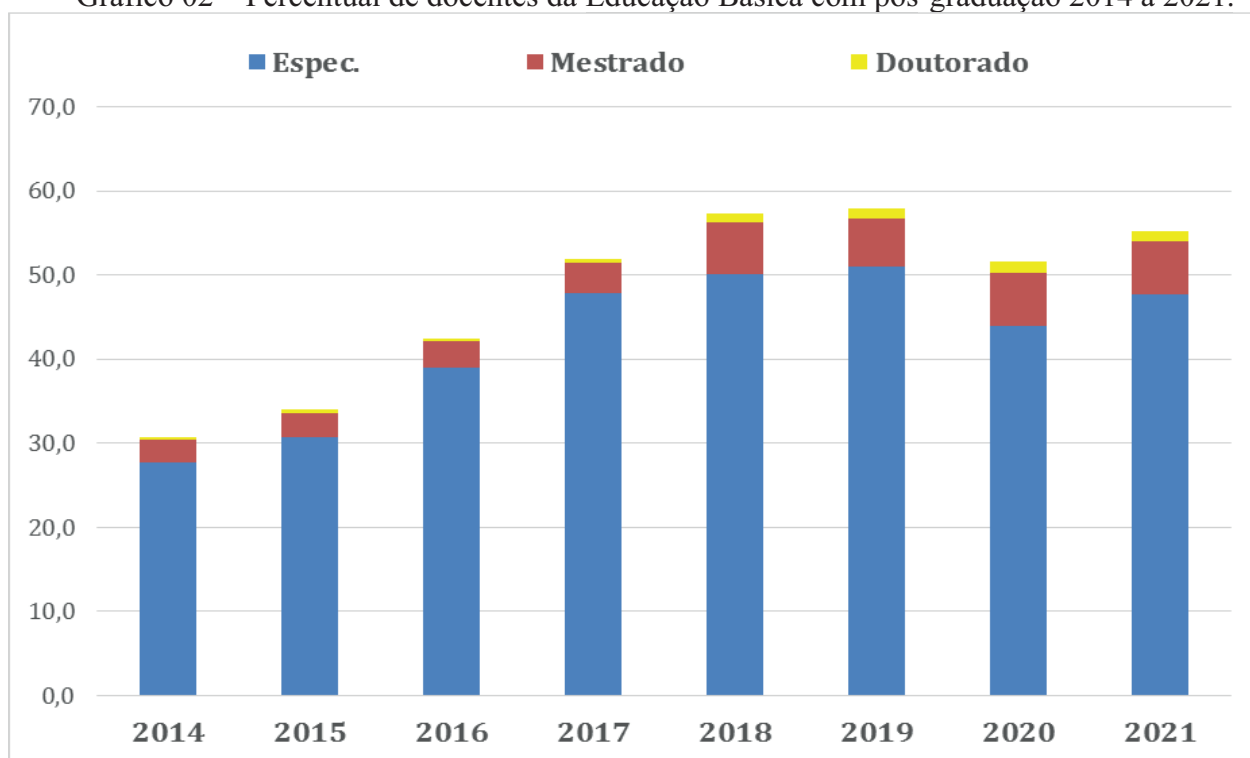


17.2 Comentários da meta

Os dados da Tabela 01 incluem docentes com formação em nível Superior em exercício em todas as redes de ensino da Educação Básica no município. Percebe-se que embora tenha ocorrido avanços na formação em nível de Pós-Graduação, isso ocorreu de forma mais intensa no formato *lato sensu*, que compreendem programas de Especialização e incluem os cursos com duração mínima de 360 horas, com obtenção de certificado.

Embora não conste nesse Relatório informações sobre as Políticas Públicas que assegurem a formação docente nesse nível de estudo, sabe-se, no entanto, que muitos docentes financiam seus cursos de Pós-Graduação, especialmente em nível de Especialização.

Gráfico 02 – Percentual de docentes da Educação Básica com pós-graduação 2014 a 2021.



Fonte: Fonte: Censo da Educação Básica 2014; 2015; 2021/INEP

17.3 Estratégias

Estratégias	Prazo	Observações	Status	Atingiu?
16.1) Realizar, em regime de colaboração, o planejamento estratégico para dimensionamento da demanda por formação continuada e fomentar a respectiva oferta por parte das instituições públicas de Educação Superior, de forma orgânica e articulada às políticas de formação do Estado e do Município.	2025			
16.2) Colaborar com política nacional de formação de profissionais da Educação Básica, definindo diretrizes municipais e estaduais, áreas prioritárias, instituições formadoras e processos de certificação das atividades formativas.	2025			
16.3) Expandir programa de composição de acervo de obras didáticas, paradidáticas, literárias e dicionários, bem como programa específico de acesso a bens culturais, incluindo obras e materiais produzidos em Libras e Braille, sem prejuízo de outros, a serem disponibilizados para os professores da rede pública de Educação Básica, favorecendo a construção do conhecimento e a valorização da cultura da investigação.	2025			
16.4) Divulgar portal eletrônico para subsidiar a atuação dos professores da Educação Básica, disponibilizando gratuitamente materiais didáticos e pedagógicos suplementares, inclusive aqueles com formato acessível.	2025			
16.5) Instituir e consolidar, no âmbito municipal, em parceria com as instituições formadoras, portal eletrônico para subsidiar a atuação dos professores da Educação Básica, disponibilizando gratuitamente materiais didáticos e pedagógicos suplementares, inclusive aqueles com formato acessível.	2025			
16.6) Ampliar a oferta de bolsas de estudo, para pós-graduação stricto sensu, dos professores e demais profissionais da Educação Básica, na área de atuação.	2025			



Estratégias	Prazo	Observações	Status	Atingiu?
16.7) Assegurar, aos profissionais da educação das redes públicas de ensino, a liberação para cursarem a pós-graduação stricto sensu, de acordo com o plano de formação, assegurado 50% (cinquenta por cento) da carga horária para os docentes que têm 40 horas, mediante compromisso de permanência na rede, após conclusão do curso por, pelo menos, igual período de afastamento.	2025			



18 VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Meta 17: : Valorizar os profissionais do magistério das redes públicas de Educação Básica de forma a equiparar seu rendimento médio ao dos demais profissionais com escolaridade equivalente, até o final do terceiro ano de vigência deste PME.

18.1 Ficha metodológica dos indicadores do município

INDICADOR	Razão entre a remuneração média dos profissionais do magistério de 40 horas das redes públicas de Educação Básica aos dos demais profissionais com escolaridade equivalente.									Prazo:	Atingiu ?
Indicador 17A	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	
Indicador 17B	??									Prazo:	Atingiu ?
	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	

Indicadores com inviabilidade de cálculo ao nível municipal

18.2 Comentários da meta

Na Meta 17 do PME, a valorização dos profissionais do magistério das redes públicas de Educação Básica com nível superior completo é proposta a partir da equiparação do rendimento bruto médio mensal desses profissionais, com o rendimento bruto médio mensal dos demais profissionais com escolaridade equivalente, até o final do terceiro ano de vigência do PME. Ressalta-se que o cumprimento dessa Meta passava pelas ações nas Estratégias 17.1, 17.2, 17.3 e 17.4 do PME. Na Estratégia 17.4, o município de Teresina, até o momento, ainda não constituiu



o Fórum Permanente Paritário, com representação governamental e não governamental de trabalhadores da Educação, cujo prazo era até o final do primeiro ano de vigência do PME.

Conforme previsto na Estratégia 17.3, essa seria uma ação a ser encaminhada pelo Conselho Municipal de Educação de Teresina/CME e o Conselho Estadual de Educação do Piauí/CEE. Caberia ao Fórum, caso existisse, o acompanhamento e avaliação do aumento da assistência financeira específica da União aos entes federados (Estados e Municípios) para implementação de Políticas de Valorização dos Profissionais do Magistério, em particular o Piso Salarial Profissional Nacional/PSPN, definida pela Estratégia 17.3 e monitorar a implementação do PSPN da Educação Básica de Teresina, conforme prevê a lei do Piso, (art. 5º, da Lei Federal nº 11.738, de 16 de julho de 2008).

No geral, essa Meta trata da Valorização docente que passa pela implementação de Planos de Cargos, Carreira e Salários /PCCS para os profissionais do magistério das redes públicas de Educação Básica. Além disso, observa-se a Lei do Piso (Lei Federal nº 11.738, de 16 de julho de 2008), que também trata da Valorização docente em consonância com a Constituição Federal de 1988/CF-88 em seu artigo 206, inciso V. Assim, observa-se também, que os Planos de Cargos Carreira e Salários devem seguir esse mesmo expediente das leis maiores. Em Teresina, essas leis se explicitam na seguinte sequência, quais sejam: o Estatuto e o Plano de Cargos e Salários do Magistério Público da Rede de Ensino do Município de Teresina, instituído pela Lei nº 2.972/2001, com alterações posteriores pela Lei Complementar nº 3.951/2009 e pela Lei Complementar nº 4.018/2010.

No entanto, tem-se observado descumprimentos reiterados, principalmente nos anos mais recentes para não observância dessas leis, pois valorizar professor é atender a quatro fatores, quais sejam: Salários, Formação Inicial e Continuada, Condições de Trabalho e de Vida e Carreira.

A carreira precisa ser respeitada num PCCS e o Plano Municipal de Teresina prevê essa ascensão na Carreira Docente até mesmo pelo próprio percentual que traz de um nível ao outro, explícito no Plano de Carreira Municipal de Teresina.

Outro descumprimento no PME de Teresina que compromete a valorização docente, é a não instituição de uma Comissão Permanente Paritária entre Organização Sindical dos trabalhadores em educação eleitos em Assembleia, e do poder público para elaborar, reestruturar e implementar os Planos de Carreira, imediatamente, após a aprovação deste PME, mas até o



momento da elaboração desse relatório, não se tem conhecimento sobre a efetiva realização dessa iniciativa. Tal ação já conta com 7 anos de vigência deste PME sem ser cumprida, o que contribui para a desmotivação do trabalho docente e ao fortalecimento de uma Cultura Social de não respeito a esse profissional do ensino. Daí, a necessidade de se lutar para garantir uma vida digna aos docentes e consequentemente a qualidade educacional.

18.3 Estratégias

Estratégias	Prazo	Observações	Status	Atingiu?
17.2) Implementar planos de carreira para os profissionais do magistério das redes públicas de Educação Básica, observados os critérios estabelecidos na Lei Federal nº 11.738, de 16 de julho de 2008, com implantação gradual do cumprimento da jornada de trabalho em um único estabelecimento escolar.	2025			
17.3) Acompanhar e avaliar a ampliação da assistência financeira específica da União aos entes federados para implementação de políticas de valorização dos profissionais do magistério, em particular o piso salarial nacional profissional, conforme prevê o art. 5º, da Lei Federal nº 11.738, de 16 de julho de 2008.	2025			
17.4) Constituir, por iniciativa do Conselho Municipal de Educação de Teresina e Conselho Estadual de Educação do Piauí, até o final do primeiro ano de vigência deste PME, fórum permanente paritário, com representação governamental e não governamental de trabalhadores da educação, eleita por seus pares em assembleia, para monitoramento da implementação do piso salarial nacional para os profissionais do magistério público da educação	2025			



Estratégias	Prazo	Observações	Status	Atingiu?
básica de Teresina, conforme prevê o art. 5º, da Lei Federal nº 11.738, de 16 de julho de 2008.				



19 VALORIZAÇÃO DO PROFESSOR

Meta 18: Assegurar, no prazo de 1 (um) ano, a existência de planos de carreira para os profissionais da Educação Básica e superior da rede pública e privada de ensino e, para o plano de carreira dos profissionais da Educação Básica pública, tomar como referência o piso salarial nacional profissional, definido em lei federal, nos termos do inciso VIII, do art. 206, da Constituição Federal de 1988.

19.1 Ficha metodológica dos indicadores do município

INDICADOR 18A	Percentual dos sistemas de ensino público com planos de Carreira para os profissionais da Educação Básica e superior.								Prazo	Atingiu?
	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2023	
Indicador 18B	Percentual dos sistemas de ensino público com planos de Carreira para os profissionais da Educação Básica que tomem como referência o piso salarial nacional profissional.								Prazo :	Atingiu?
	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2023	

19.2 Comentários da meta

Para a análise da Meta 18, fez-se uma escala dos percentuais de vencimento básico do período, com o intuito de avaliar se a política salarial instituída na rede de ensino no recorte temporal descrito abaixo, respeitou as determinações da valorização docente, a partir do que rege a Lei do Piso Nacional dos Profissionais da Educação Básica.

A Tabela 12, a seguir, apresenta os dados com os percentuais de reajuste ao PSPN, considerando o período de 2014 a 2023.



Tabela 12 - Percentual de reajuste ao PSPN 2014 - 2023.

	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
% do Piso Federal	8,32	13,1	11,36	7,64	6,81	4,17	12,84	00,00	33,23	14,9
% do Piso Municipal	8,32	13,1	11,36	7,64	6,81	4,17	6,42	00,00	16,0	14,9

Fonte: Elaborados pelas autoras a partir das leis referentes aos reajustes dos Pisos, federais e municipais.

A tabela 12 mostra uma série histórica dos percentuais de reajustes para cada ano referentes à lei do Piso Federal e aos percentuais aplicados ao Piso Municipal de Teresina. Os dados demonstram que no ano de 2021, não houve reajuste federal ao Piso, período este, singular de uma pandemia e de governo federal negacionista, principalmente às questões sociais.

Nos anos de 2020 e 2022, houve descumprimento da Lei do Piso Nacional pela Rede Municipal, chegando no ano de 2023 sem a reposição dos valores devidos à categoria dos Profissionais da Educação. Em 2020, ficou o débito da segunda parcela com relação à diferença do reajuste Piso Nacional que foi de 12,84%. Esse débito refere-se aos 7 meses (de janeiro a julho de 2020) não restituídos aos profissionais do Magistério.

Em 2022, em meio a muitas lutas da categoria docente, o reajuste também foi descumprido, ficando uma diferença não reajustada a estes profissionais de 17,23%, fato este que precisa ser resolvido.

Abaixo, têm-se a tabela 13 e o gráfico 3 referentes a série histórica dos vencimentos docentes reajustados conforme os percentuais acima descritos.

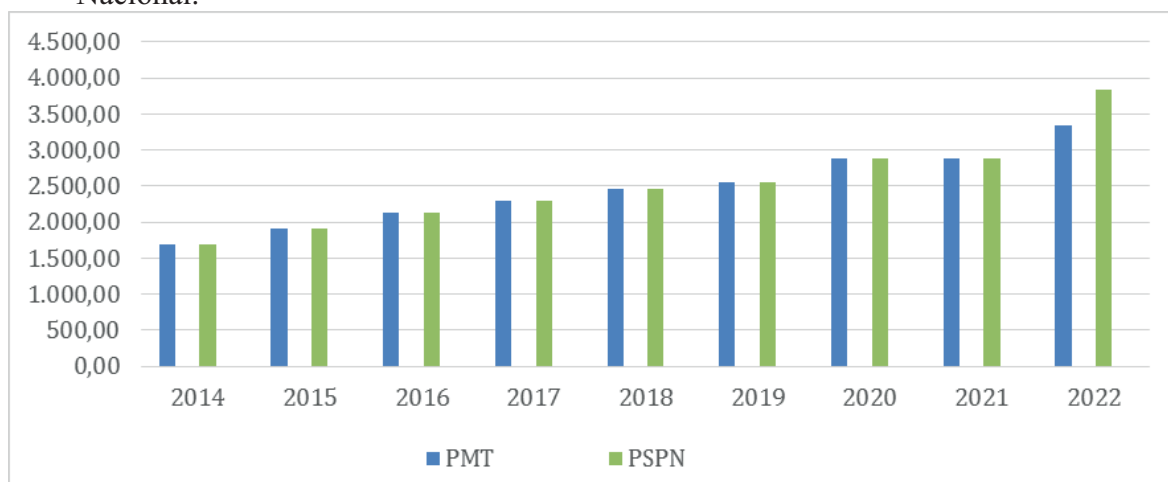
Tabela 13 - Vencimento Base Inicial do Magistério Público da Educação Básica e Piso Salarial Profissional Nacional - 2014 – 2022 (TERESINA/PI)

ANO	PMT	PISO SALARIAL PROFISSIONAL NACIONAL (PSPN)
2014	1.697,01	1.697,00
2015	1.917,79	1.917,78
2016	2.135,65	2.135,64
2017	2.298,81	2.298,83
2018	2.455,36	2.455,16
2019	2.557,75	2.557,74
2020	2.886,24	2.886,24
2021	2.886,24	2.886,24
2022	3.348,04	3.845,34

Fonte: Tabelas salariais do magistério público municipal



Gráfico 03: Referente aos reajustes aplicados pela Rede Municipal e Reajustes em nível Nacional.



19.3 Estratégias

Estratégias	Prazo	Observações	Status	Atingiu?
18.1) Estruturar as redes públicas de Educação Básica de modo que, até o final de vigência deste PME, 80% (oitenta por cento), no mínimo, dos respectivos profissionais do magistério e 20% (vinte por cento), no mínimo, dos respectivos profissionais da educação não docentes sejam ocupantes de cargos de provimento efetivo e estejam em exercício nas redes escolares a que se encontrem vinculados.	2025			
18.2) Implantar, nas redes públicas de Educação Básica e superior, acompanhamento dos profissionais iniciantes, supervisionados por equipe de profissionais experientes, a fim de fundamentar, com base em avaliação documentada, a decisão pela efetivação após o estágio probatório, e oferecer, durante esse período, curso de aprofundamento de estudos na área de atuação do professor, com destaque para os conteúdos a serem ensinados e as				

Estratégias	Prazo	Observações	Status	Atingiu?
metodologias de ensino de cada disciplina.				
18.3) Garantir, nos planos de Carreira dos profissionais da educação do Estado e do Município, licenças remuneradas e incentivos para qualificação profissional, inclusive em nível de pós-graduação stricto sensu.	2025			
18.4) Contribuir com o Ministério da Educação-MEC na realização anual do censo dos profissionais da Educação Básica de outros segmentos que não os do magistério.	2025			
18.5) Considerar as especificidades socioculturais das escolas do campo e das comunidades indígenas e quilombolas no provimento de cargos efetivos para essas escolas.	2025			
18.6) Instituir comissão permanente paritária entre organização sindical dos trabalhadores em educação eleitos em assembleia, e do poder público para elaborar, estruturar e implementar os planos de carreira, imediatamente após a aprovação deste PME.	2025			
18.7) Garantir que a comissão permanente paritária realize estudos para enquadramento adequado aos profissionais da educação.	2025			
18.8) Garantir, acompanhar e fiscalizar, nos novos Planos de Cargos, Carreiras e Salários dos servidores públicos municipais, progressão automática de dois em dois anos, após o terceiro ano de estágio probatório, assegurando a retroatividade devida durante os trâmites burocráticos.	2025			



20 GESTÃO DEMOCRÁTICA

META 19: Assegurar condições, no prazo de 2 (dois) anos, para a efetivação da gestão democrática da educação, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública à comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas, prevendo recursos e apoio técnico da União para tanto.

20.1 Ficha metodológica dos indicadores do município

INDICADOR	Percentual de unidades de ensino públicas com conselhos escolares instituídos.								Prazo	Atingiu?
Indicador 19A	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2023	
Indicador 19B	Percentual de escolas públicas segundo o processo de escolha (seletivo e ou eleição) para ocupação do cargo de direção escolar.								Prazo	Atingiu?
	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2023	

Indicador 19B	Percentual de escolas públicas segundo o processo de escolha (seletivo e ou eleição) para ocupação do cargo de direção escolar.			Prazo	Atingiu?
	2013 a 2015	2016 a 2018	2019 a 2021	2022 a 2025	
	93,4%	85,2%	62,2%	67,3%	

20.2 Comentários da meta

Proposições da V Conferência Municipal de Educação:

2013 a 2015: De um total de 301 unidades de ensino, 281 diretores foram eleitos;

2016 a 2018: De um total de 298 unidades de ensino, 254 diretores foram eleitos;

2019 a 2021: De um total de 307 unidades de ensino, 191 diretores foram eleitos (Em 2018 a Lei 5.301/18 altera o art. 11 da lei 4.274/2012, impõe algumas restrições para que a Unidade de Ensino realizasse eleição para provimento do cargo de diretor escolar);

2022 a 2025: De um total de 321 unidades de ensino, 216 diretores foram eleitos.

Proposições da V Conferência Municipal de Educação:

Alteração da lei 5.301/2018, para que em todas as unidades de ensino aconteçam o processo de eleição (unidade de ensino de tempo parcial e tempo integral).

Criar critérios (mérito e desempenho, conforme lei 14.113/2020, art. 14), por meio de edital, para indicação de gestores, em unidades de ensino onde não houve eleição.

20.3 Estratégias

Estratégias	Prazo	Observações	Status	Atingiu?
19.1) Priorizar o repasse de transferências voluntárias para as Unidades de Ensino da Rede Municipal, respeitando-se a legislação nacional, visando maior autonomia da gestão escolar.	2025	As Unidades de Ensino da Rede Pública Municipal de Teresina recebem regularmente os recursos, com exceção de 16, porque estão em processo de regularização.	Em andamento	Parcialmente
19.2 Ampliar os programas de apoio e formação aos conselheiros dos conselhos de acompanhamento e controle social do Fundeb, dos conselhos de	2025	No âmbito da Secretaria Municipal de Educação – SEMEC, o Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB e o Conselho de Alimentação Escolar tem desempenhado suas	Em andamento	Parcialmente



Estratégias	Prazo	Observações	Status	Atingiu?
alimentação escolar e de outros, e aos representantes educacionais em demais conselhos de acompanhamento de políticas públicas, garantindo a esses colegiados acesso aos documentos legais necessários ao monitoramento e fiscalização, recursos financeiros, espaço físico adequado, equipamentos e meios de transporte para visitas à rede escolar, com vistas ao bom desempenho de suas funções.		funções de forma a garantir monitoramento e fiscalização.		
19.3 Estimular o fortalecimento de conselhos escolares na rede pública como instrumentos de participação e fiscalização na gestão escolar e educacional, inclusive por meio de programas de formação de conselheiros, assegurando-se condições de funcionamento autônomo.	2025	A Coordenação de Articulação Comunitária – CAC/SEMEC tem incentivado o fortalecimento dos Conselhos Escolares, através de reuniões e acompanhamento de ações que promovam maior participação dos conselheiros na gestão escolar.	Em andamento	Parcialmente
19.4 Assegurar a permanência do Fórum Municipal de Educação - FME e sua efetiva atuação, no intuito de coordenar as conferências municipais de educação e efetuar o acompanhamento da execução do PME, em parceria com o Conselho Municipal de Educação - CME/THE.	2025	O Fórum Municipal de Educação – FME tem cumprido com seu papel de forma ativa.		



Estratégias	Prazo	Observações	Status	Atingiu?
19.5 Estimular, em todas as redes de educação básica, a constituição e o fortalecimento de grêmios estudantis e associações de pais, assegurando-se, inclusive, espaços adequados e condições de funcionamento nas escolas e fomentando a sua articulação orgânica com os conselhos escolares, por meio das respectivas representações.	2025	No âmbito da Educação Municipal não existe Projeto/Programa de incentivo para criação e fortalecimento dos Grêmios Estudantis. Proposições da V Conferência Municipal de Educação: Verificar o quantitativo de escolas municipais (anos finais) e ensino médio (escolas estaduais) que possuem grêmios estudantis e, definir um percentual da criação e fortalecimento dos grêmios nas unidades de ensino.	Em andamento	Parcialmente
19.6 Contribuir para o fortalecimento de conselhos escolares e demais conselhos do sistema educacional, como instrumentos de participação e fiscalização na gestão escolar e educacional, inclusive por meio de programas de formação de conselheiros, assegurando-se condições de funcionamento autônomo.	2025	Foi absorvido pela Secretaria Municipal de Educação – SEMEC, o Programa de Fortalecimento dos Conselhos Escolares disponibilizado através do Ministério da Educação. PROPOSTA Desenvolver Projeto/Programa a nível municipal para fortalecimento, formação e monitoramento dos Conselhos Escolares. Proposições da V Conferência Municipal de Educação: ...inclusive por meio de programas de	Em andamento	Parcialmente



Estratégias	Prazo	Observações	Status	Atingiu?
		formação de conselheiros <u>trimestralmente</u> , assegurando-se condições de funcionamento autônomo.		
19.7) aperfeiçoar a sistemática de avaliação da escola, das práticas de ensino e do desempenho do aluno, através do fortalecimento dos conselhos de classe, como órgão de apoio à gestão escolar;	2025	Proposições da V Conferência Municipal de Educação: Resguardar ,nos calendários escolares, os encontros dos conselhos de classes e que de fato sejam efetivados, e, que nesses encontros, além das avaliações da situação dos estudantes, também seja realizado avaliação mais ampla, incluindo a da ação docente.	Em andamento	Parcialmente
19.8) estimular a participação e a consulta na formulação dos projetos político pedagógicos, currículos escolares, planos de gestão escolar e regimentos escolares por profissionais da educação, alunos e familiares;	2025			
19.9) Aperfeiçoar a gestão democrática da educação, ampliando os critérios de seleção para gestores escolares, associando a eleição na comunidade escolar com critérios técnicos de mérito e desempenho, a serem aferidos por	2025	Proposições da V Conferência Municipal de Educação: A Rede Pública Municipal de Ensino de Teresina tem 321 Unidades de Ensino, sendo 67,28% com gestores escolares eleitos e 32,71% não eleitos.		



Estratégias	Prazo	Observações	Status	Atingiu?
seleção pública, prevendo recursos e apoio técnico da União.		Que haja tanto o processo de eleição para gestores escolares estaduais, como também a constituição do banco de gestores escolares, por meio de processo seletivo, avaliando qualificação e mérito, para os caso de não existir candidatos (as) em alguma escola, podendo assim ser indicado o gestor escolar a partir do banco.		
19.10) Assegurar, em caso de proposta de fechamento de escolas do campo, a manifestação prévia do Conselho Municipal de Educação, conforme o que determina a Lei Federal nº 12.960, de 27 março de 2014.	2025		m andamento	Parcialmente



21 FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO

Meta 20: ampliar o investimento público em educação pública de forma a atingir, no mínimo, o patamar de 7% (sete por cento) do Produto Interno Bruto – PIB do Município no 5o (quinto) ano de vigência desta Lei e, no mínimo, o equivalente a 10% (dez por cento) do PIB ao final do decênio, considerando o atendimento da Educação Básica (redes estadual e municipal) e do Ensino Superior, na Capital.

21.1 Ficha metodológica dos indicadores do município

INDICADOR	Percentual de investimento público em Educação, conforme art. 212 da Constituição Federal									Prazo	Atingiu?
Indicador 20A	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	

21.2 Comentários da meta

O PIB nessa Meta 20 é complexo e aparece apenas como um indicador, (conforme Davies, 2014, muito frágil, vista a sonegação fiscal generalizada) da riqueza produzida anualmente. Assim, embora se tenha essa previsão na Meta 20, entende-se que não basta garantir mais recursos, pois há a necessidade também de se assegurar a sua efetiva aplicação que não deve ser apenas contábil para a melhoria das atividades - fim em que está o professor e o aluno com vistas à garantia do Padrão mínimo de qualidade educacional.



Quadro 02- Relato das Prestações de Contas da Educação/ FUNDEB TERESINA com base nos Relatórios de TCE/PI (2014 -2019)

Exercício Financeiro	Características	Resultado	Envio à Câmara Municipal
015527/2014	Envio intempestivo de peças de Rec./Despesas em MDE (art.70, CF/88). Endividamento do município/DFAM (20.1). Não correlação de valores do IPMT, diferença a menor (20.3). RREO em atraso (20.8). Não apresentação das cópias Atas das Audiências públicas da Câmara - (art. 9o, § 4o, da LRF) (20.8)	De Governo, Aprovada com Ressalvas.	Contas finalizadas e enviadas à Câmara Municipal 23/11/2017.
005365/2015	O prefeito não é o ordenador da despesa (20.9, cumpria). Gasto com MDE superior ao limite legal, 27,16% (20.7, cumpria) RREO em atraso (20.8). Não apresentação das cópias Atas das Audiências Públicas da Câmara (20.8).	De Governo, Aprovada com Ressalvas.	Tudo indica Prestação de contas não finalizadas.



003132/2016	Reincidência no Descumprimento do limite mínimo de Despesa com MDE, 22,94% (art. 212, CF/88) e com Divergências na apuração e cálculo do limite de despesa com MDE: (20.8) Em extratos bancários (peças 17 e 18) foi R\$ 1.362.191,54, diferente do registrado no Sistema de Emissão de Relatório de Contas Anuais/SERCA, R\$ 8.150.448,19. (20.8) Valores do IPTU, do ITBI e do ISS divergentes no Balanço Geral, SAGRES e Demonstrativo do BB, (20.8) Valor divergente da cota do imposto, ITR destinada à Receita do FUNDEB Indicador negativo do FUNDEB, pois os percentuais ultrapassaram a porcentagem do FUNDEB (70, 32% Magistério e 31,82% de MDE com sobra de 2,14% acima), porém não ficou demonstrado à DFAM a alegação da PMT de se tratar de superávit de 2016 (não comprovado de R\$ 6.150.000), para acobertar o crédito de 2017, pois o Princípio da Anualidade prevê a aplicação mínima dos percentuais do FUNDEB (art. 212 da CF/88 e art. 60, caput, do ADCT e do art. 21, caput, da Lei nº 11.494/2007), mesmo frente a alegação da PMT o § 2º do artigo 21 da Lei nº 11.494/2007 admitir que até 5% dos recursos recebidos à conta do Fundo, inclusive relativos à Complementação da União recebidos nos termos do § 1º do artigo 6º da Lei do FUNDEB, poderão ser utilizados no primeiro trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional. A DFAM não acatou, vistas que a abertura de crédito ocorreu em junho. (20.5),(20.7) <u>Avaliação do Portal da Transparência do município, segundo TCE/PI (DFAM) (20.8)</u> <u>Receitas</u> - há informações sobre o exercício, recurso, previsão, realização e descrição, mas não há informações quanto ao código, categoria, origem, Órgão/Secretaria (art. 48-A, Inciso II, da LC 101/00; art. 7º, inciso II, do Decreto nº 7.185/10)	De Governo, Aprovada com Ressalvas.	Tudo indica Prestação de contas não finalizadas.
005852/2017 e Relat. preliminar: 007245/2018	<u>Despesas</u> - apresentam registro mensal com detalhamento de mês, unidade orçamentária, função, subfunção, natureza da despesa, elemento de despesa, subelemento de despesa, fonte de recurso, valor empenhado, valor anulado, valor	17,43% e depois 23, 14% após consideração	

	liquidado e valor pago, mas não apresentam informações quanto ao empenho, data da emissão, Programa, ação, ordenador, modalidade de aplicação e o valor liquidado a pagar; <u>Servidores</u> - constam informações concernentes ao nome, CPF, cargo, remuneração, categoria e descontos, no entanto, não constam informações concernentes à matrícula; <u>Licitações, Contratos</u> - apresentam informações quanto a contratos na íntegra, nº do procedimento, modalidade, objeto, data e contratado, mas, não apresentam informações de editais de licitação na íntegra, resultados dos editais (vencedor) e de convênios na íntegra (art. 8º, § 1º, inciso IV, da lei 12.527/11). 5) <u>Legislação</u> - apresenta informações da legislação específica (CE/PI, Lei Orgânica, Decretos, Resoluções, Portarias), da LOA e da LDO de 2017, bem como do PPA, e Código Tributário. Mas, não apresentam Plano de Cargos e Salários e Organização Administrativa; 6) <u>Relatórios</u> - o site apresenta RREO e RGF (Relatório de Gestão Fiscal) dos últimos 6 meses, mas, não apresenta Prestação de Contas (Relatório de Gestão) do ano anterior e não possibilita a gravação de Relatórios em diversos formatos eletrônicos, tais como planilhas e texto (CSV); 7) O site dispõe de Serviço Eletrônico de Informações ao Cidadão (e-SIC para o envio de pedidos de informação e posterior acompanhamento da solicitação; disponibiliza o registro das competências e estrutura organizacional do ente, endereços e telefones das respectivas unidades e horários de atendimento ao público; e divulga informações sobre diárias e passagens por nome do favorecido constando data, destino, cargo e motivo da viagem. Em 3ª avaliação da CGU aos Portais Institucionais aos municípios, a nota ao canal de Transparência de Teresina foi de 6,52, embora divergência da PRODATER (Teresina). Assim, se faz imperioso destacar que o direito de acesso às informações públicas constitui norma fundamental, com assento no artigo 5º, XXXIII, da CRFB e, deste dispositivo constitucional adveio normas em defesa da transparência na gestão pública para incentivar o controle social e		
--	---	--	--



	o combate à corrupção. <u>Renúncia Fiscal: Situação Grave</u> - A PMT, recebeu apenas R\$16.147.145,68 dos valores da Dívida Ativa, enquanto deixou de arrecadar a quantia de R\$ 66.517.409,68, valores baixados sobre outra modalidade não devidamente identificada e comprovada em Nota Explicativa, Balanço Geral, Sistema de Documentação WEB. Isso pode configurar Renúncia de Receitas Tributárias (art.11 e 14 da LRF), pois não se demonstrou cobrança fiscal dos Tributos do município dessa Dívida Ativa por via Administrativa e nem Judicial que pode configurar em Renúncia de Receita, fragilidade no controle interno e ocorrências de desvios e fraudes. (20.4) Precatórios do FUNDEF, não integram a base de cálculo do percentual da Educação, valor R\$ 663.823,90 (empenho pago) e outros... (20.8) e (20.20) Foi necessária uma Instauração de Tomada de Contas Especial, em razão do cancelamento/prescrição de Dívida Ativa, com vistas a apurar responsabilidade por ocorrência de dano à administração pública municipal, com apuração de fatos, quantificação do dano, identificação dos responsáveis e obtenção do respectivo ressarcimento, quando constatada a ocorrência de desfalque, alcance, desvio ou desaparecimento de dinheiro, bens ou valores públicos, bem como pela prática de ato ilegal, ilegítimo ou antieconômico de que resulte dano ao erário, nos termos da IN TCE/PI nº 03/14 e suas alterações; com expedição de determinação ao município para que, no prazo de 15 dias, promova alterações no sítio eletrônico do órgão, de forma a adequar e atualizar a referida página na Internet ao que disciplina a legislação aplicável aos Portais de Transparência; com a comunicação ao MPE para as providências cabíveis em relação às irregularidades constatadas; (20.8) e (20.20)		
--	--	--	--

			Tudo indica Prestação de contas não finalizadas
--	--	--	---



007798/2018 e Rel. Preliminar nº 014375/2018.	Reincidência no Descumprimento do limite mínimo de Despesa com MDE, 21,42% (art. 212, CF/88) e depois para 22,24% (VOTREL) (20.7) Contabilização indevida de despesas na apuração do cálculo despesas com MDE e Profissionais do Magistério/ FUNDEB em que foi deduzido um montante de R\$ 3.249.184,55, correspondendo a despesas de exercícios anteriores (R\$ 53.727,55) e despesas não pertinentes ao magistério 60% (R\$ 3.195.457,00) Da Educação: Meta projetada para 2018 no Programa 09 Excelência no Ensino Fundamental abaixo da nota alcançada no exercício anterior 2017; <u>DETERMINAÇÕES:</u> <u>Transparência</u> - Que proceda à atualização do Portal Institucional de Transparência Pública de forma a disponibilizar todas as informações e documentos aos cidadãos, assegurando que nele estejam inseridos e atualizados em tempo real, os dados previstos nos mencionados diplomas legais. ((20.8) <u>RECOMENDAÇÕES:</u> Que planeje ações para contenção dos níveis de endividamento público; Que explicita, por meio de notas explicativas, as razões das baixas na Dívida Ativa. (20.8)	Parecer Prévio recomendando a Reprovação das Contas de Governo em exame por Promotoria do MP de Contas e por Gravidade na Irregularidade	Tudo indica Prestação de contas não finalizadas.
--	---	---	---



022307/2019	Reincidência no Descumprimento do limite mínimo de Despesa com MDE, 22,58% (art. 212, CF/88), COM OCORRÊNCIAS ANUAIS NÃO SANADAS, SENDO QUE A DEFESA NEM SE DEU AO TRABALHO DE SE MANIFESTAR EM 2019. (20.5) e (20.7) Divergência entre (Sagres-contábil, 22,58% = VALOR CONSIDERADO PELO TCE/PI); RREO, 25,61% (DOM) e SIOPE, 25,44% (FNDE), do percentual aplicado na Despesa com MDE, sendo que as informações devem ser iguais porque são regidas pelas mesmas normas (art.212 CF/88, LDB, Portaria 495/2017 e alterações posteriores) (20.8) BAIXA IRREGULAR de R\$ 533.764.064,94 de créditos inscritos na Dívida Ativa em desconformidade com a lei art. 156 e arts. 316 e 368 do Código Tributário Nacional/CTN, Código Tributário do Município de Teresina/ CTMT (Lei Complementar nº 4.974, de 26 de dezembro de 2016, que podem trazer insegurança jurídica e problemas com a garantia de créditos e comprometer as finanças do município. (20.8)	Gasto Magistério 83,68%	Tudo indica Prestação de contas não finalizadas.
020296/2020	Dados ainda não acessíveis ao público.		
008791/2021	Dados ainda não acessíveis ao público.		
004494/2022	Dados ainda não acessíveis ao público.		

Fonte: Tribunal de Contas do Estado do Piauí (TCE/PI). Compilação da autora para estudo



O Quadro 1 apresenta a apuração das Prestações de Contas, mais precisamente, às contas de Governo⁵ com mais base na Educação do município de Teresina referentes ao período que se pode ter acesso aos exercícios financeiros que foi de 2014 a 2019. Estes dados estão disponíveis no site do TCE/PI. Destaca-se que pela pesquisa realizada neste site oficial, só se teve acesso a alguns dados dos processos porque não foi possível visualizar todas as peças. Dentre as peças mais analisadas e que se teve acesso, destacam-se o Relatório do Contraditório (Relatório que apresentou em alguns casos e outros não, as alegações/argumentos do gestor municipal quanto às irregularidades apresentadas) e o Parecer do Ministério Público das Contas do TCE/PI.

Devido a falta de Dados oficiais (solicitados mas não disponibilizados até o momento da escrita desse Relatório) e da própria complexidade de algumas Estratégias, só foi possível fazer o parâmetro de algumas Estratégias pelos dados disponibilizados pelo TCE/PI.

Preliminarmente, os dados indicam um certo atraso nos prazos das Prestações de Contas e o rigor da Diretoria de Fiscalização da Administração Municipal/DFAM em receber todas as peças não enviadas no tempo hábil do processo que podem contribuir para o atraso nas análises das contas. O Quadro procurou destacar as ocorrências nas análises das Contas e sua relação às estratégias da Meta 20 do PME. Assim por exercício financeiro, pode-se dizer:

1. No exercício financeiro de 2014 está exposta a finalização do processo com envio das contas à Câmara Municipal, fato esse que não foi evidenciado nos demais anos nas peças que se teve acesso. As irregularidades apresentadas podem afetar o cumprimento das Estratégias 20.8, 20.1 e 20.3, que dizem respeito de forma geral à transparência e controle social que pode ser dificultada pelo envio intempestivo (fora do prazo) dos dados; o endividamento municipal pode trazer a insegurança financeira pela não garantia de fontes de financiamento permanentes e sustentáveis e a diferença a menor do IPMT pode comprometer que o município assegure fontes estáveis de recursos para o pagamento das aposentadorias e pensões dos trabalhadores em Educação.
2. No exercício financeiro de 2015, observou-se que o Executivo Municipal não é o ordenador da despesa, porém não se observou isso nos demais anos em que o ordenador da despesa deve ser o Secretário da Educação, conforme prescrição do TCE/PI. Os gastos com MDE demonstraram

⁵ As Contas de Governo tem julgamento político (podendo ser julgada na Câmara dos vereadores) e as Contas de Gestão tem julgamento técnico (com mais incumbência dos profissionais/técnicos do TCE, que dependendo da irregularidade praticada, pode tornar o gestor inelegível com restituição aos cofres do erário público desviado).



consonância em relação ao art. 212 da CF/88, porém não estão em consonância com o prescrito na Constituição Estadual do Piauí (CE/PI), que deve ser de no mínimo 30%. Observou-se que esta ocorrência ficou em descumprimento em relação à CE/PI e até da CF/88, nos demais anos seguintes porque os percentuais ficaram reincidentemente abaixo dos 25% do art.212 da CF/88. O TCE/PI considera uma ocorrência muito grave e para a Educação afeta a estratégia 20.7. Houve a reincidência de atraso no Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO) que representa um importante documento das prestações de contas porque ajuda a compreender a situação fiscal do município por trazer dados da execução orçamentária das receitas e despesas, dentre elas, as da Educação. Também não foram apresentadas cópias das Atas. Assim, fatos como esses, podem afetar a transparência e controle social, como diz a estratégia 20.8.

3. No exercício financeiro de 2016, ocorreu a contabilização da venda dos Precatórios do FUNDEF, recurso financeiro que entrou no Banco do Brasil em 2016, no valor de R\$ 210.667.000, 00 (Duzentos e dez milhões, seiscentos e sessenta e sete mil reais). Entendeu-se que as ocorrências registradas têm relação com o cumprimento das Estratégias: 20.8, 20.23, 20.5, 20.7, 20.20 e 20.3, conforme descritos no Quadro.

4. No exercício financeiro de 2017, houve reincidência de irregularidade ao percentual mínimo à Educação; divergência aos dados de MDE; divergência de dados de Extratos bancários com SERCA; Divergências em dados de impostos no Balanço Geral, no SAGRES e no Demonstrativo do BB; os percentuais ultrapassam a porcentagem do FUNDEB (70% e 40%), reincidência da carência de dados e documentos importantes no Canal da Transparência; Possível Renúncia de Receitas Tributárias; Precatórios do FUNDEF em contas indevidas. Assim, por contas das irregularidades apresentadas o TCE/PI, instaurou uma Tomada de Contas Especiais pela necessidade de se apurar responsabilidades e dano ao erário público, porém, não se observou o desenrolar desse processo até a presente data. As possíveis Estratégias supracitadas mais afetadas às irregularidades expostas, foram: 20.8, 20.5, 20.7, 20.4 e 20.20

5. No exercício financeiro de 2018, novamente reincidência em descumprimento ao limite mínimo de MDE, ferindo a CF/88 e por consequência as Estratégias 20.5 e 20.7, também houve despesas indevidas na apuração do cálculo aos Profissionais da Educação. O TCE/PI, determinou que o município fornecesse todas as informações e documentos a todos os munícipes como prevê a Lei de Acesso à Informação/LAI de 2011 e a Lei de Transparência de 2012. Também por conta da baixa da Dívida Ativa, houve recomendação do planejamento para contenção dos níveis de



endividamento.

6. No exercício financeiro de 2019, houve reincidência no descumprimento ao mínimo de MDE; divergência de dados em sites oficiais, sendo que por conta das divergências, o TCE/PI explicitou que considerou os dados pelo Sagres-Contábil que faz parte do próprio TCE/PI. Também uma soma vultosa de R\$ 533.764.064,94 ficou registrada por desconformidade com o CTN. Com isso, houve o registro da atenção e/ou alerta por parte do TCE/PI que se deve ter com estes dados e suas ações que podem trazer insegurança financeira e jurídica ao município. Assim, entende-se que por extensão, inseguranças como essa, podem comprometer os recursos educacionais e com isso, dificultar mais ainda o cumprimento das Metas e estratégias do PME de Teresina. Assim, os dados apresentados demonstraram irregularidades que tiveram mais relação com as Estratégias (20.5, 2.7 e 20.8).

De modo geral, os dados revelam de certa forma, uma desresponsabilização (pro-forme) e o não cumprimento com rigor no processo das Prestações de Contas junto ao TCE/PI, comprovados por reincidências nas irregularidades apresentadas. Também observou-se que de 2014 a 2016 houve a indicação da Aprovação com Ressalvas das contas de Governo, sendo que não se teve acesso às contas de Gestão. Isso enseja que tenha mudado a metodologia de análise do TCE/PI. Ressalta-se que em 2016, mesmo com o registro de aplicação de percentuais de apenas 23,14% do mínimo aplicado na Educação (que deveria ser de 25% conforme artigo 212 da CF/88), o indicativo foi de Aprovação com Ressalvas. A recomendação da Reprovação das Contas apareceu somente no Parecer Prévio do MPC/TCE/PI nos anos de 2018 e 2019.

21.3 Contextualizando o período de 2020: Pandemia, conquistas e perdas, Novo FUNDEB

O percentual de Reajuste do PSPN em 2020 foi de 12,84% conforme a Lei Piso nº 11.738/2008, porém no município de Teresina conforme Anexos I e II da lei Complementar nº 5.501 de 18/03/2020, houve o descumprimento do percentual total, pois dividiram ilegalmente, este percentual em duas parcelas iguais de 6,42%, quais sejam:

1ª) A primeira parcela (6,42%), a ser paga a partir de janeiro (2020), que foi paga somente em março/2020 com o retroativo de janeiro e fevereiro (2020), porém sem o reajuste de 6,42% do Piso desse ano.

2ª) A segunda (6,42%) com os acréscimos da primeira parcela (6,42%), ficando os 12,84%, a ser



somente paga, a partir de 1º de agosto conforme a Lei Complementar da PMT, mas que foi paga somente no final de agosto de 2020. Porém, sem pagar o retroativo dos 6,42% devidos, referentes aos 07 meses devidos, ou seja, janeiro, fevereiro, março, abril, maio, junho e julho/2020.

Tal ação autoritária e ilegal da PMT/SEMEC gerou descontentamento à categoria docente que já se posicionava contrária a essas medidas com mobilizações, paralizações, solicitações de encontro para negociações e diálogos junto à Secretaria de Educação que não foram atendidos. Sem resultados concretos e avanços, tiveram que atuar em meio a Greve com manifestações nas ruas e praças da cidade como também incidência na Câmara Municipal para não aprovação do reajuste parcelado anunciado, mas que não surtiu efeito, restando aos docentes de forma sindical acionar órgãos, como o Ministério Público Estadual/MPE, Tribunal de Contas/TCE-PI, Tribunal de Justiça para repor as perdas salariais. Porém, o movimento grevista teve que diminuir suas ações nas ruas, ficando atuando de forma remota por conta da crise pandêmica que iniciou no período descrito, parando praticamente todas as ações educacionais presenciais.

Isso tudo gerou junto ao erário municipal (PMT/SEMEC), débito, quanto ao retroativo dos recursos do reajuste do PSPN referentes aos 07 meses não pagos, o equivalente aos 6,42%.

Também tem o fato da PMT/SEMEC ter ainda descontado recursos financeiros nos contracheques de aproximadamente, 80 docentes, dentre os vários servidores que continuaram em greve sanitária (sem ministrar aula virtual), como forma de pressionar ações ao cumprimento das leis federais não cumpridas (CF/88, Lei Piso, Novo FUNDEB, Lei do PNE 2014-20240), além de leis Estaduais do Piauí e leis municipais, como o PCCS.

21.4 Contextualizando o período de 2021: Pandemia, aulas remotas, perdas, origem do Rateio do FUNDEB

Em plena pandemia, em 2021, sob a égide do Novo FUNDEB, em meio às dificuldades de se tomar a vacina contra a COVID – 19, não houve Greve e as aulas aconteceram de forma remota. Quanto ao PSPN, não houve o reajuste federal, vistas, principalmente, a lei Complementar 173 de 27/05/2020 que estabeleceu alguns pontos para as ações da Administração pública durante o período pandêmico, dentre essas medidas, restrição ao aumento das despesas – como: contratação de pessoal e proibição de reajuste para servidores.

Mesmo assim, os recursos financeiros do FUNDEB de Teresina chegaram às contas



mensalmente em meio a escolas fechadas com aulas ministradas de forma remota, fato esse, que gerou economia não só a esse município como também aos demais municípios brasileiros, gerando excedentes do FUNDEB, ou seja, as sobras dos recursos da Receita ao fundo arrecadadas naquele ano (2021) que geraram o chamado, Rateio do FUNDEB.

Observou-se no cenário nacional que municípios e Estados repassaram os recursos à cota parte da sub-vinculação dos 70% aos profissionais da educação, conforme a lei do Novo FUNDEB. No entanto, em Teresina, isso não ocorreu, pois aos profissionais da educação não houve a partilha do referido rateio.

21.5 Contextualizando o período de 2022: injustiça no reajuste do PSPN, não repasse do rateio do FUNDEB, greve de 212 dias

Em 2022, o reajuste do PSPN (Portaria nº) que determinou o percentual de 33,23% aos Profissionais do Magistério da Educação não foi cumprido pela PMT/THE, vistas que também de forma autoritária e sem ouvir a categoria docente em suas solicitações, mesmo em meio a Audiência Pública na Câmara dos Vereadores, a PMT enviou um Projeto de reajuste para os Profissionais do Magistério da Educação de apenas 16%, ferindo o reajuste federal, além de não apresentar em Anexo ao Projeto, a planilha de impacto financeiro e orçamentário em relação à aplicação, conforme a própria Lei Federal do reajuste do PSPN.

Assim, dos 29 Vereadores, 24 votaram de acordo com a PMT que tem ampla maioria a seu favor aprovando com esse feito, no dia 24/02/2022, o Projeto ilegal de reajuste de apenas, 16%, com efeitos retroativos a partir de 1º de janeiro de 2022, através de Lei Complementar Municipal, nº 5.703 de 24/01/22, ficando assim, sem pagar a diferença devida dos 33,23% (conforme lei do reajuste Federal) que são de 17,23%, fato que gerou uma greve de 212 dias em meio a audiências públicas, reuniões junto ao MPPI, TCE/PI, judicializações de ações contra a SEMEC/PMT, entre outros.

Outra grande ilegalidade detectada pela categoria dos Profissionais da Educação através de seu sindicato (SINDSERM), diz respeito a uma compra de 100 mil livros realizada com recursos da Educação via FUNDEB com o pagamento no mês de novembro/2021.

Tais livros retratam o município de Teresina e foram fabricados em Manaus no valor de R\$ 6,5 milhões, sem licitação, sendo: R\$ 4 milhões oriundos do recurso do FUNDEB e R\$ 2,5 milhões proveniente da conta do Tesouro Municipal, ou seja, recursos próprios.



A evidência desses dados só apareceu ao público a partir da Prestação contábil ao Conselho de Acompanhamento e Controle Social (CACCS do FUNDEB) somente em março de 2022.

De posse desses dados, houve estranhamento por parte de alguns Conselheiros, principalmente, do segmento da representação sindical que ao observar a vultosa soma e a forma de aquisição diferente das aquisições via MEC, passaram a analisar com mais rigor os dados da compra, especialmente a compra do valor de R\$ 4.000.000,00 pagos com os recursos do FUNDEB.

A partir da publicização desse fato junto à categoria dos Profissionais da Educação e na mídia local, houve primeiramente a solicitação do ressarcimento desse valor à conta FUNDEB, por membros do respectivo Conselho por entenderem que houve o descumprimento de princípios legais da Administração Pública e vícios inerentes ao processo de aquisição de livros. Tal ação não foi acatada, e o Conselho emitiu Parecer favorável à reprovação das contas do FUNDEB, fato esse que se intensificou depois em mais 05 Pareceres posteriores referentes às novas irregularidades apresentadas nas prestações de contas do FUNDEB. Também encontra-se judicializado esse Processo de compra ilegal de livros indicadas pelo Sindicato dos Servidores Municipais.

21.6 Contextualizando o período de 2023

O ano de 2023 se inicia com as irregularidades já destacadas dos anos anteriores judicializadas, como a compra de livros, as diferenças salariais não pagas e o não recebimento do Rateio do FUNDEB, entre outros. A gestão do executivo municipal tem se negado, principalmente, em fazer o acordo de repasse da cota parte dos recursos do FUNDEB aos profissionais da educação.

No mês de janeiro de 2023, a PMT de Teresina, surpreendentemente, antecipou o pagamento da primeira parcela do ano de 2023 do 13º Salário dos Profissionais do Magistério da Educação Básica Pública. Porém, sem fazer referência ao reajuste federal de 14,9% do Piso para 2023, conforme Portaria nº 17 do Diário Oficial da União/DOU.

Como o reajuste do PSPN, estabelecido para esse ano é de 14,9% e como os docentes ainda reclamam a porcentagem de 17, 23% da diferença do reajuste do ano de 2022 não repassada da diferença dos 33,23% , pois o município só cumpriu 16% do ano de 2022, o



Sindicato continua ativo nessas ações mobilizando órgãos de controle, como: MPPI, TCE PI e Ministério Público Federal (MPF) na exigência ao cumprimento da decisão do TCE - PI que, no julgamento realizado no dia 02/02/2023, determinou um prazo de 90 dias para que a prefeitura atualize o reajuste do Piso de 2022, reconhecendo o passivo referente ao ano passado, bem como o pagamento do Piso de 2023 e aplicação de uma multa de R\$ 20 mil ao prefeito. Ressalta-se que os reajustes de 2022 e de 2023 estão em desacordo com a lei do Plano de Cargos, Carreira e Salários da própria Rede Municipal, pois não garantiu os níveis, o escalonamento, o efeito cascata que tem o Plano em que prevê a ascensão docente pelo tempo de serviço, experiência e formação em nível e classes com a Pós-graduação em Especialização, Mestrado e Doutorado. Ferindo assim, a valorização docente prescrita a mais de 30 anos na CF/88, LBD 9393/96, PNE (Meta 17, 2014-2024), Lei do Novo FUNDEB e a própria Lei do Piso do Magistério de 2008, além de leis estaduais e municipais. Isso tudo desmotiva o profissional docente e pode ter consequências na aprendizagem dos alunos pois fere o Estado Democrático de Direito e coloca em xeque nossas importantes instituições públicas, sejam elas leis e órgãos públicos.

21.7 Dados do financiamento para discussão⁶

Para melhor elucidação dos dados financeiros tem-se a série histórica através da tabela abaixo com a composição da Receita do Município de Teresina.

Tabela 14 – Composição da receita da educação municipal de 2014 a 2021– em valores nominais - TERESINA/PI:⁷

Categorias	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Receita de impostos próprios	334.351.548,45	365.623.645,94	420.663.642,46	445.239.763,39	492.262.122,07	562.508.443,75	545.402.975,35	626.685.962,68
Receita de transferências constitucionais e legais federais	422.355.060,47	446.443.352,11	521.102.486,08	511.631.351,14	548.856.729,99	592.568.005,03	571.000.585,70	863.914.869,17

⁶ As **Contas de Governo** tem julgamento político (podendo ser julgada na Câmara dos vereadores) e as **Contas de Gestão** tem julgamento técnico (com mais incumbência dos profissionais/técnicos do TCE, que dependendo da irregularidade praticada, pode tornar o gestor inelegível com restituição aos cofres do erário público desviado).

⁷ Sem atualização monetária.

Categorias	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Receita de transferências constitucionais e legais estaduais	425.782.752,50	463.632.671,33	494.170.810,69	544.143.308,55	589.735.909,62	587.060.663,23	556.511.542,38	636.701.151,30
Total	1.182.489.361,42	1.275.699.669,38	1.435.936.939,23	1.501.014.423,08	1.630.854.761,68	1.742.137.112,01	1.672.915.103,43	2.127.301.983,15

Fonte: RREO/SIOPE de 2014 a 2021

De acordo com os dados apresentados na tabela 14, observa-se o crescimento da Receita municipal de Teresina com uma pequena retração em 2020, devido ao ano de início da Pandemia da Covid-19, em que houve paralisação do comércio, representando menos arrecadação de tributos, como o Imposto de Circulação de Mercadorias/ICMS, um dos principais impostos que alimenta a cesta do FUNDEB.

Na aplicação dos Recursos em Manutenção e Desenvolvimento do Ensino/MDE, também se expõe uma série histórica (2014-2021) com valores nominais e seus respectivos valores percentuais.

Tabela 15 - Aplicação de recursos em Manutenção e Desenvolvimento de Ensino (MDE) – em valores nominais e percentuais de 2014 a 2021 - TERESINA/PI.⁸

	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021*
Recursos em MDE	297.950.772,68	325.233.180,12	428.981.718,46	380.140.436,11	417.673.714,52	443.184.184,07	358.459.622,44	413.450.486,69
MDE - C/ CORREÇÃO	478.835.405,59	473.116.316,84	583.282.581,75	502.776.401,78	530.937.052,33	545.501.053,00	422.981.243,25	440.560.724,52
Percentual MDE	25,2	25,49	29,87	25,33	25,61	25,44	21,43	20,43

Fonte: RREO/SIOPE de 2014 a 2021

Em 2014 e 2015, houve o cumprimento do limite constitucional, 25% com as despesas, chegando a ser um pouco acima desse percentual que é o mínimo que o gestor deve aplicar em Educação Infantil e Ensino Fundamental, áreas de atuação prioritária, conforme estabelece a

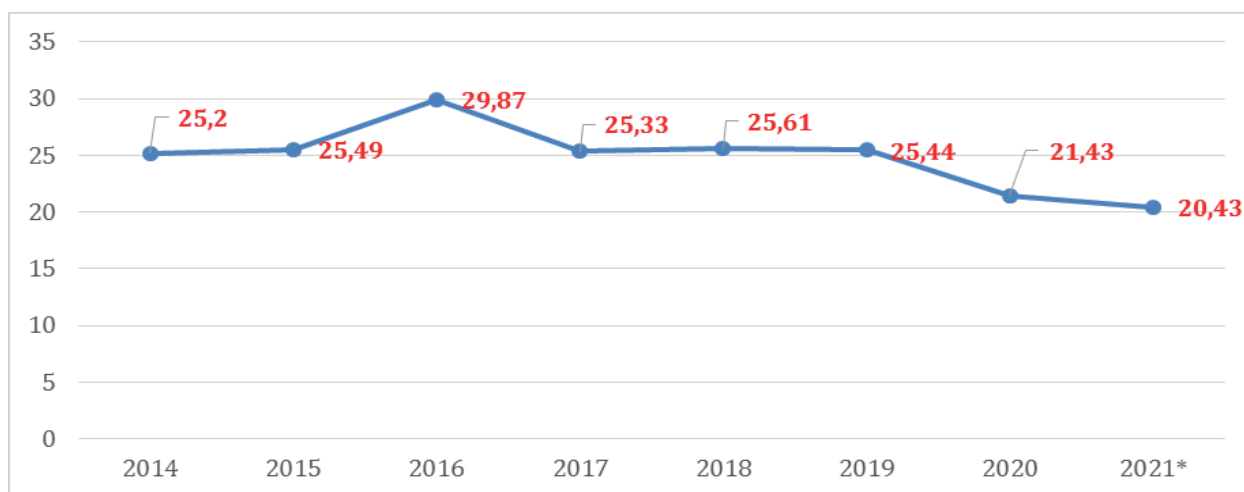
⁸ Dados atualizados com base no índice IPCA/IBGE até 12/2022.



CF/1988. Adverte-se, porém, que nos anos de 2020 e 2021, esse percentual ficou bem abaixo do valor mínimo estabelecido, ou seja, não houve um esforço por parte do gestor público municipal em cumprir nem mesmo os percentuais mínimos. Constata-se que houve descumprimentos da CF/1988, resultando em prejuízo para o atendimento da rede municipal de ensino. Um momento pandêmico em que exigia maior esforço dos gestores, no sentido de assegurar as condições para o atendimento das escolas de forma que assegurasse as condições mínimas de ensino durante a pandemia.

O gráfico 3, expõe os valores percentuais (por fontes de sites de outros órgãos, além dos já apresentados pelo TCE/PI), para se perceber melhor o descumprimento reiterado do mínimo em Educação que o município de Teresina tem deixado de cumprir. Representa, uma falta grave que os munícipes precisam entender para fazer valer seu cumprimento, assim como, demais órgãos de fiscalização com poder de punição. E assim, fazer valer o direito à Educação.

Gráfico 03- Aplicação de recursos em Manutenção e Desenvolvimento de Ensino (MDE), de 2014 a 2021 – em valores nominais e percentuais⁹



Fonte: RREO/SIOPE de 2014 a 2021

⁹ Índice IPCA/IBGE atualizados até 12/2022.

Tabela 16- Receitas do FUNDEB – Destinado, recebido (redistribuição e complementação) e aplicação financeira de 2014 a 2021, em valores nominais - TERESINA/PI¹⁰

Categorias	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Receitas destinadas ao FUNDEB	166.048.194,50	177.315.927,07	195.905.278,29	202.697.062,79	218.880.545,52	226.483.726,49	216.070.885,09	267.859.229,80
Receitas recebidas do FUNDEB¹¹	241.007.532,31	259.613.252,21	268.477.053,04	275.224.053,73	315.345.587,47	348.448.770,84	363.377.445,01	471.548.659,68
Transferências de Recursos do FUNDEB¹²	189.468.059,91	203.383.397,02	213.027.594,34	209.628.534,50	236.011.028,41	257.273.893,31	273.776.936,41	369.127.844,65
Complementação da União ao FUNDEB	50.531.543,94	55.503.944,92	54.197.152,07	64.818.904,96	79.059.305,40	90.890.546,83	89.474.344,32	101.884.130,87
Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	1.007.928,46	725.910,27	1.252.306,63	776.614,27	275.253,66	284.330,70	126.164,28	536.684,16
Resultado líquido das transferências	23.419.865,41	26.067.469,95	17.122.316,05	6.931.471,71	17.130.482,89	30.790.166,82	57.706.051,32	101.268.614,85

Fonte: RREO/SIOPE de 2014 a 2021

Observa-se que o Município de Teresina destinou R\$ 166.048.194,50 para a cesta do FUNDEB e recebeu pela partilha de volta R\$ 241.007.532,31. Desse valor, R\$189.468.059,91 foi o que retornou após Rateio pela matrícula, sendo R\$ 50.531.534,94 foi da Complementação da União¹³ e R\$ 1.007.928,46 foi de aplicação financeira. Assim, o Município de Teresina teve um saldo positivo no rateio, considerando que recebeu 23.419.865,41 a mais. A tabela seguinte, traz a exposição em série histórica (2014-2021) dos valores do FUNDEB aplicados na valorização do Magistério.

¹⁰ Sem atualização monetária

¹¹ TOTAL RECEBIDO DO FUNDEB (Transf. de recursos do Fundeb + Comp. da União + Aplicação financeira)

¹² Valor recebido do FUNDEB, fora complementação da União e de aplicação financeira.

¹³ A Lei do Novo FUNDEB prevê essa Complementação da União (pelo Regime de Colaboração que se deve ter), para entes federados (Estados e municípios) que não alcançam, com a própria arrecadação, o valor mínimo nacional por aluno estabelecido a cada ano. Geralmente, é a maioria dos Estados nordestinos em que o Piauí e Teresina se incluem.



Tabela 17 - Valores do FUNDEB aplicados na valorização do magistério – em valores nominais e percentuais, de 2014 a 2021 - TERESINA/PI.¹⁴

	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Valores	172.815.215,05	194.589.426,79	206.412.125,97	193.534.887,91	254.874.695,18	291.586.418,53	284.640.833,64	348.482.258,90
Valores corrigidos	277.730.589,00	283.069.005,64	280.656.709,97	255.970.597,49	323.990.748,44	358.904.275,17	335.875.301,31	371.332.484,55
Percentual em relação ao total do FUNDEB	71,7	74,23	76,88	70,32	80,51	83,68	78,33	73,9

Fonte: RREO/SIOPE de 2014 a 2021

Essa tabela registra a queda de recursos financeiros nominais na Educação em 2017 e 2020. A tabela exposta abaixo, traz os dados dos Recursos Financeiros de outra fonte de recurso que entra no município de Teresina, além de outros recursos como os do FUNDEB. Estes Recursos são do Salário Educação¹⁵.

Tabela 18 - Receitas de transferências do FNDE e do Salário Educação para a Secretaria Municipal de Educação de Teresina de 2014 a 2021 -TERESINA/PI.¹⁶

Ano	Total de transf FNDE	Transferências do Salário-Educação	% Salário Educação
2014	55.136.684,57	9.839.125,75	18%
2015	39.017.983,69	13.150.630,87	35%
2016	28.210.054,37	11.098.988,92	39%
2017	32.154.616,11	9.803.745,04	30%
2018	29.306.676,57	7.997.602,96	27%

¹⁴ Correção monetária até 12/2022 - IPCA IBGE.

¹⁵ Provém da alíquota de 2,5% da folha de pagamento de trabalhadores da iniciativa privada. É uma Contribuição Social à Educação Básica Pública (§ 5º do art. 212 da CF/88), e não imposto para financiar as Políticas Educacionais do FNDE, como: merenda escolar, transporte escolar, programas, projetos, entre outros.

¹⁶ Valores nominais e percentuais corrigidos pelo INPC/IBGE ATÉ 31/12/2022.

2019	24.940.424,64	8.843.818,66	35%
2020	23.834.045,99	6.231.917,05	26%
2021	20.168.343,45	6.343.504,33	31%

Fonte: RREO/SIOPE de 2014 a 2021.

Sobre essa tabela, percebe-se uma oscilação nos valores nos anos da série apresentada, com uma queda de valor mais acentuada em 2020, chegando ao final da série com a diminuição dos recursos, retratando assim, as inconsistências ocorridas na governança das Políticas do FNDE dos últimos anos.

21.8 Estratégias

Estratégias	Prazo	Observações	Status	Atingiu?
20.1) Garantir fontes de financiamento permanentes e sustentáveis para todos os níveis, etapas e modalidades da educação básica, observando-se as políticas de colaboração entre os entes federados, em especial as decorrentes do art. 60, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, e do § 1º, do art. 75, da Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que tratam da capacidade de atendimento e do esforço fiscal de cada ente federado, com vistas a atender suas demandas educacionais à luz do padrão de qualidade nacional.	2025			
20.2) Assegurar a aprovação de leis, vedando a contabilização dos gastos com aposentadoria e pensões como sendo de manutenção e desenvolvimento do ensino.	2025			
20.3) Assegurar fontes estáveis de recursos para o pagamento das aposentadorias e pensões dos trabalhadores em educação, com vistas a garantir a paridade entre trabalhadores da ativa e aposentados.	2025			



Estratégias	Prazo	Observações	Status	Atingiu?
20.4) Garantir o ressarcimento de eventuais perdas de recursos da educação, decorrentes de políticas de renúncia e guerra fiscal, mediante o restabelecimento proporcional para as despesas de manutenção e desenvolvimento do ensino.	2025			
20.5) Garantir que o Estado e o Município cumpram o disposto no caput do art. 69 da LDB, no que diz respeito ao uso exclusivo dos recursos de manutenção e desenvolvimento de ensino para o financiamento da educação pública.				
20.6) Assegurar os mecanismos de transparência sobre a execução dos recursos da contribuição social do salário-educação.	2025			
20.7) Assegurar a aprovação de leis municipais, de modo a garantir a aplicação em manutenção e desenvolvimento da educação pública, em acréscimo aos recursos vinculados nos termos do art. 212, da Constituição Federal, os repasses da parcela da participação de resultado ou da compensação financeira pela exploração de petróleo e gás natural e outros recursos, com a finalidade de cumprimento da meta prevista no inciso VI, do caput, do art. 214, da Constituição Federal, em conformidade com a Lei Federal nº 12.858, de 9 de setembro de 2013.	2025			
20.8) Fortalecer os mecanismos e os instrumentos que assegurem, nos termos do parágrafo único do art. 48, da Lei Complementar Federal no 101, de 4 de maio de 2000, a transparência e o controle social na utilização dos recursos públicos aplicados em educação, especialmente a realização de audiências públicas, a criação de portais eletrônicos de transparência e a capacitação dos membros de conselhos	2025			



Estratégias	Prazo	Observações	Status	Atingiu?
de acompanhamento e controle social do Fundeb.				
20.9) Assegurar o cumprimento do disposto no art. 69, § 5º, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, referente a constituição das secretarias de educação (Estadual e Municipal) como unidades orçamentárias, com a garantia de que o dirigente da educação seja o ordenador de despesas e gestor pleno dos recursos educacionais, com o devido acompanhamento, controle e fiscalização de suas ações pelos respectivos conselhos do sistema educacional, tribunais de contas e demais órgãos fiscalizadores.	2025			
20.10) Assegurar que a comissão permanente de educação, no âmbito da Câmara Municipal, atue como instância de monitoramento deste Plano.	2025			
20.11) Instituir, no âmbito das secretarias de educação (estadual e municipal), mecanismos de estudos e acompanhamento regular dos investimentos e custos por aluno em todas as suas etapas e modalidades, disponibilizando as informações para a sociedade.	2025			
20.12) Instituir uma instância permanente das instituições vinculadas à fiscalização e controle dos recursos da educação (conselhos, ministério público, tribunal de contas, controladoria geral da união e do estado e outras), para articular as ações e fortalecer o controle sobre a gestão pública.	2025			



Estratégias	Prazo	Observações	Status	Atingiu?
20.13) Colaborar com a implantação do custo aluno-qualidade inicial - CAQi, no prazo de 2 (dois) anos de vigência do PME, referenciado no conjunto de padrões mínimos estabelecidos na legislação educacional e cujo financiamento será calculado com base nos respectivos insumos indispensáveis ao processo de ensino-aprendizagem e será progressivamente reajustado até a implementação plena do custo aluno qualidade - CAQ.	2025			
20.14) Implementar o CAQ como parâmetro para o financiamento da educação de todas etapas e modalidades da educação básica, a partir do cálculo e do acompanhamento regular dos indicadores de gastos educacionais com investimentos em qualificação e remuneração do pessoal docente e dos demais profissionais da educação pública, em aquisição, manutenção, construção e conservação de instalações e equipamentos necessários ao ensino e em aquisição de material didático-escolar, alimentação e transporte escolar.	2025			
20.15) Acompanhar a regulamentação do parágrafo único, do art. 23 e o art. 211, da Constituição Federal/1988, no prazo de 2 (dois) anos, por lei complementar, de forma a estabelecer as normas de cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, em matéria educacional, e a articulação do sistema nacional de educação em regime de colaboração, com equilíbrio na repartição das responsabilidades e dos recursos e efetivo cumprimento das funções redistributiva e supletiva da União no combate às desigualdades educacionais regionais, com especial atenção às regiões Norte e Nordeste.	2025			



Estratégias	Prazo	Observações	Status	Atingiu?
20.16) Estabelecer, no âmbito do Município de Teresina, por iniciativa da SEDUC e SEMEC, envolvendo as IES, o processo de discussão sobre a regulamentação do regime de colaboração, com vistas à criação de instância permanente de planejamento e pactuação federativa, em matéria educacional, buscando estabelecer efetiva cooperação e equilíbrio na repartição das responsabilidades e dos recursos para o combate às desigualdades educacionais, assegurando efetivo atendimento ao estudante da rede pública, seja federal, estadual e municipal, sem distinção.	2025			
20.17) Envidar esforços para que a união complemente recursos financeiros para o município de Teresina, quando este não atingir o valor do CAQi e, posteriormente, do CAQ.	2025			
20.18) Definir prioridades de aplicação dos recursos de manutenção e desenvolvimento do ensino e dos recursos adicionais dirigidos à educação ao longo do decênio, considerando a necessidade de equalização das oportunidades educacionais, a vulnerabilidade socioeconômica e o compromisso técnico e de gestão.	2025			
20.19) Definir o financiamento, em regime de colaboração entre Estado e Município, para políticas e estratégias de solução de problemas do transporte escolar, considerando critérios técnicos objetivos, de forma que o estudante demandante do transporte seja adequadamente atendido, visando reduzir a evasão escolar e o tempo médio de deslocamento, a partir de cada situação local.	2025			
20.20) Definir prioridades de aplicação dos recursos de manutenção e desenvolvimento do ensino e dos recursos adicionais dirigidos à				



Estratégias	Prazo	Observações	Status	Atingiu?
educação ao longo do decênio, considerando a necessidade de equalização das oportunidades educacionais, a vulnerabilidade socioeconômica e o compromisso técnico e de gestão, a serem pactuados na instância prevista no § 5º, art. 7º, da Lei Federal nº 13.005/2014.				
0.21) Estabelecer e garantir diretrizes e políticas de financiamento, no âmbito do Município, no prazo máximo de um ano, para a real valorização dos trabalhadores da educação, abrangendo formação, condições de trabalho, plano de carreira e política salarial, por meio de leis que garantam a efetivação de seus direitos.	2025			
20.22) Fazer gestão junto ao Parlamento Federal para que seja modificada a Lei Complementar Federal nº 101/2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal, de modo que as despesas com folha de pagamento da educação sejam desvinculadas dos limites prudenciais de gastos com pessoal do Estado e Município, conforme § 5º, art. 7º, da Lei Federal nº 13.005/ 2014.	2025			
20.23) Instituir mecanismos eficientes de controle e fiscalização sobre a aplicação dos recursos da educação, de forma que haja maior rigor do Tribunal de Contas e demais instituições fiscalizadoras, no que diz respeito à avaliação e punição dos gestores, em casos de ilegalidades.	2025			
20.24) Garantir financiamento público para a criação e expansão de unidades escolares públicas no campo, para atendimento aos povos ribeirinhos, quilombolas e indígenas, utilizando metodologias adequadas (alternância, dentre outras) e oferecendo cursos que atendam às necessidades locais.				



Estratégias	Prazo	Observações	Status	Atingiu?
20.25) Acompanhar a implantação do CAQ que será definido no prazo de 3 (três) anos e será continuamente ajustado, com base em metodologia formulada pelo Ministério da Educação – MEC, e acompanhado pelo Fórum Nacional de Educação – FNE, pelo Conselho Nacional de Educação – CNE e pelas Comissões de Educação da Câmara dos Deputados e de Educação, Cultura e Esportes do Senado Federal.	2025			
20.26) Contribuir com o MEC na definição da metodologia para o cálculo do CAQ mediante a realização, no prazo de 2 (dois) anos, de estudos sobre o CAQ demandado no Município, atividade sob a responsabilidade das Secretarias (Estadual e Municipal) de Educação, acompanhadas pelo Fórum Municipal de Educação, Fórum Estadual de Educação, pelos Conselhos do sistema Educacional e pelas Comissões de Educação da Câmara de Deputados e de Vereadores.	2025			



CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES

O Plano Municipal de Educação de Teresina, com duração de 10 (dez) anos (2015 a 2025) e elaborado em alinhamento ao Plano Nacional de Educação e o Plano Estadual de Educação, estabelece diretrizes, metas com indicadores e estratégias que deverão ser desenvolvidas ao longo do período.

O monitoramento e a avaliação do PME propiciaram a visualização ampla da educação no município, sendo possível constatar os objetivos e metas alcançados e, principalmente, apontando-nos onde devemos concentrar maiores esforços para chegarmos aos índices estabelecidos no início do decênio ora em execução. Os indicadores ainda críticos de algumas metas nos apontam a necessidade de um olhar mais atento e cuidadoso dos gestores públicos para que esse direito constitucional seja garantido na sua integralidade.

As metas analisadas fazem uma retrospectiva de como o PME foi pensado em 2014 e implantado em 2025. As estratégias alcançam todos os níveis da Educação do Município de Teresina, nas redes pública e privada, envolvendo desde as crianças da Educação Básica, os adolescentes do Ensino Médio, o público do Ensino Superior, assim como os jovens, adultos e idosos da EJA, sem esquecer daqueles que precisam da Educação Especial, contemplados na Meta 04 do PME.

No período monitorado e avaliado no presente relatório, apesar de serem anos atípicos, devido à pandemia de Covid-19, os profissionais da educação municipal mostraram que são resilientes, flexíveis e capazes de se reinventar, pois conseguiram manter a alta qualidade da educação teresinense, nacionalmente reconhecida como uma das melhores do país.

Enfim, conclui-se que o Relatório de monitoramento e avaliação do Plano Municipal de Educação de Teresina cumpre o seu papel principal: mostrar onde ainda devemos efetivamente concentrar maiores esforços para que possamos atender o que foi estabelecido como meta para o decênio.



ANEXOS



META 1

Tabela 01: Estabelecimentos por localização (rural e urbana), ano 2021.

Unidades de Ensino	Localidade		
	Rural	Urbana	Total
Centros Municipais de Educação Infantil	14	157	171
Escolas Municipais	41	109	150
Total	55	266	321

Fonte: Gerência de Informática – SEMEC.

Quadro 1 - Oferta de curso de formação continuada para professores de Educação Infantil em 2021.

ETAPAS	ANO ESCOLAR DE ATUAÇÃO	QUANT. DE PROF. ATENDIDOS
Educação Infantil	1º Período	198
	2º Período	300
Total		498

META 3:

Tabela 2 - Percentual da população de 15 a 17 anos que frequenta a escola (taxa bruta)

Ano base	População residente (população de 15 a 17 anos)	Total de matrículas na Educação Básica	% da população de 15 a 17 anos que frequenta a escola
2015	46.822	185.146	25,28

2016	47.458	185.655	25,56
2017	47.468	181.529	26,14
2018	46.788	181.593	25,76
2019	45.340	181.833	24,93
2020	44.889	174.117	25,78
2021	45.119	188.033	23,99

Fonte: Censo Escolar 2020 /2021 – INEP / Tabnet – DATAS

Tabela 3 - Percentual de matrículas 2015 a 2021.

Ano base	Matrícula	População residente	% Matrículas
2015	108.820	122.982	88,48%
2016	108.301	119.906	90,32%
2017	106,343	117.676	90,36%
2018	107,364	116.283	92,32%
2019	107.994	114.737	93,57%
2020	106.404	112.903	94,24%
2021	107.509	110.214	97,54%

Fonte: Censo Escolar 2020 /2021 – INEP / Tabnet – DATASUS



SEMEC

Secretaria Municipal
de Educação



ISBN: 978-85-9496-196-9



CRL